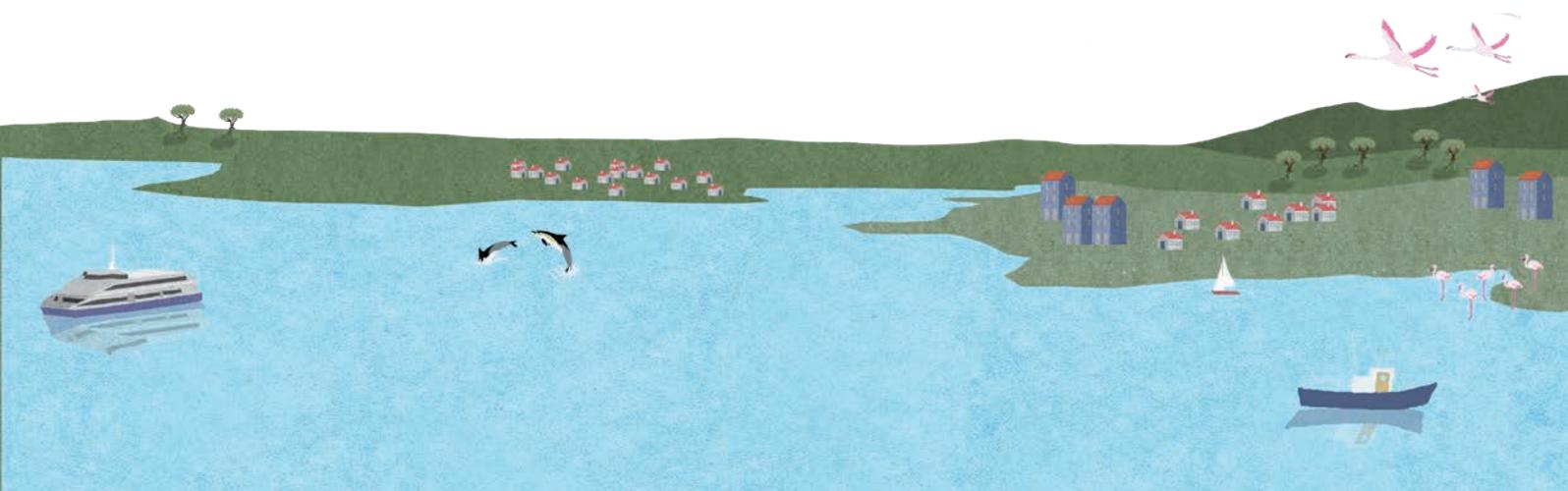


RELATÓRIO & CONTAS 2019



RELATÓRIO & CONTAS 2019



ÍNDICE

A- A EMPRESA _____ 11

I- Quem somos _____	11
1.1. Missão, Visão e Valores _____	11
1.2. Descrição, atividade e presença _____	11
1.3. Cadeia de Valor _____	14
1.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais _____	15
1.5. Carteira de Participações e Sucursais _____	19
1.6. Síntese de Indicadores _____	20
2- Reconhecimento / Prémios / Certificações _____	21
3- Destaques do ano / Principais acontecimentos _____	21

B- O NEGÓCIO _____ 27

I- Linhas Estratégicas _____	27
2- Enquadramento _____	29
2.1. A Envolvente _____	29
2.2. O Sector _____	34
2.3. A Regulação _____	37
3- O Negócio _____	39
3.1. Introdução _____	39
3.2. Água em Alta _____	39
3.3. Saneamento em Alta _____	42
3.4. Outros negócios _____	48
4- Sustentabilidade _____	48
4.1. Enquadramento _____	48
4.2. Stakeholders/Partes Interessadas _____	50
4.3. Gestão do Risco _____	50
4.4. Atividade Operacional _____	54
4.5. Gestão do capital humano _____	78
4.6. Financeira _____	81
4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação _____	85
4.8. Eventos Posteriores ao Fecho _____	90
4.9. Cumprimento das orientações Legais _____	90
5- Perspetivas Futuras _____	110
6- Considerações Finais _____	110
7- Proposta de Aplicação de Resultados _____	111

C- CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 _____ 114

I- Demonstrações Financeiras de 2019. _____	115
1.1 Demonstração da posição financeira _____	115
1.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral _____	116
1.3 Demonstração das variações no capital próprio _____	116
1.4 Demonstração dos fluxos de caixa _____	117
1.5 Notas às Demonstrações Financeiras _____	118
2- Glossário Financeiro e Técnico _____	175

D- ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS _____ 178



MENSAGEM

Joaquim Peres *Presidente do Conselho de Administração*

O NOSSO COMPROMISSO É COM A MISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E SENTIDO DE RESPONSABILIDADE, TRABALHANDO COM OS NOSSOS PROFISSIONAIS E COM AS TUTELAS MINISTERIAIS, TENDO EM VISTA CUMPRIR FIELMENTE A RESPONSABILIDADE DEPOSITADA NA EMPRESA, PROCURANDO GARANTIR O INVESTIMENTO NECESSÁRIO E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, PARA CONTINUAR A PRESTAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA EM TERMOS DE QUALIDADE DE ÁGUA FORNECIDA E DE TRATAMENTO DE SANEAMENTO SEM AUMENTO TARIFÁRIO.

Caros Acionistas,

A Águas do Algarve, S.A. continua a assumir na região algarvia um papel relevante na estratégia nacional da sustentabilidade ambiental e da economia circular. O ano de 2019 ficou marcado pela assinatura do novo Contrato de Concessão para o período de 2019 a 2048.

O sector ambiental, essencial à nossa sociedade, é alvo de contínuas transformações. Vivemos num mundo incerto, cada vez mais tecnológico e global e sujeito aos impactos das alterações climáticas, com grandes desafios e pleno de oportunidades. Os desafios futuros são grandes mas são esses mesmos desafios que nos motivam para fazer mais e melhor em prol do ambiente no Algarve.

O Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, S.A., acreditando que a Empresa está mais capacitada para enfrentar os desafios do sector ambiental, o que permitirá prosseguir a sua trajetória de cumprimento de serviço público sustentado.

O nosso compromisso é com a missão de serviço público e sentido de responsabilidade, trabalhando com os nossos Profissionais e com as Tutelas ministeriais, tendo em vista cumprir fielmente a responsabilidade depositada na Empresa, procurando garantir o investimento necessário e assegurar a sustentabilidade financeira, para continuar a prestar um serviço de excelência em termos de qualidade de água fornecida e de tratamento de saneamento sem aumento tarifário.

A forte regulação institucional por parte das Tutelas ministeriais, na área orçamental e operacional, tem sido para nós uma grande preocupação, mas também fator de motivação na procura de um rigoroso equilíbrio entre os objetivos estratégicos na vertente do serviço prestado na água e no saneamento, na otimização dos recursos humanos e materiais e, ainda, olhar o futuro, garantindo-se o investimento para a melhoria da eficiência operacional bem como de se encontrar soluções atrativas para reter e contratar quadros humanos qualificados nas mais variadas áreas da Empresa.

O ano de 2019 fica ainda assinalado pelo aumento da faturação de água em cerca de 10% face ao ano de 2018. Neste sentido e tendo presente que a região algarvia nos últimos anos tem sentido cada vez mais escassez de precipitação, torna-se importante encontrar novas fontes de água. Adicionalmente, temos que encarar o desafio da reutilização da água e ainda conservar daqui em diante aquilo que construímos, é fundamental. Conservar mas com respeito pela natureza, ambiente e meio ambiente.

Agradeço aos nossos acionistas a confiança que nos conferem e a todos os parceiros de negócio pela sua colaboração. Quero

também evidenciar o meu apreço pela equipa de gestão e por todos os colaboradores que ajudam, todos os dias, a concretizar o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Juntos garantiremos a transição equilibrada do presente para o futuro, ancorada na criação de valor ambiental sustentável.

O Conselho de Administração continuará a assegurar a adequada supervisão da execução estratégica, garantindo disciplina financeira e o estrito cumprimento das melhores práticas ao nível ambiental, de segurança e de governo corporativo.

Presidir a esta empresa é uma honra, que encaro com um grande sentido de responsabilidade.

Todo o trabalho desenvolvido em 2019 não teria sido possível sem a cooperação dos Municípios, da Entidade Reguladora, das Tutelas Ministeriais e das demais entidades da área do ambiente com que no dia-a-dia a empresa se relaciona.

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente do Conselho de Administração)



A EMPRESA



ILLUSTRARQ

A EMPRESA

A- A Empresa

1- QUEM SOMOS

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

I.1. Missão, Visão e Valores

MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

VISÃO

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

VALORES

O grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

I.2. Descrição, atividade e presença

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2019 é de 639,8 milhões de euros (não incluindo a reclassificação do valor residual da barragem de Odelouca e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) permite captar, tratar e fornecer em alta, com carácter permanente, água para consumo humano, assegurando elevados níveis de qualidade mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência deste sistema é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico desta região, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para a indústria do turismo, que é a atividade económica predominante.

Em termos de investimentos, a alteração mais significativa prendeu-se com a construção, exploração e manutenção do Empreendimento Hidráulico de Odelouca, que compreende a Barragem de Odelouca, órgãos de segurança, obras complementares, assim como os restantes investimentos que lhe estão associados, quer para a constituição da albufeira da barragem, quer para as componentes ambientais, sociais e demais obrigações inerentes à implementação deste empreendimento, e sua integração no Sistema.

A Águas do Algarve, S.A. foi obrigada a implementar um ambicioso programa ambiental, integrando um conjunto vasto de medidas de minimização, compensação e sobre compensação, que visam contribuir para os objetivos de conservação de espécies e habitats potencialmente afetados pelo empreendimento, em especial o lince ibérico, a água de Bonelli, as espécies endémicas de ictiofauna e as galerias ribeirinhas.

As infraestruturas já construídas e que atualmente compõem este sistema são as constantes do quadro seguinte:

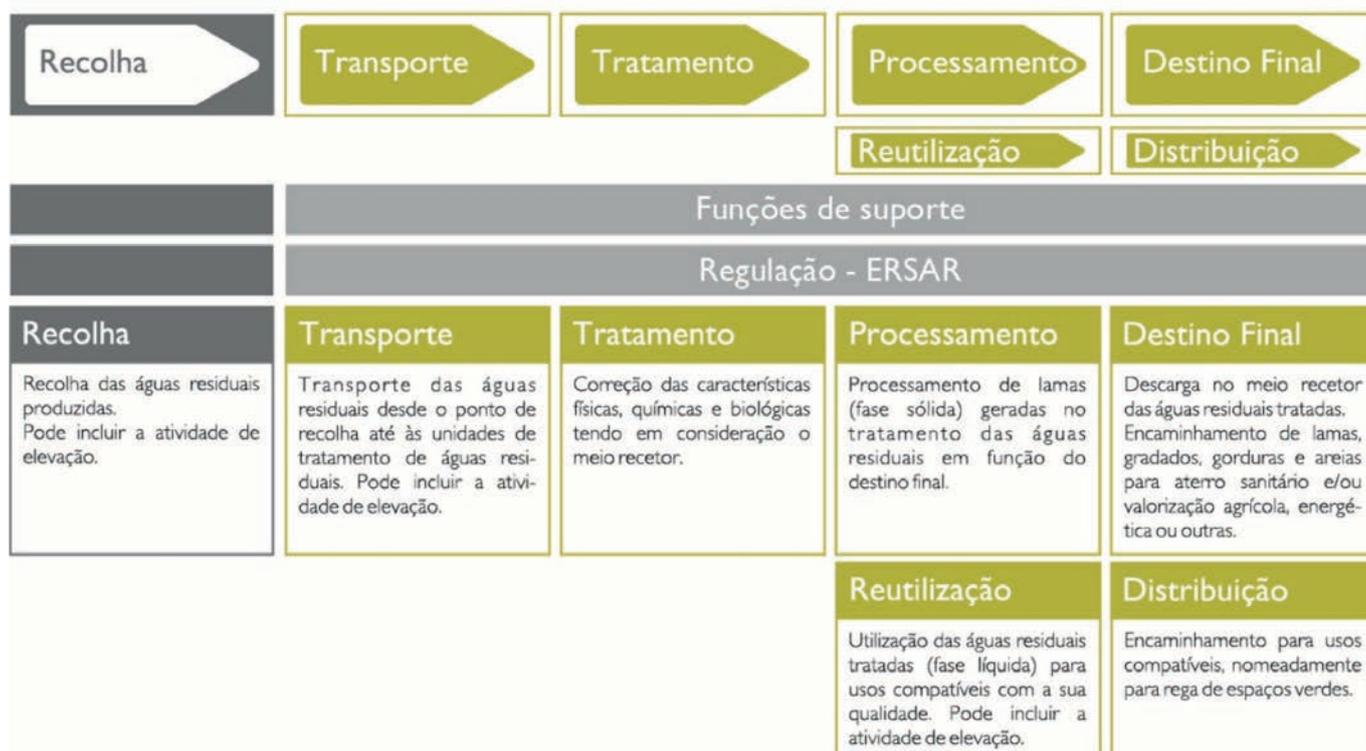
Infraestruturas do SMAAA	Quantidade
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	31
Pontos de Entrega	78
Reservatórios	18
Barragens	1
Adutor [kms]	486

I.3. Cadeia de Valor

OPERAÇÃO – ÁGUA



OPERAÇÃO – SANEAMENTO



I.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2019 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447,00	16 237 235,00	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270,00	1 446 350,00	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236,00	86 180,00	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046,00	170 230,00	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787,00	163 935,00	A	0,55%
Município de Faro	409 788,00	2 048 940,00	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813,00	939 065,00	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726,00	1 013 630,00	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797,00	1 693 985,00	A	5,68%
Município de Monchique	25 718,00	128 590,00	A	0,43%
Município de Olhão	230 791,00	1 153 955,00	A	3,87%
Município de Portimão	369 206,00	1 846 030,00	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607,00	248 035,00	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439,00	1 112 195,00	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680,00	678 400,00	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605,00	268 025,00	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044,00	590 220,00	A	1,98%
Total	5 965 000,00	29 825 000,00		100,00%

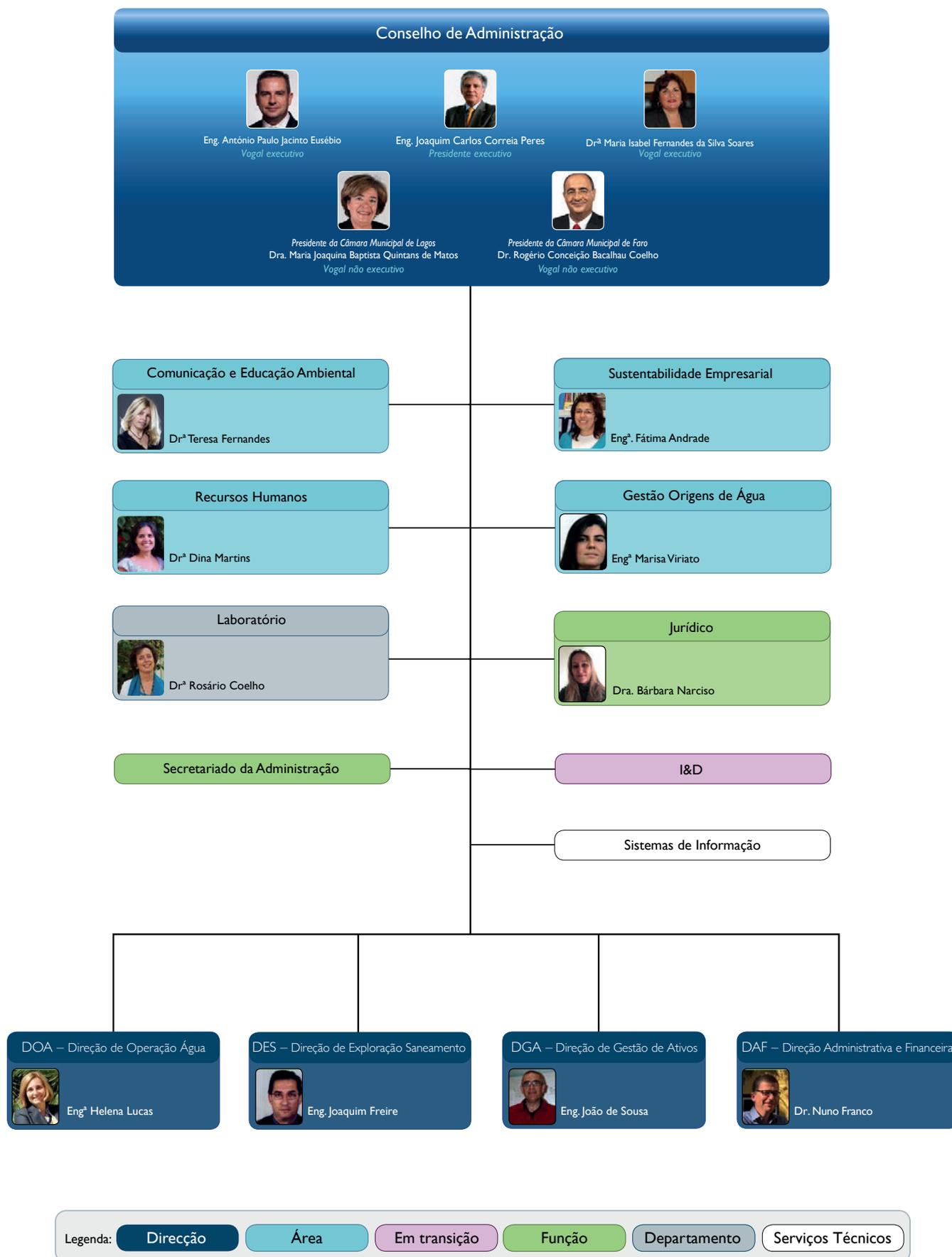
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A..

Nos termos do art.º 66 do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2019:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em quatro direções, oito áreas funcionais e de suporte e um serviço técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de órgãos funcionais, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

DIREÇÃO DE OPERAÇÃO ÁGUA – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO SANEAMENTO - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS – DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF

Integra a área da contabilidade, das compras e do planeamento e controlo de gestão. Assegura a gestão financeira e contabilística da empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais. É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos e 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais.

GESTÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA – GOA

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão partilhada dos recursos hídricos, de acordo com a legislação aplicável. Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água. Participa nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

LABORATÓRIO – LAB

Apoia a operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área da monitorização e garante o escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do plano de controlo da qualidade da água (PCQA) e do cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais. É responsável por garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – SE

Promove e coordena as atividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do contrato de concessão e dos compromissos assumidos pela empresa. Contribui, em articulação com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, na avaliação do risco empresarial e na gestão de riscos de corrupção e infrações conexas da sociedade.

RECURSOS HUMANOS - RH

É o órgão responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA

Desenvolve e implementa o plano de comunicação global, onde se englobam a comunicação institucional, a educação ambiental, a organização de ações de comunicação interna, as iniciativas de responsabilidade ambiental e a relação com os órgãos de comunicação social. Tem também como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto dos stakeholders, com especial atenção ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas de comunicação externa, de educação ambiental e de responsabilidade social.

APOIO JURÍDICO / SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Trata-se de um órgão de apoio à Administração com as atribuições e competências de elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Trata da resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada. Secretaria as reuniões do conselho de administração e da comissão executiva. Monitoriza o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Assessoria a administração nas relações e obrigações estatutárias com os órgãos sociais da empresa.

SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEC

As responsabilidades do Secretário da Sociedade são as resultantes do disposto no artº.446-B do Código das Sociedades Comerciais e sgts., competindo-lhe, nomeadamente, o apoio às reuniões dos órgãos sociais, certificação dos documentos da Sociedade, autenticação das assinaturas dos membros do Conselho de Administração, emissão de extratos de atas, seguimento das deliberações do Conselho de Administração e a conformidade dos livros oficiais da Sociedade.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Promove e coordena os projetos e estudos relacionados com a investigação e desenvolvimento no setor da água e saneamento, em especial o decorrente do projeto associado à construção da barragem de Odelouca. Participa, em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, em projetos de inovação ligados direta ou indiretamente com a atividade da Águas do Algarve, S.A., com os recursos utilizados, incluindo os energéticos, e com a segurança e controlo dos seus processos operacionais.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SI)

Assegura a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas da empresa. Assegura a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados. Assegura o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

ÓRGÃOS SOCIAIS - 2019

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dr.º Rui Miguel da Silva André, Presidente da Câmara Municipal de Monchique (*Presidente*)

Dr.º Paulo Manuel Marques Fernandes (*Vice-Presidente*)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (*Secretária*)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres (*Presidente Executivo*)

Dra. Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (*Vogal Executivo*)

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (*Vogal Executivo*)

Dr.º Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (*Vogal não executivo*)

Dra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Lagos (*Vogal não executivo*) (*Cessou funções com efeitos a 25 de outubro de 2019*)

CONSELHO FISCAL

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dr.º António Miguel Ventura Pina, Presidente da Câmara Municipal de Olhão (*Presidente*)

Dr.º João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (*Vogal efetivo*)

Dra. Sandra Simões Filipe (*Vogal efetivo*)

Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (*Vogal suplente*)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mandato 2019-2021, iniciado em 8 de abril de 2019:

PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representado por:

Dr.º João Rui Fernandes Ramos (*ROC Efetivo, ROC n.º 1333*) ou

Dr.º Carlos José Figueiredo Rodrigues (*ROC Suplente, ROC n.º 1737*)

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dra. Carla da Conceição Afonso Correia (*Presidente*)

Dra. Rosa Cristina Gonçalves Palma (*Vogal Efetivo*)

I.5. Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

I.6. Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2019	2018	Variação €	Variação %
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000	0	0,0%
Capital Próprio (€)	29 451 461	44 825 126	-15 373 665	-34,3%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	654 521 759	629 322 993	25 198 766	4,0%
Ativo Líquido Total (€)	500 319 526	520 167 407	-19 847 881	-3,8%
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	60 476 160	58 435 392	2 040 769	3,5%
Resultados Antes de Impostos (€)	1 521 988	9 414 054	-7 892 066	-83,8%
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 200 838	7 191 847	-5 991 008	-83,3%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	4,08%	16,04%	-11,97%	
Rendibilidade do Ativo (%)	0,24%	1,38%	-1,14%	
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	38,13%	40,80%	-2,67%	-6,6%
Endividamento Líquido : EBITDA	7,11	7,20	-0,10	-1,3%
EBITDA (€)	27 575 593	28 345 703	-770 110	-2,7%
EBITDA : Serviço da Dívida	0,16	0,15	0,01	5,8%
Cash-cost (€/m ³)	0,2869	0,2726	0,0143	5,2%
Margem EBITDA (%)	45,6%	48,5%	-2,9%	
ROCE- Indicador AdP (%)	3,30%	6,16%	-2,87%	
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	162	160	2	1,3%
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4 995	4 995	0	0,0%
População Residente na Área Abrangida (nº)	453 839	453 839	0	0,0%
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	10 570 786	16 084 671	143 366	0,9%
ABASTECIMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	99%	99%	0%	
Volume de Água Vendida (m ³)	74 132 668	67 557 579	6 575 089	9,7%
Tarifa (€/m ³)	0,4710	0,4710	0,0000	0,0%
Pontos de Entrega (nº)	78	79	-1	-1,3%
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4	0	0,0%
Rede Adutora (Km)	486	491	-5	-1,0%
SANEAMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	98%	98%	0%	
Efluente Equivalente Faturado (m ³)	40 542 199	42 202 887	-1 660 688	-3,9%
Tarifa (€/m ³)	0,6304	0,6304	0,0000	0,0%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	76	65	11	16,9%
Rede Coletores (Km)	480	480	0	-0,1%

* Com o contrato de concessão em vigor até 23 de julho de 2019

2- RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2005 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar.

Galardões/Prémios

PRÉMIO ALUSIVO AO PLANO DE EFICIÊNCIA E DE PRODUÇÃO DE ENERGIA

A Águas do Algarve, S.A. foi uma das empresas galardoada com o Prémio alusivo ao seu Plano de Eficiência e de Produção de Energia, relativo ao período 2018/ 2019. Este galardão é atribuído anualmente às empresas do Grupo AdP, com vista ao reconhecimento e valorização do grau de execução do Plano de Eficiência e de Produção de Energia, incentivando uma dinâmica de implementação no cumprimento das ações previstas.

No conjunto de medidas PEPE, a avaliação é positiva quer no cumprimento da meta, quer na dinâmica de implementação. O Prémio PEPE é atribuído às empresas do Grupo AdP que no último ano cumpriram ou superaram os objetivos estabelecidos no Plano de Eficiência e de Produção de Energia no Grupo AdP.

A entrega do prémio PEPE ocorreu dia 22 de outubro de 2019, no Centro Cultural de Belém em Lisboa. Com a atribuição deste prémio pretende-se dar relevo ao trabalho que, no âmbito da eficiência energética e produção própria de energia, vem sendo desenvolvido pela Águas do Algarve, S.A..

3- DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2019 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA prestará à comunidade no futuro.

Os resultados líquidos totalizaram 1,2 milhões de euros, resultado inferior em 6 milhões de euros em relação a 2018 e inferior em 6 milhões de euros em relação a 2017 devido ao ajustamento tarifário.

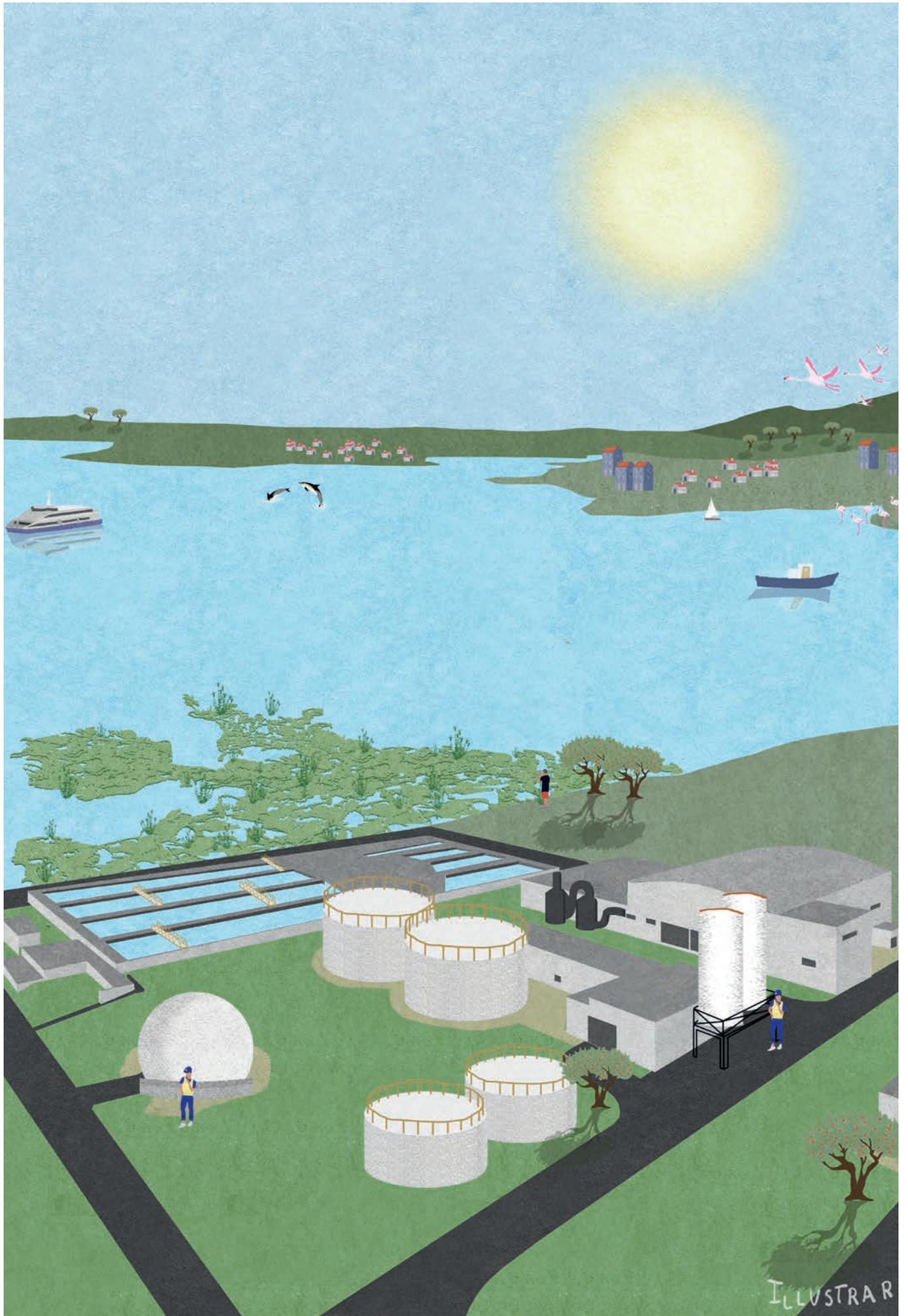
Resultados	2019	2018	2017
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	5 208 485	7 191 847	7 306 257
DRG	-4 007 647		
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 200 838	7 191 847	7 306 257

Se o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) tivesse sido aplicado em 2018 e em 2017 respetivamente, os valores de Resultados seriam os seguintes:

Resultados	2019	2018 (com DRG)	2017 (com DRG)
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	5 208 485	7 191 847	7 306 257
DRG	-4 007 647	-5 493 917	-5 136 786
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 200 838	1 697 930	2 169 472

É de salientar, contudo, os seguintes eventos ocorridos em 2019:

- Assinatura no dia 24/07/2019 do novo Contrato de Concessão, para o período 2019-2048, atribuindo à Águas do Algarve, SA a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que substitui os dois sistemas multimunicipais agora extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve;
- A aplicação do regime contabilístico dos “Desvios de Recuperação de Gastos” que em 2019 teve impactos ao nível das rubricas de resultados transitados e dos capitais próprios;
- Início do funcionamento da ETAR de Faro/Olhão em regime de exploração direta;
- Realização da campanha de “Sensibilização para o Uso Eficiente da Água”, cujo principal objetivo é fomentar consciências coletivas relativamente ao valor da água e à imperativa necessidade da mudança de comportamentos relativamente ao consumo de água;
- Realização de uma digressão pelas praias da região (“Roadshow da Água”) cujo objetivo foi sensibilizar a população residente e os turistas que visitam o Algarve para a importância de fazer uma utilização eficiente da água;
- Execução do projeto “Usa a água com um Pingó de Consciência” cujo objetivo é o investimento na Educação Ambiental e informar sobre a importância do consumo de água da torneira. Os destinatários da campanha foram as unidades hoteleiras da região que possuem o Selo “Green Key 2019”. Recorda-se que se trata de prémio internacional que promove o Turismo Sustentável em Portugal através do reconhecimento de estabelecimentos turísticos, alojamento local, parques de campismo e restaurantes que implementam boas práticas ambientais e sociais, que valorizam a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e que promovem a Educação Ambiental para a Sustentabilidade;
- Participação nas “Olimpíadas das Alterações Climáticas”. Tratou-se um projeto educativo de curta duração que teve como principal objetivo motivar os alunos do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário das escolas do Algarve para a importância deste tema. A ação contou com cerca de 300 alunos;



ILLUSTRAR

O NEGÓCIO



O NEGÓCIO

B- O Negócio

1- LINHAS ESTRATÉGICAS

1.1. Introdução

A sociedade Águas do Algarve, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP).

A sociedade tem como missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos; minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas; adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos; contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2018 - 2020

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Algarve, S.A sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Algarve, S.A., após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

1. Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.3. Na constituição e/ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;

- 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

1.3 Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2018-2020

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.9. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.9. deste relatório.

Grau de Concretização	Avaliação Global
$GC < 1,8$	Objetivos não Cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos Cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos Superados

2- ENQUADRAMENTO

2.1. A Envolvente

CONTEXTO MACROECONÓMICO ¹

GLOBAL

O crescimento mundial em 2019 está estimado em aproximadamente 2,4% (ligeiramente inferior ao ano 2018 – 3%), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2020 e 2021 situam-se em 2,5% e 2,6%, respetivamente.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

ZONA EURO

Após um fraco crescimento no segundo e terceiro trimestres de 2019, o crescimento real do PIB deverá permanecer moderado no curto prazo. Os indicadores económicos declinaram, refletindo principalmente a fraqueza contínua no comércio global em ambiente de incertezas globais contínuas (relacionadas com o aumento do protecionismo, desaceleração na China e um Brexit ainda incerto quanto ao seu desfecho). No entanto, os indicadores mais recentes sobre a indústria mostram alguma estabilização, enquanto o sentimento no setor da construção e a confiança do consumidor demonstraram mais resiliência e a situação do mercado de trabalho permanece favorável.

(1) Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

A moderação do crescimento real do PIB, de 1,2% em 2019 para 1,4% em 2022, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão-de-obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ascendeu a 1,2% e deverá aumentar gradualmente até 1,6% em 2022.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2019 são os seguintes:

	Estimativa 2019	Ano 2018
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,3%	1,2%
Taxa de desemprego	6,3%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,76%	1,84%

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2020-2022, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa um crescimento da taxa de inflação até 1,4% entre 2020 e 2022.

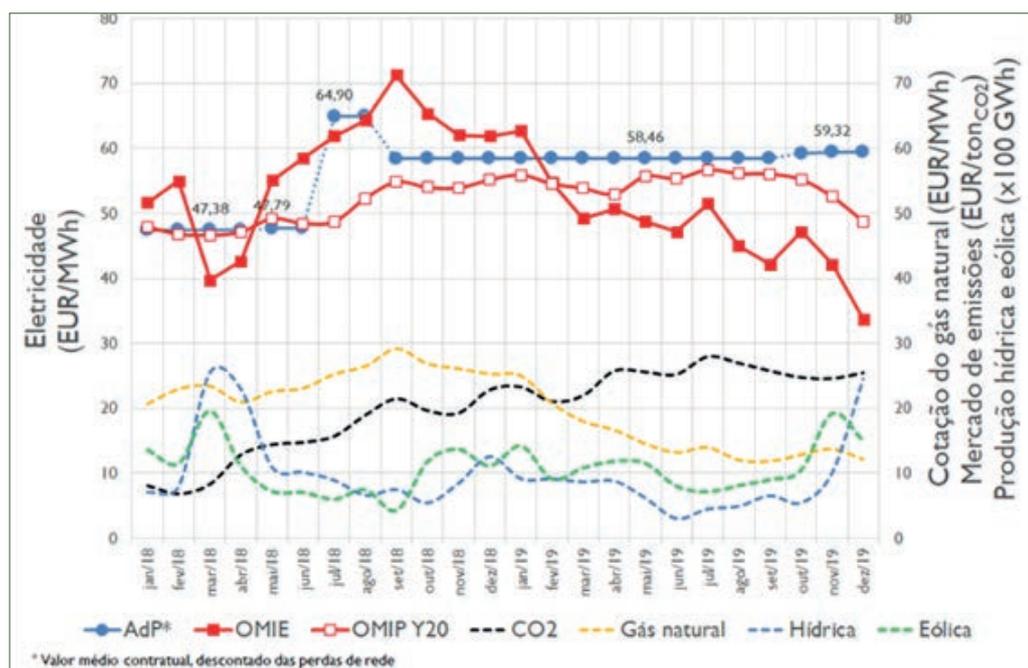
No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2022 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, em 0,4%, em 2019; 0,3%, em 2020; 0,4% em 2021; e 0,6% em 2022. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

A ENERGIA NO GRUPO ADP - PREÇOS E CONSUMOS

No ano de 2019 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 47,87 €/MWh (foi de 57,45 €/MWh em 2018). Esta descida face a 2018 resulta de vários fatores combinados, de onde se destacam o efeito da descida continuada do preço do gás natural e da descida das cotações do mercado de emissões de CO₂, ambas com principal incidência a partir da segunda metade do ano.

Recorda-se que o valor médio registado em 2018 correspondia ao valor mais elevado desde 2008, e que aquela subida resultou do efeito combinado do aumento das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, foi em 2019 cerca de 8% inferior à verificada em 2018, apenas teve impacto nos mercados nos últimos 2 meses do ano, onde a produção média mensal foi 76% superior à média de 2019.



Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2019/2018
Portugal	-17%
Alemanha	-15%
França	-21%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2020, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2019/ 2018
Portugal	+9%
Alemanha	+14%
França	+11%

No ano de 2019, o consumo nacional foi de 50.345 GWh, inferior em 0,2% face a 2018. O consumo foi satisfeito em 49% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 52% verificados em 2018. A produção térmica, entre 2018 e 2019, apresentou um crescimento de 15% no gás natural e de 3% na cogeração, enquanto a produção com base em carvão reduziu-se em 54%. O saldo com o exterior foi importador em 7% do consumo, ao contrário do verificado em 2018 que teve um saldo exportador de 5%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2019 foi 1,3°C superior a 2018, o que terá ajudado a reduzir as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica baixou de 1,05 em 2018 para 0,81 em 2019, com impacto na produção hídrica que se reduziu em 25% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente a recuperação do deficit tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, em 2019 manteve-se a dinâmica de descida das TAR - 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR - correspondente a -12,0% face a 2018, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP.

Contudo, importa referir que esta redução não se irá manter em 2020 uma vez que as TAR voltaram a ser fixadas com um incremento médio de +1,2% para todos os níveis de tensão, quantificando-se num crescimento médio de +1,5% face a 2019, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP (sendo as TAR cerca de metade do preço da energia final, o seu efeito será de aproximadamente +0,7% no crescimento médio do custo global).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2019 foi cerca de 102,86 €/MWh (foi de 105,36 €/MWh em 2018), correspondendo a uma redução média de -2,4% face a 2018, representando o custo de aquisição de energia 61% (versus 55% em 2018). Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,55 e 58,27 €/MWh, para 2019 e 2018, respetivamente (+7,3%).

Refira-se que os valores apresentados têm por base valores reais de consumo até novembro - alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) -, com extrapolação até ao final de 2019.

Os custos totais da energia elétrica em 2019, para além de refletirem a descida das TAR incluem também a redução excecional da potência contratada que, conseguida em 2018, teve aplicação plena no decurso do exercício de 2019.

Para o ano de 2020 (contratado até 31 de dezembro de 2020, com exceção da BTN que foi contratada até 31 de dezembro de 2021), o valor médio deverá situar-se em torno dos 103,60 €/MWh (versus 102,86 €/MWh em 2019), o que representa um aumento de +0,7% face ao ano anterior; influenciado pela subida das TAR fixadas para 2020.

O valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,30 €/MWh, que comparando com o valor de 62,55 €/MWh em 2019, representa um decréscimo médio de -0,4%.

Os valores estimados para 2020 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia, por empresa e no Grupo.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, ainda preliminares, o consumo de energia em 2019 deverá aumentar em 1,6% face ao verificado em 2018 (728,7 GWh), que associado ao ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP (+0,5%), deverá induzir um ligeiro ajustamento do consumo específico face ao registado em 2018 (0,6580 kWh/m³).

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados preliminares de 2019 permitem perspetivar uma produção de mais de 33 GWh/ano (+8,6%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,5% do seu consumo total de energia. Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 15.644 toneladas, representando uma redução de -4,4% face a 2018.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2019, os 127 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil, que representa uma redução de 582,7 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,5% (-85,1 tep), e o consumo elétrico foi de 293 MWh. Importa referir que, em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada foi de 326 toneladas, representando uma redução de -70,3%.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Tal como verificando anteriormente, continua a não ser possível prever a variação do preço da energia elétrica para os próximos anos – o mercado de aquisição de energia para os próximos anos tem vindo a apresentar uma descida importante em função da produção registada a partir da energia eólica -, mantendo-se as incertezas e as fortes dependências dos preços em função da variação da economia mundial e das origens de produção no setor.

Acrescem os efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, terão sobre o preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e o condicionam, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, dos quais se destacam:

- a) Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- b) Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- c) Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
- e) Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões, ...;
- f) Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
- i) Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- m) Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
- n) Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
- r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Nesse sentido merece destaque o projeto relativo ao desenvolvimento de Estudo de Implementação de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a considerar não deve ser apenas a energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;

-
- Os objetivos não passam apenas pela produção própria de energia elétrica, tendo, igualmente e em primeiro lugar, a ambição de redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
 - As fontes de produção devem ser baseadas num mix, considerando essencialmente sistemas baseados em solar fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e cogeração a biogás, procurando maximizar produção;
 - Deve-se maximizar o escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética;
 - Devem ser previstas soluções de storage de energia, retirando partido de infraestruturas existentes do Grupo AdP, alterando a filosofia de exploração das mesmas, tal como sucede com os atuais reservatórios dos sistemas de abastecimento;
 - Devem ser dimensionadas e orçamentadas as intervenções, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma provisional, considerando, como prioritários, os projetos com TIR mais elevada e com maior nível de autoconsumo;
 - Devem ser calculados os valores de redução de emissões de CO₂ que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal;
 - Deve ser aproveitada a oportunidade para aprofundar matérias como a coesão territorial, uma vez que o Grupo AdP tem, desde sempre, essa estratégia no seu ADN, como é também uma das suas missões.

Este importante projeto de desenvolvimento, que teve o seu início em janeiro de 2020, constituirá uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da United Nations Global Compact - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

2.2. O Sector

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL²

A água tangencia todos os aspetos do desenvolvimento e está ligada à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, uma série de desafios — lacunas no acesso a água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, a poluição, os impactos climáticos e padrões de crescimento que fazem uso mais intensivo da água — tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao alívio da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para que exista segurança hídrica à escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos extremos climáticos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

A falta de acesso a (melhores) serviços de abastecimento e saneamento impõe grandes custos à sociedade, designadamente nas regiões mais pobres. Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Pouquíssimas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

Apesar do reconhecimento da importância da água para o desenvolvimento, segundo o Banco Mundial, um grande número de países indicaram não ter financiamento suficiente para atingir as metas nacionais estabelecidas relativamente ao acesso a água potável. As incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Ajudar os países a alcançar maior inclusão e sustentabilidade no setor da água, pressupõe investimentos nas instituições que promoverão a construção e/ou a melhoria das infraestruturas existentes, apostando na acessibilidade universal ao serviço e na gestão eficiente dos recursos.

(2) Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>

Com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, têm sido promovidas várias iniciativas e estabelecidas parcerias a nível global:

- World Bank Water Global Practise, que constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no setor da Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas;
- Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP), através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- 2030 Water Resources Group (2030 WRG) destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL³

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> • 9,6 milhões de habitantes servidos • 96% de alojamentos servidos • 192 litros: consumo médio diário de água por habitante • Tarifa média ponderada: 0,4985€/m³ • Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,70% 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem • 85% de alojamentos servidos • 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento • 84% de alojamentos servidos com tratamento • 1,7 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente • Tarifa média ponderada: 0,5296€/m

Dados RASARP 2018 - ERSAR

Constituindo o instrumento estratégico para o setor no sentido de promover junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, contínua em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face. Em novembro de 2019 realizou-se a sexta reunião da Comissão Permanente da Seca, onde foi avaliado o ponto de situação meteorológico, hidrológico e regadio público, bem como das medidas que têm vindo a ser implementadas à evolução da seca. Foi acordada a constituição de dois grupos de trabalho para elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, integrando os organismos da administração e os setores mais representativos em cada região.

O GRUPO ADP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

(3) Fonte: <http://www.ersar.pt/pt/>; <https://www.apambiente.pt/>; Diário da República, 1.ª série

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias, que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2019 de 24 de outubro que procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se em julho de 2019 a assinatura do contrato de pareceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. A Águas do Alto Minho iniciou a sua atividade operacional em 1 de janeiro de 2020.

Através do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Energias foi designada como a entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais que terá como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, foi publicado o Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto que define a estratégia e os objetivos nacionais quanto à água para reutilização. Durante o ano de 2020 o Grupo AdP levará a cabo um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Águas de Portugal (AdP) reafirma o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal estar, pela primeira vez, representada no board da Water Europe, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

2.3. A Regulação

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que compõem o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos “alta” (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e “baixa” (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor da água.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à regulação ambiental.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

O Grupo AdP manteve em 2019 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2019, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e respetivo Documento Complementar n.º 1, em março de 2019, cujo procedimento se iniciou em 14 de dezembro de 2018 pela ERSAR.

Este importante regulamento constituirá uma ferramenta muito relevante para o setor das águas, em matéria de regulação económica e na sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, bem como em matéria de equidade tarifária e eficiência de preços.

Em 2019, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso. Instrumentos muito relevantes no quadro de definição dos regulamentos tarifário e de qualidade de serviço.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL

A entidade gestora Águas do Algarve, S.A., pertencente ao universo do Grupo AdP, que é um sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2019, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2018.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2019, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,75%.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, bem como o DRG relativo ao ano de 2019, sendo que até essa data estavam refletidos nas contas consolidadas da AdP, S.G.P.S..

Em 31 de dezembro de 2019 estavam registados, nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 18,4 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em novembro de 2019, foi divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pela entidade gestora, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas do Algarve, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em dezembro de 2018 o PCQA de 2019 da Águas do Algarve, S.A. foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA em 2019 foram efetuadas 8533 análises, sendo que foi detetado 1 incumprimento aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,99%.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega realizado pela Águas do Algarve, S.A. são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2019, foi divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018.

3- O NEGÓCIO

3.1. Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº 15 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Água em Alta

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALGARVE

Durante o ano 2019, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAAA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utilizou origens de água quer superficiais, quer subterrâneas.

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do SMAASA, que recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, através de captação no Canal de Rega deste Aproveitamento Hidráulico.

Estas origens superficiais são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e do Sistema de Captações Subterrâneas de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.

O ano de 2019 caracterizou-se por ser um ano seco, e na maior parte da região do algarve verificou-se a persistência da situação de seca severa, sendo que o sotavento algarvio manteve-se em situação de seca meteorológica extrema por vários meses consecutivos.

Deve referir-se que nos últimos 4 anos hidrológicos registaram-se fracas afluências na generalidade das albufeiras que constituem origens de água do SMAASA (sendo o ano hidrológico de 2018-2019 especialmente crítico), não tendo sido possível garantir as necessárias regularizações de volumes armazenados, e acentuando-se o défice em termos de disponibilidade hídrica destas albufeiras.

Ao longo destes anos a AdA tem vindo a aferir constantemente as suas estratégias de gestão das disponibilidades hídricas das origens afetas ao SMAASA, numa ótica de gestão integrada de origens superficiais e subterrâneas, promovendo a garantia de reserva e a eficiência em termos de recursos, numa avaliação contínua das disponibilidades globais de água face às necessidades de consumo verificadas.

Apesar dos fortes condicionalismos e desafios que estes anos de seca têm imposto à gestão dos volumes disponíveis nas diversas origens de água do SMAASA, não se verificaram, até ao final do ano civil de 2019, quaisquer constrangimentos no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão do SMAASA.

No entanto, deve referir-se que, prolongando-se esta situação de anos consecutivos de seca, e tendo em consideração as fracas afluências e baixas regularizações verificadas ao longo destes últimos anos nas grandes origens de água superficial do SMAASA, é inevitável que o défice de volumes de água disponíveis se vá acentuando, impossibilitando que as estratégias de gestão adotadas possam continuar a ter um carácter plurianual.

No quadro seguinte é apresentado um resumo da informação associada ao armazenamento de água, durante o ano 2019, das albufeiras que constituem origens de água superficial do SMAASA.

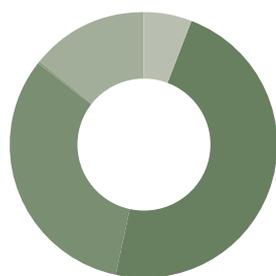
	Barragem de ODELOUCA				Barragem de ODELEITE				Barragem do BELICHE				Barragem da BRAVURA			
Cap. Total de Armazenamento (hm ³)	157,14				130,00				48,00				34,82			
Cap. Útil de Armazenamento (hm ³)	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
31/12/18	114,08	72,60%	85,14	66,41%	93,76	72,12%	72,56	66,69%	30,92	64,41%	25,81	60,17%	20,37	58,50%	17,81	55,20%
31/03/19	72,98	46,44%	44,04	34,35%	87,45	67,27%	66,25	60,89%	28,47	59,30%	23,36	54,45%	20,60	59,17%	18,04	55,92%
30/06/19	67,58	43,01%	38,64	30,14%	72,65	55,88%	51,45	47,29%	23,07	48,06%	17,96	41,87%	17,54	50,36%	14,97	46,41%
30/09/19	58,08	36,96%	29,14	22,73%	51,52	39,63%	30,32	27,87%	15,68	32,66%	10,57	24,64%	11,98	34,39%	9,41	29,18%
31/12/19	72,92	46,41%	43,98	34,31%	51,24	39,42%	30,04	27,61%	15,65	32,61%	10,54	24,58%	11,54	33,14%	8,98	27,82%

Consequentemente e tendo sido o ano hidrológico de 2018-2019 particularmente seco, não se registando, na região do Algarve, os usuais períodos de pluviosidade de abril e maio, verificou-se um aumento dos consumos de água dos diversos utilizadores.

Assim, no que respeita ao Abastecimento Público, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 76,3 hm³ de água, com recurso a origens superficiais (65,4 hm³) e origens de água subterrâneas (10,9 hm³).

ÁGUA CAPTADA (m³) POR ORIGEM

jan - dez 2019



Empreendimento Hidráulico de FM de Odeleite-Beliche	47,1%
Empreendimento Hidráulico de Odelouca	31,7%
Captações Subterrâneas - Aquífero Almádena\Odeáxere	0,3%
Captações Subterrâneas - Aquífero Querença\Silves	14,0%
Empreendimento Hidráulico de FM da Bravura	6,0%

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, em 2019, foi de 74 132 668 m³, representando um caudal médio diário de 203 103 m³, sendo superior em 9,7% em relação ao caudal médio diário de 2018.

O volume de água não faturada foi de 2 141 331 m³, representando cerca de 2,81% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 529 516 m³, representando 0,7% da água captada, representando 2,95 m³/km dia.

O volume total de água tratada no ano de 2019 foi de 74 670 819 m³ e representou um acréscimo de 9,72% face ao ano anterior.

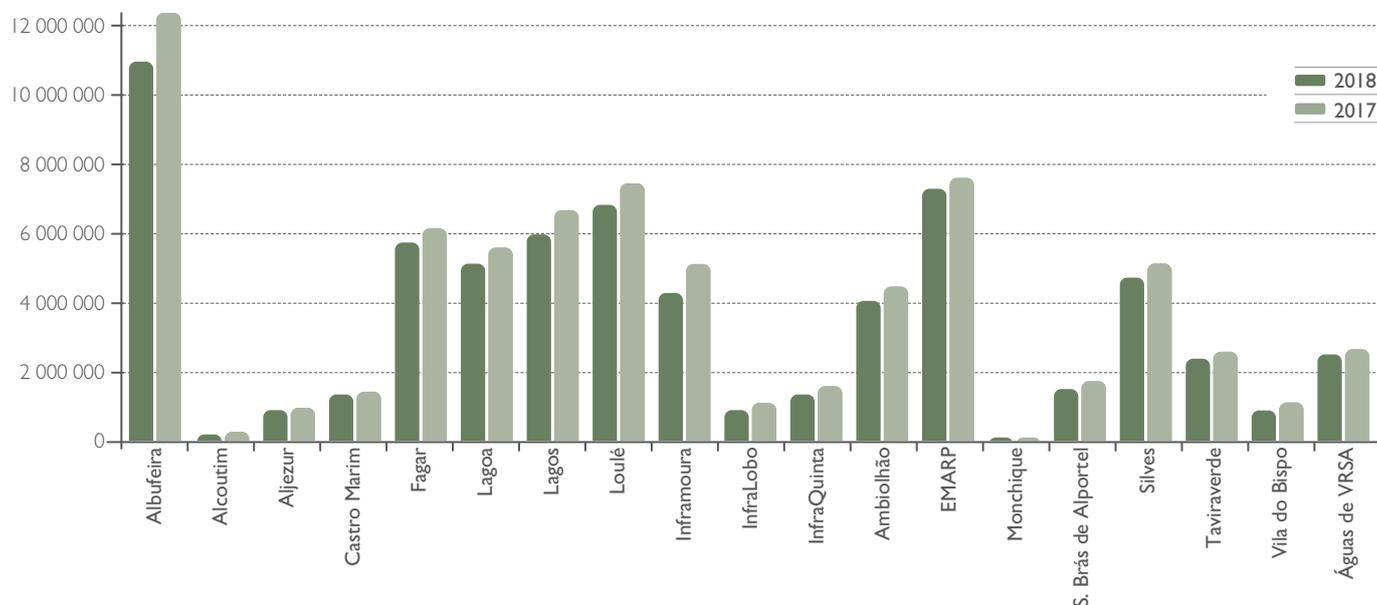
A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em 2019 atingiu no mês de agosto, um valor médio de 63,5 % correspondente a 309.793 m³/dia, superior em 2,6% relativamente ao ano de 2018.

Através da Interligação Reversível, foram transferidos 530 325 m³ de água no sentido Poente – Nascente e 6 182 154 m³ de água no sentido Nascente – Poente, representando uma aumento global de volumes transferidos de 10% face ao ano anterior.

Foi captado no furo JK8 um volume de 199 224 m³ de água fornecido diretamente para adução após desinfeção.

O gráfico seguinte apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2019 face ao ano 2018.

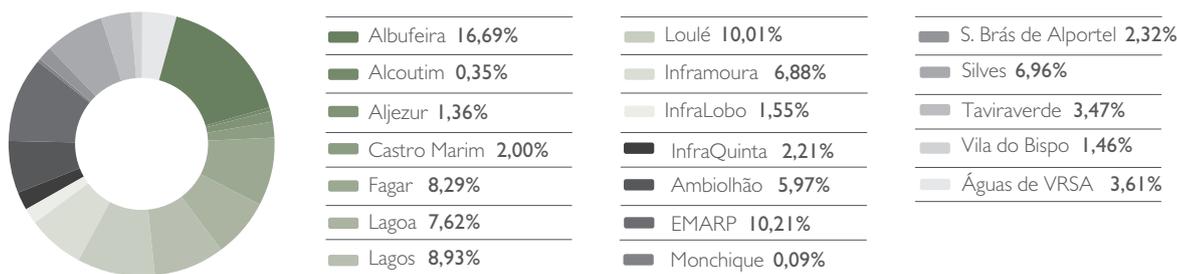
EVOLUÇÃO ANUAL DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDA AOS UTILIZADORES MUNICIPAIS NOS ANOS 2019 E 2018 (m³)



Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em época alta, com um fator de ponta de 1,55. Em 2018 o fator de ponta tinha sido de 1,66.

O seguinte gráfico apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2019.

DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA EM PORCENTAGEM POR UTILIZADORES DURANTE O ANO 2019



O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 21% da água faturada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume fornecido foi Albufeira, representando 16,69% da água fornecida no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água fornecida foi Monchique, representando apenas 0,09% da água fornecida.

No ano de 2019 a operacionalidade do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais com consequências para o abastecimento público de água superior a 6 horas.

QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta no ano 2019 pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,99%, tendo-se registado um (1) incumprimento na qualidade da água fornecida no âmbito do PCQA - Programa de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR.

PRODUÇÃO E DESTINO FINAL DE LAMAS DO TRATAMENTO DE ÁGUA

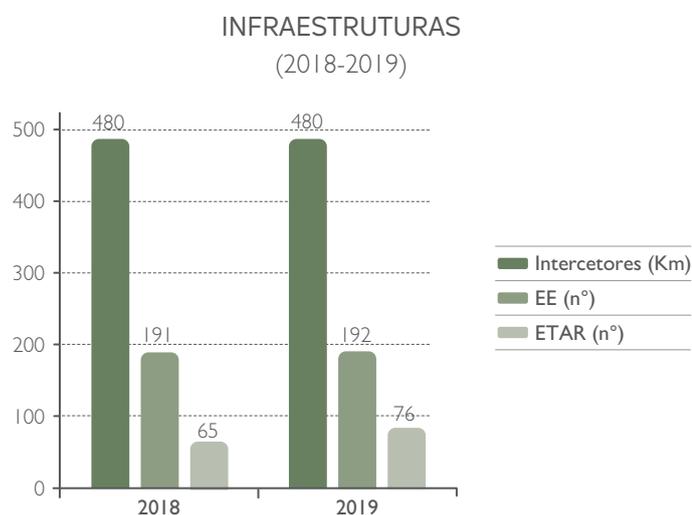
Nas ETAs do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta foram produzidas 6 205,07 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 3.667,4 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 16% na produção de lamas e um decréscimo de 12% nas lamas encaminhadas para valorização.

3.3. Saneamento em Alta

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ALGARVE

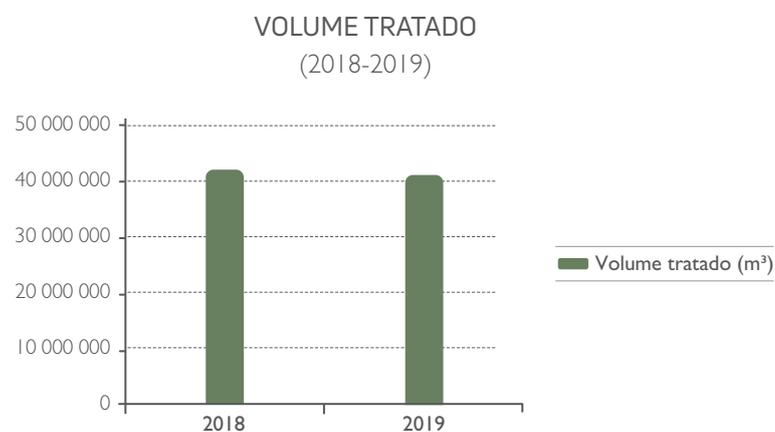
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES

No quadro seguinte apresentam-se as infraestruturas em exploração no final de 2018 e no final de 2019, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR).



VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

Durante o ano de 2019 o volume de água residual tratada foi de 40.543.083 m³. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m³), em 2018 e 2019.



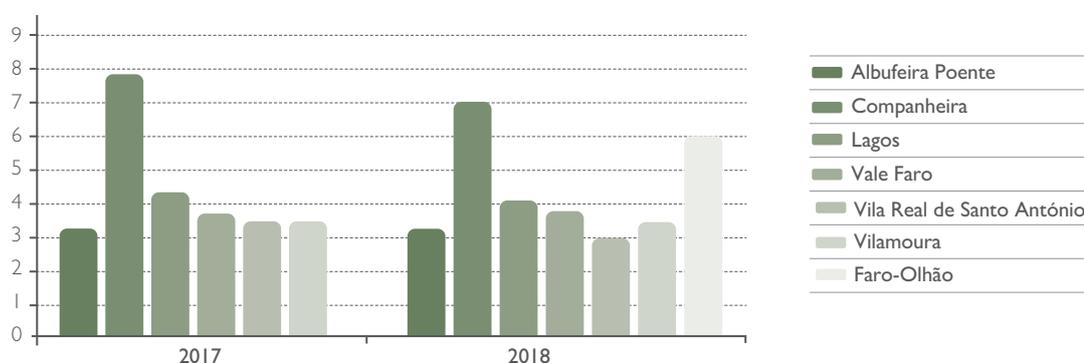
Volume (m ³)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulados
2018	2 938 456	2 702 086	3 993 144	3 727 771	3 461 048	3 516 518	4 225 129	4 896 733	3 809 671	3 600 566	3 224 531	2 708 914	42 804 568
2019	2 793 244	2 766 891	2 944 835	3 342 863	3 235 867	3 473 358	4 162 483	4 787 685	3 798 419	3 285 105	2 794 131	3 158 203	40 543 083
Diferença 2019-2018	-145 212	64 805	-1 048 309	-384 908	-225 181	-43 160	-62 646	-109 048	-11 252	-315 461	-430 400	449 288	-2 261 485

A diminuição de volume, relativamente a 2018, pode estar relacionada com a diminuição da precipitação, visto que o ano de 2019 foi um ano seco, bem como a uma diminuição dos caudais nos meses de Março, Novembro e Dezembro.

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA NAS ETAR COM CAPACIDADE SUPERIOR A 100.000 HABITANTE-EQUIVALENTE

Na figura seguinte são apresentados os volumes de água residual tratada nas ETAR do SMSA com capacidade superior a 100.000 hab-eq. (2018 e 2019).

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA NAS ETAR COM CAPACIDADE SUPERIOR A 100.000 HAB-EQ. (hm³).

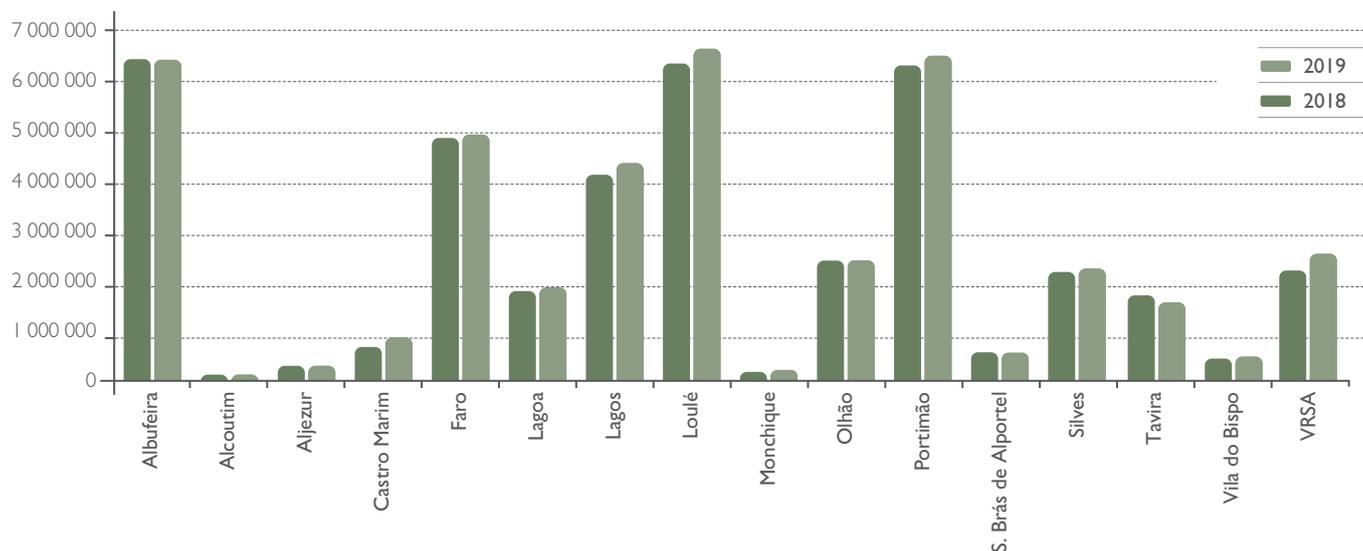


Registaram-se quebras no volume de água residual em todas as ETAR, exceto na ETAR de Vale Faro (a exploração da ETAR de Faro-Olhão iniciou-se no final de 2018).

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL EQUIVALENTE FATURADA

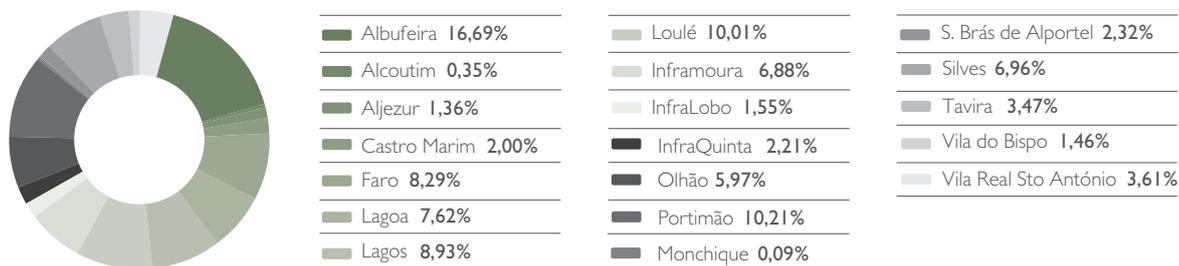
Durante o ano de 2019, foi faturado aos Utilizadores do Sistema um volume de água residual equivalente de 40.542.199 m³, sendo inferior em 4% aos caudais equivalentes faturados no ano anterior.

ÁGUA RESIDUAL EQUIVALENTE FATURADA



Apresenta-se, na figura seguinte, o peso de cada Município no volume de água residual equivalente faturada em 2019.

ÁGUA FATURADA

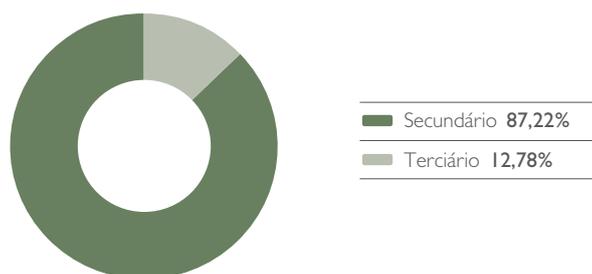


DADOS DE EXPLORAÇÃO

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA POR NÍVEL DE TRATAMENTO

Relativamente ao volume de água residual tratada, verifica-se que 87% ocorreu em ETARs com o nível de tratamento secundário e 13% com um nível de tratamento terciário, conforme figura seguinte, com níveis similares aos de 2018.

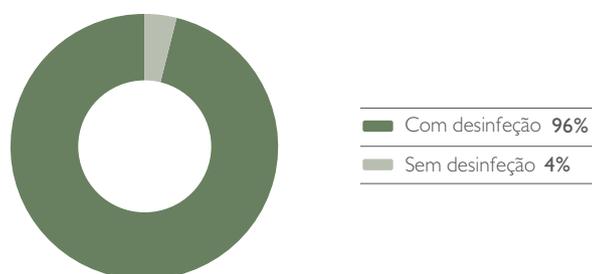
VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA POR NÍVEL DE TRATAMENTO (%)



VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

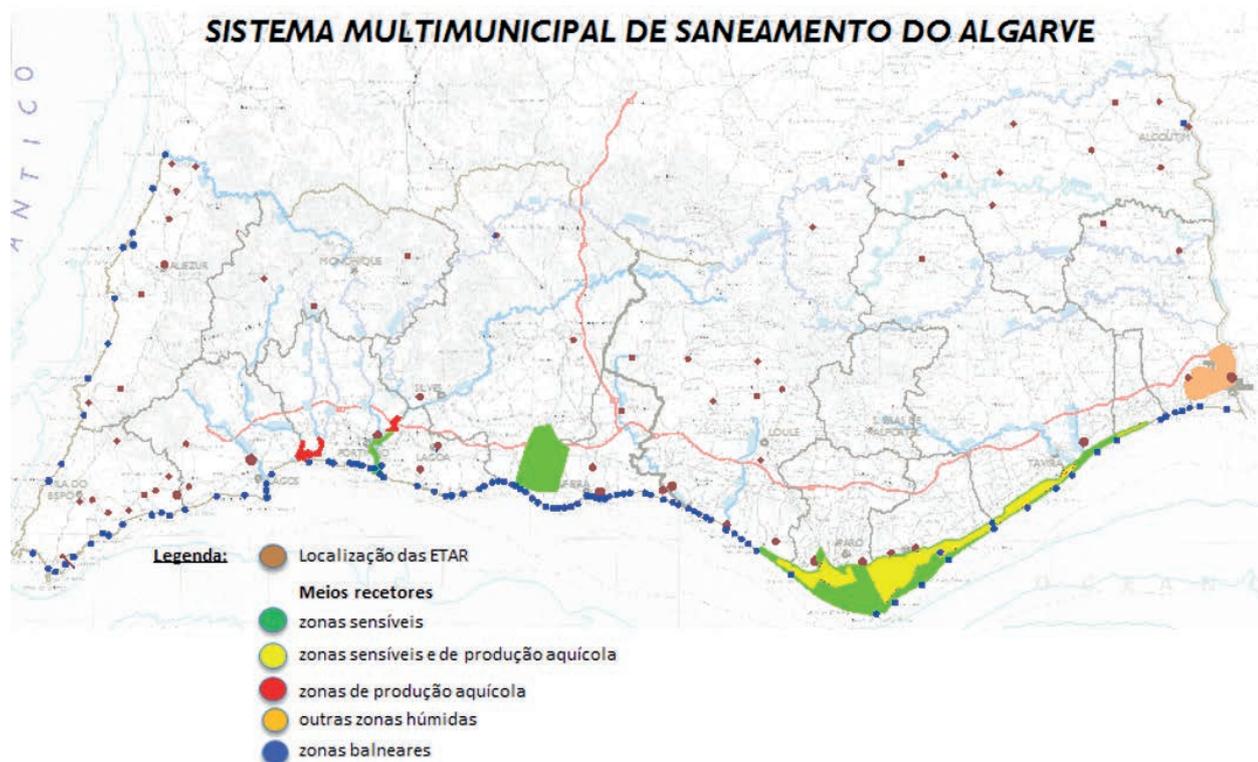
No que respeita à desinfeção microbiológica, 96% do efluente foi tratado em ETAR com sistema de desinfeção por radiação UV, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação.

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA (%)



LOCALIZAÇÃO DAS ETAR E DOS MEIOS RECETORES

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SMSA, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

CAPACIDADE INSTALADA (m³/dia) em %



CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA

Em 2019 efetuaram-se 11.444 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga, desde 2013, é apresentado na figura seguinte.

CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA (%)

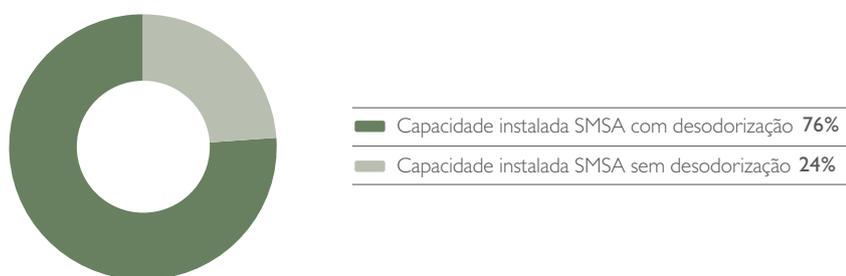


O valor do indicador é influenciado pelos incumprimentos verificados nas novas ETAR, em fase de arranque.

SISTEMAS DE DESODORIZAÇÃO NO SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EM ETAR - CAPACIDADE INSTALADA (%)



Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EE (%)



Relativamente às Estações Elevatórias, 67 têm sistemas de desodorização (35% do total).

RESÍDUOS

Em 2019 foram produzidas e transportadas para destino adequado 45.902 toneladas de lamas, representando um crescimento de 17%, quando comparado com 2018 (39.346 toneladas de lamas). Este acréscimo resulta da alteração resultante das novas ETAR.

De acordo com o contrato de prestação de serviços em vigor, as lamas têm como destino final preferencial o armazenamento temporário (R12).

PRODUÇÃO DE BIOGÁS

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos. O volume de biogás e a energia produzida foram os seguintes:

- Volume de biogás produzido: 145.442 m³;
- Não houve lugar à produção de energia, dado que as turbinas estiveram fora de serviço.

MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA

No âmbito deste descritor destacam-se as medidas mais relevantes de 2019:

- Monitorizações efetuadas nos âmbitos das Declarações de Impacte Ambiental das ETAR de Albufeira Poente, Companheira e de Faro-Olhão;
- Monitorização da avifauna nas lagoas das ETAR de Faro-Olhão e de Vilamoura;

Controlo vetorial de mosquitos – programa de prevenção de doenças transmitidas por artrópodes. Este controlo é executado anualmente de maio a outubro nas ETAR do SMSA mediante a aplicação de larvicida biológico e o corte de vegetação, bem como a monitorização periódica dos locais propícios ao aparecimento de larvas de mosquitos.

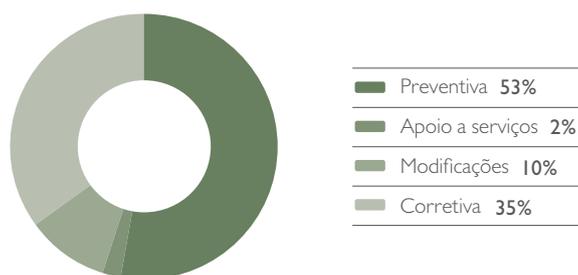
MANUTENÇÃO SANEAMENTO

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SMSA, no ano de 2019, realizaram-se 14.776 intervenções, num total de 20.966 equipamentos instalados.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizado e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

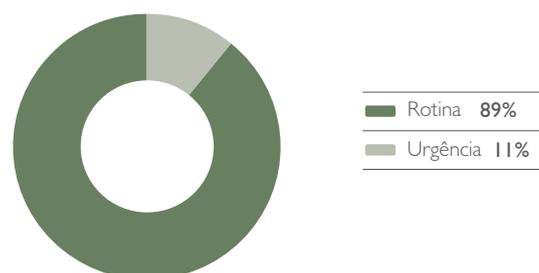
HORAS-HOMEM POR TIPO DE TRABALHO (%)

(Saneamento)



GRAU DE URGÊNCIA – OT (%)

(Saneamento)



Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	35 695
Apoio a serviços	1 197
Modificações	6 989
Corretiva	23 587
Total	67 468

Tipo de Trabalho	HH's
Rotina	13 091
Urgência	1 689
Total	14 780

Dados	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Total
Intervenções (OT Fechadas)	3 078	3 235	3 786	4 677	14 776
Equipamentos	3 451	6 530	5 175	5 810	20 966

3.4. Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

4- SUSTENTABILIDADE

4.1. Enquadramento

É com um compromisso para com as gerações atuais e futuras que o Grupo AdP desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, o Grupo AdP integra a Sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão e como potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

Continuámos a dar passos largos no combate às alterações climáticas, apostámos na inovação e na economia circular, e continuámos empenhados nas políticas sociais sempre alinhados com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A destacar este ano o forte contributo do Grupo AdP na ajuda humanitária a Moçambique no âmbito das calamidades provocadas pelos Ciclones IDAI e Kenneth. Respondemos na primeira hora com a missão de apoiar as autoridades Moçambicanas no restabelecimento do fornecimento de água potável às populações das zonas afetadas. Também numa iniciativa conjunta com a EDP, SIC Esperança e Grupo Lusíadas e com o apoio de todos os colaboradores do Grupo enviámos 5000 mochilas Esperança com bens essenciais que permitiu apoiar cerca de 25000 Moçambicanos. No final do ano reunimos ainda 1000 mochilas com material escolar.

A Águas do Algarve, S.A., enquanto empresa pertencente ao universo AdP, continua a desenvolver uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas, para além de participar ativamente nas atividades do grupo, este ano com especial relevância para o Projeto de ajuda humanitária a Moçambique.

Alguns exemplos das atividades de sustentabilidades estão referidos no ponto B-4.4.6. deste relatório.

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE 2017/2020

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade.

EM SIMBIOSE COM AMBIENTE

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS E CLIENTES

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

4.2. Stakeholders/Partes Interessadas

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

4.3. Gestão do Risco

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E CONTROLO DO RISCO

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013

A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Algarve, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, a AdP SGSP aprovou no decurso de 2019 o projeto de definição e implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



AMBIENTE DE CONTROLO

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

ATIVIDADES DE CONTROLO

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCI ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No desenvolvimento do projeto, com base nas orientações estratégicas e as contas significativas, a AdP SGPS identificou os 35 processos considerados como críticos no grupo AdP e priorizou 13 processos para os quais, foi efetuado o respetivo mapeamento, a identificação dos eventos de risco e riscos associados e dos controlos implementados para a sua mitigação, em duas empresas piloto. Paralelamente foram desenvolvidos, encontrando-se em fase de conclusão, o relatório de definição das métricas a utilizar na avaliação anual do SCI, bem como o Manual de Controlo Interno do Grupo, no qual se incluem as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados.

No seguimento encontra-se prevista a implementação da metodologia de controlo interno aprovada na Águas do Algarve, S.A., bem como a implementação do Manual de Controlo Interno, o qual compreenderá o necessário ajustado à realidade dos riscos e controlos estabelecidos na empresa. Será promovida sensibilização e formação sobre a matéria, e dada continuidade ao mapeamento dos restantes processos identificados como críticos.

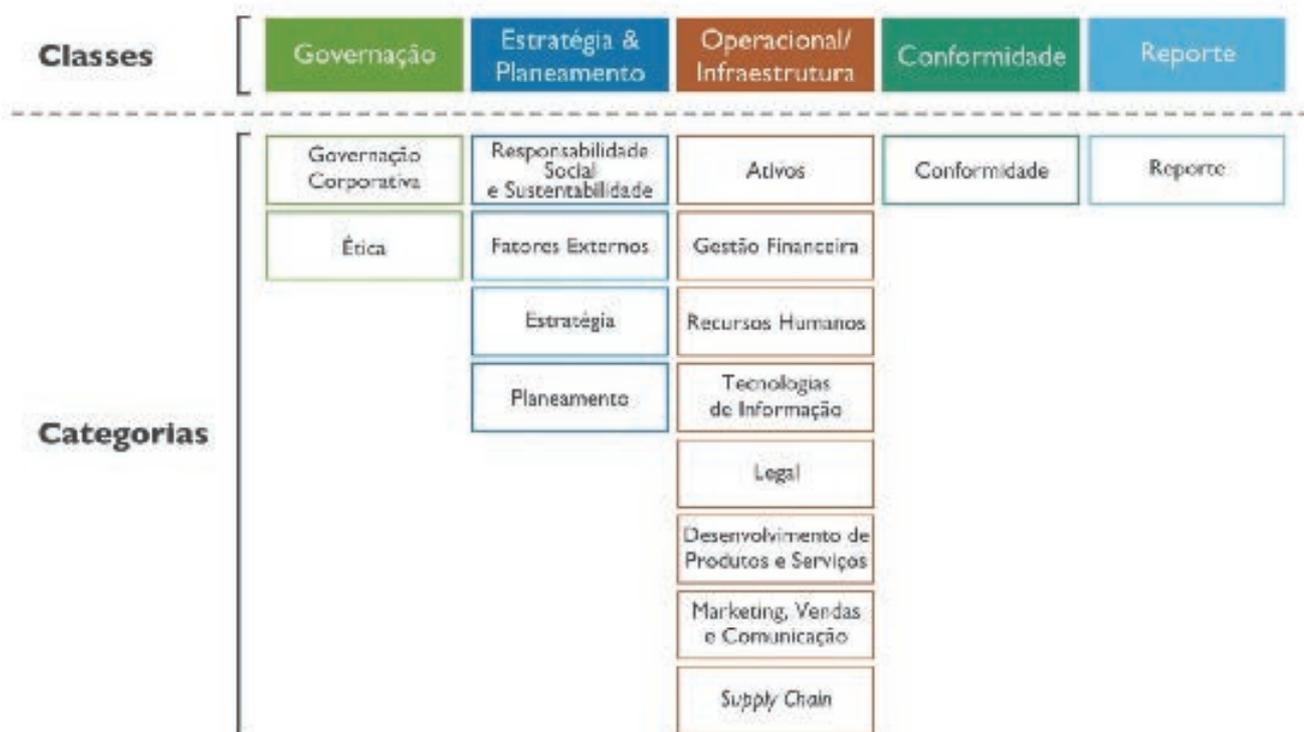
Finalizada a implementação do modelo, as métricas de avaliação estabelecidas, conjugadas com as auditorias de controlo interno efetuadas anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Algarve, S.A. e concluir se o SCI é eficaz.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na Águas do Algarve, S.A., permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

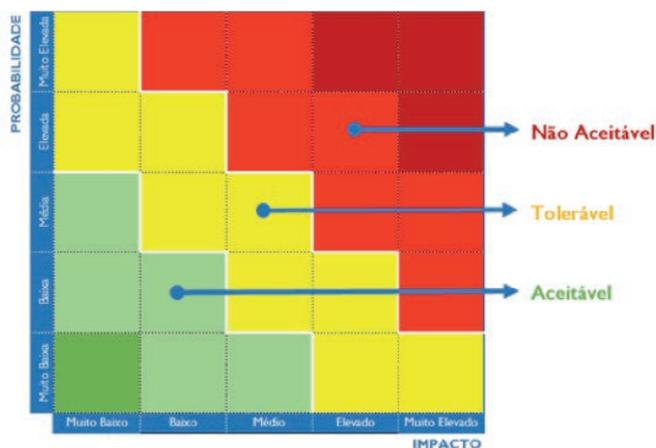
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é da responsabilidade da Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Em virtude da implementação do modelo de controlo interno no Grupo AdP, não foi efetuada avaliação do risco em 2019. Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que a empresa se encontra exposta, são os seguintes:

• **R.2.1.2 - Impacto ambiental**

Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

• **R.3.4.1 - Gestão da saúde pública**

Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.

• **R.2.2.3 - Catástrofe**

Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

• **R.3.6.2 - Capacidade técnica e humana**

Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a Organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.

• **R.3.6.1 - Capacidade instalada**

Risco de dificuldade na prestação dos serviços e perdas financeiras, decorrente da capacidade instalada se encontrar desadequada face às necessidades atuais do meio em que se insere.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto da ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

4.4. Atividade Operacional

4.4.1. LABORATÓRIO

CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E RESPECTIVAS ORIGENS

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000), e ainda as especificações da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação n.º 02/2011, da ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano da empresa Águas do Algarve, S.A., abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila, Benaciate e JK8.

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem com cerca de 260 pontos de colheita, tendo processado, em 2019, um total de cerca de 100.600 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas naturais e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 14 % foram subcontratadas a outros laboratórios.

CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA e respetivos meios recetores e emissários.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das 4 zonas do SMSA. O Laboratório da AdA é responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 4 zonas, do SMSA, e também pelas colheitas e análises referentes aos planos analíticos de controlo operacional das ETAR das zonas 2 e 3.

Para monitorização da qualidade das águas residuais e meios recetores, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem de cerca de 350 pontos de colheita, situados em ETARs, (95%), meios hídricos recetores (cerca de 5%) e um emissário submarino.

O controlo da qualidade da água do SMSA, ao longo de 2018, implicou a realização de cerca de 41.600 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 10 % foram subcontratadas a laboratórios externos.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR – VENDA DE ANÁLISES PARA CLIENTES EXTERNOS

O Laboratório da AdA encontra-se desde 2012 habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos” na sequência de autorização dada pelo Concedente.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, entre os quais se destaca a empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA).

MÉTODOS IMPLEMENTADOS NO LABORATÓRIO DA ADA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 300 ensaios/determinações analíticas, que utiliza regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento (i.e. águas naturais, águas de consumo, águas residuais, águas de piscina e balneares, lamas e reagentes de processo).

ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO - NORMA NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025, com o certificado IPAC nº L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de cerca de 180 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas da físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor.

Com este fim, foi submetido ao IPAC um pedido de extensão do âmbito da acreditação para adequação de alguns ensaios e colheita de amostras para novos parâmetros na auditoria externa de 2019.

CONTROLO DE QUALIDADE EXTERNO DO LABORATÓRIO

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios a nível mundial e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve durante o ano de 2019 um excelente desempenho nas várias participações em EIL's.

COLABORAÇÕES, PROTOCOLOS E PROJETOS

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto "Água para consumo humano", de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011.

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2018 a colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através dos quais foram realizados estágios curriculares.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.7 deste Relatório.

4.4.2. MANUTENÇÃO

4.4.2.1. MANUTENÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2019 o Departamento de Manutenção deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing, sendo o prestador de serviços a empresa BE WATER, S.A. que ganhou o respetivo concurso público em 2015, tendo entrado em julho de 2019 no último ano de Contrato, dos 2 possíveis de prorrogação.

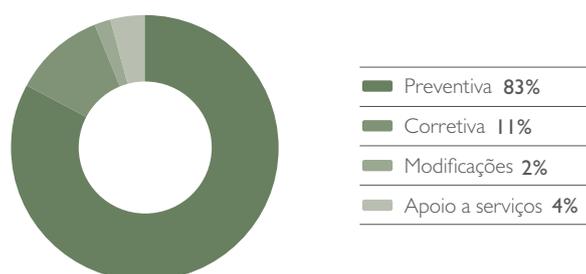
No ano de 2019 realizaram-se 14.590 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 13.929 equipamentos.

Em 2019, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 93%.

De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento (33 I equipamentos) e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.420 intervenções Preventivas e 98 intervenções Corretivas, que originaram 20.691 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

HH'S POR TIPO DE TRABALHO (%)
(Abastecimento)



GRAU DE URGÊNCIA - OT'S
(Abastecimento)



Relativamente ao ano anterior, verificou-se a estabilização da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva, fixada em 83% e a subida em 1% da mão-de-obra utilizada em manutenção corretiva, que passou de 10% em 2018 para 11% em 2019. Esta pequena subida em manutenção corretiva deveu-se, em particular, à mão-de-obra envolvida em intervenções de reparação de roturas, cujo número subiu de 7 roturas em 2018 para 9 roturas em 2019.

Em 2019 conseguiu-se uma melhoria em 3% no cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva, em relação a 2018, o que evidencia a melhoria contínua dos serviços, sendo que em 2018 já tínhamos verificado uma melhoria em relação ao ano anterior.

O número de intervenções Urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) mantêm-se o mesmo do ano anterior, fixado em 8% relativamente às intervenções de Rotina.

MANUTENÇÃO - HH'S POR TIPO DE TRABALHO (ABASTECIMENTO)

Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	66 248
Apoio a serviços	3 089
Modificações	1 738
Corretiva	8 804
Total	79 879

MANUTENÇÃO - GRAU DE URGÊNCIA - OT'S (ABASTECIMENTO)

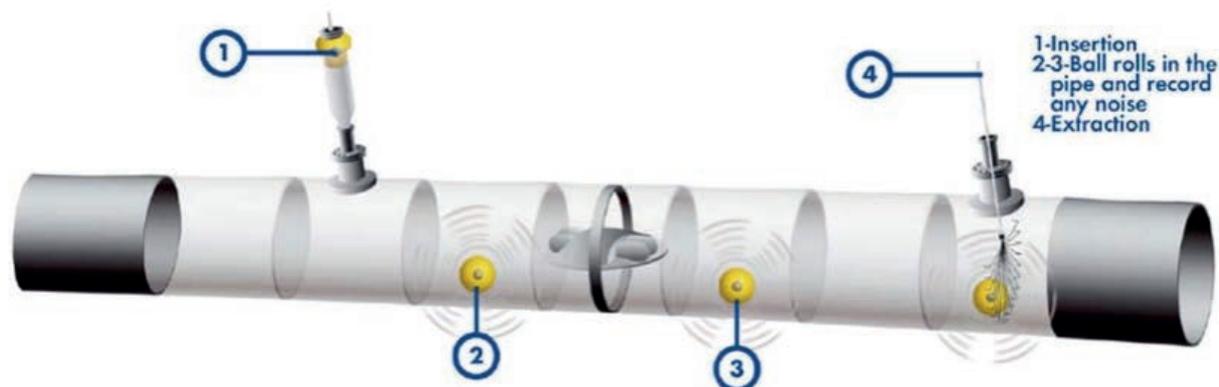
Tipo de Trabalho	HH's
Rotina	13 203
Urgência	1 090
Total	14 293

INTERVENÇÕES SIGNIFICATIVAS

Na sequência da inspeção efetuada no ano de 2018 ao adutor Funcho/Alcantarilha utilizando a tecnologia de deteção de fugas SmartBall®, foi apresentado um relatório que especificava a localização dos possíveis pontos de fuga, tendo sido verificado que a maioria dos sinais acústicos representativos dessas fugas estava concentrado no túnel 3 do trajeto do adutor.



Equipamento rastreio, inserção e extração da SmartBall



O relatório também alertava para o facto de, uma vez que a construção do túnel não ser do mesmo material da conduta em betão, os sinais acústicos emitidos durante a inspeção poderiam afetar o número de imperfeições detetado.

Nesse sentido, efetuou-se uma inspeção visual pelo interior do adutor no final de 2018, tendo sido detetados 11 pontos com necessidade de intervenção.



Exemplo de orifício existente no interior da conduta

A reparação das fugas no túnel 3 do adutor Funcho – Alcantarilha após identificação pela tecnologia Smart Ball foi efetuada pelo interior da conduta consistindo basicamente na aplicação de resinas apropriadas para enchimento de betão e compatíveis com água para consumo humano.



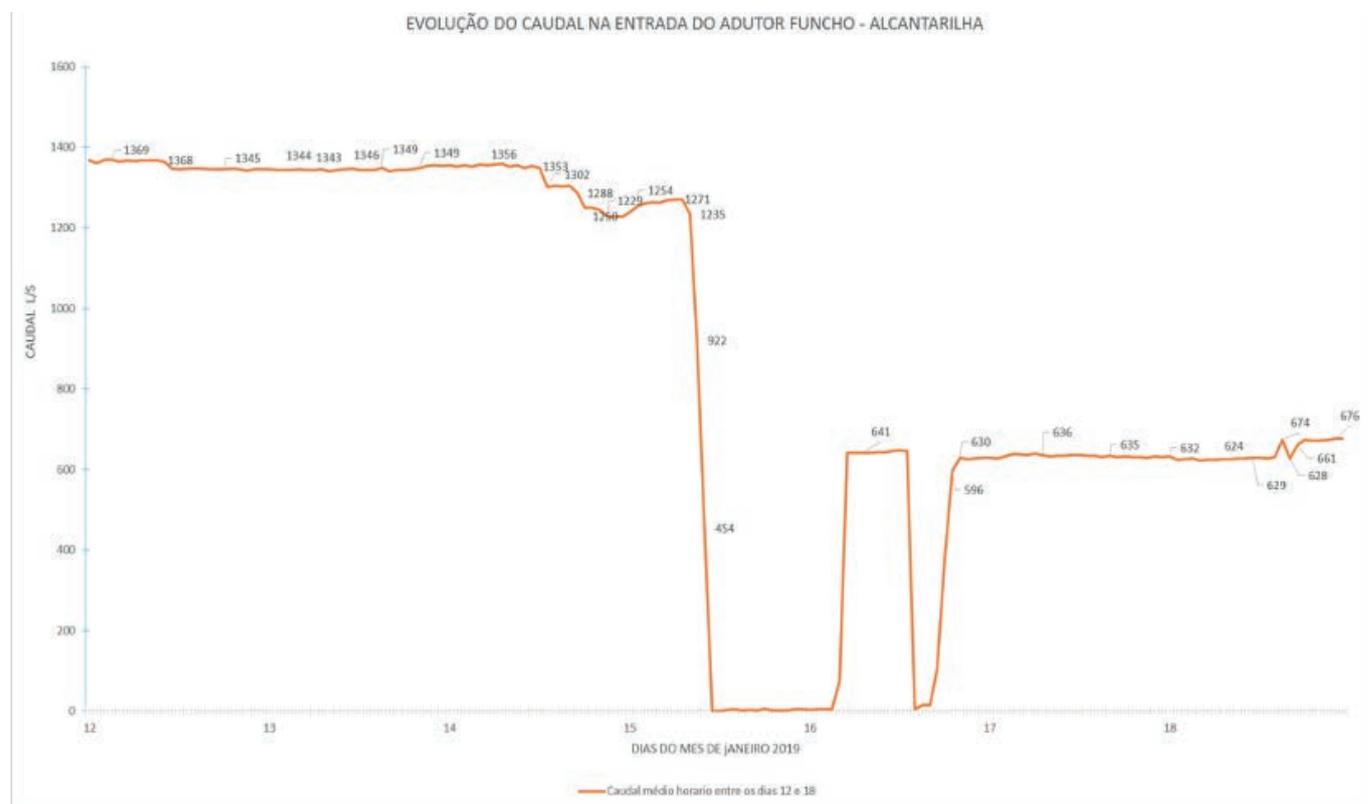
Exemplo do estado intermédio e estado final da reparação de um dos orifícios

Para os orifícios de maiores dimensões, após a aplicação das resinas, também foram aplicadas, pelo interior da conduta, juntas de reparação AMEX.



Exemplo de uma junta AMEX aplicada

Esta intervenção permitiu anular uma fuga de água na ordem dos 640 l/s. Para permitir esta conclusão foi instalado um registador de dados que fez o registo (de 10 em 10 segundos) dos valores instantâneos da caudal registados pelo caudalímetro já anteriormente montado no início da conduta localizado na Barragem do Funcho. Uma vez feito o tratamento dos dados recolhidos foi possível construir o gráfico que abaixo se apresenta onde se pode concluir que o caudal na entrada da conduta antes da intervenção era da ordem dos 1300 l/s e que, imediatamente após a reparação, este valor situava-se na ordem dos 640 l/s.



A realização desta intervenção só foi possível graças à participação de um número significativo de meios humanos da DGA-MA- Zona Poente e GOA, do prestador de serviços de manutenção do setor da Água da AdA, do prestador de serviços externos que aplicou e forneceu as resinas, e da colaboração da Corporação de Bombeiros de Silves que assegurou em permanência a condições de segurança no interior da conduta assim como as eventuais necessidades de resgate para o exterior da conduta.

A intervenção teve uma duração aproximada de 30 horas com o desenvolvimento de todos os trabalhos necessários sem interrupções. As prestações externas à AdA tiveram um custo total de 20.296 € distribuído de acordo com o quadro abaixo indicado:

MANUTENÇÃO - HH'S POR TIPO DE TRABALHO (ABASTECIMENTO)

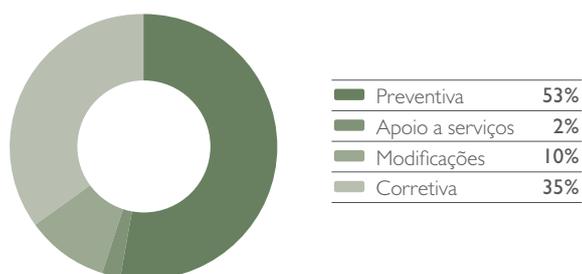
Prestação de serviços	valor s/IVA
Prestação de serviços da BWatter	7 417,87€
Prestação de serviços da Redecor	8 263,00€
Prestação de serviços dos Bombeiros	4 615,50€
Total	20 296,37€

4.4.2.1. MANUTENÇÃO NO SANEAMENTO

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SMSA, no ano de 2019, realizaram-se 14.776 intervenções, num total de 20.966 equipamentos instalados.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizado e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

HH'S POR TIPO DE TRABALHO (%)
(Saneamento)



GRAU DE URGÊNCIA - OT'S
(Saneamento)



Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	35 695
Apoio a serviços	1 197
Modificações	6 989
Corretiva	23 587
Total	67 468

Tipo de Trabalho	HH's
Rotina	13 091
Urgência	1 689
Total	14 780

Dados	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Total
Intervenções (OT Fechadas)	3 078	3 235	3 786	4 677	14 776
Equipamentos	3 451	6 530	5 175	5 810	20 966

4.4.3. INVESTIMENTO

A componente de investimentos tem revelado elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve.

No ano de 2019 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 10,5 milhões de euros, correspondente a uma realização de 81% face ao orçamento inicial para o ano. Relativamente ao orçamento aprovado pela UTAM para 2019 cujo investimento total previsto é de 9 milhões de euros, a taxa de realização situou-se em cerca de 117%.

A realização física ficou ligeiramente abaixo do objetivo previsto, quer devido à dificuldade do setor de Construção Civil recuperar após a crise que se viveu nos últimos anos e que está a ser afetada pela falta de mão-de-obra especializada e o aumento abrupto dos preços de mercado de subcontratação, resultando em sérias dificuldades no cumprimento dos prazos de empreitada e como tal nas realizações financeiras previstas. No entanto, algumas empreitadas com capacidade de produção própria conseguem não só o cumprimento dos prazos, como apresentar valores abaixo do estimado.

Destacam-se, nesta situação de dificuldade as empreitadas de:

1. ETAR de Faro/Olhão;
2. Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão;
3. Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA;
4. Reabilitação de Caixas de Visita (Fase I);
5. Beneficiações da ETA de Alcantarilha;
6. Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha.

Por outro lado, esta dificuldade foi mitigada devido a algumas empreitadas em fase de conclusão com valores acima do previsto. Destacam-se nesta situação a empreitada de Conclusão da ETAR da Companheira.

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Durante o ano de 2019, para o Sistema de abastecimento de água foi executado um investimento em empreitadas de cerca de 3,11 milhões de euros.

Assim, no que concerne à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a empresas da especialidade, dando-se como exemplo a contratação do projeto referente ao “Reforço de adução ao concelho de Alcoutim”.

De igual forma, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de abastecimento de água do algarve, foram iniciadas no decorrer do ano de 2019, algumas empreitadas com importância tendo em conta as suas especificidades, dando-se como exemplo:

- i) Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA;
- ii) Reparação do Pavimento da ETA de Tavira;
- iii) Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha.

Foi também continuada a empreitada de:

- a. Beneficiações da ETA de Alcantarilha.

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Tal como em 2018, foi no saneamento que se concentraram os investimentos realizados em 2019, com especial ênfase para a conclusão das empreitadas de construção da ETAR da Companheira, no concelho de Portimão, e o período de arranque da empreitada da ETAR de Faro/Olhão e respetivo sistema elevatório, na zona limite entre os concelhos de Faro e de Olhão.

Merecem igualmente destaque, pelo valor do investimento e pela importância para as respetivas populações, a contratação e construção das seguintes infraestruturas:

- i) Reabilitação de coletores da Zona 3 - Marbica, Vale Covo/Carvoeiro, Caneiros, F. S. João;
- ii) Beneficiação do acesso e intervenção no parque de estacionamento da ETAR de Faro Noroeste.

Foi também iniciada a empreitada de:

- a. Colocação de Geradores de Emergência nas Estações Elevatórias de Águas Residuais;
- b. Reabilitação de Caixas de Visita;
- c. Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote B).

PERSPETIVAS DE INVESTIMENTO PARA 2020

O ano de 2020 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento de cerca de 15 milhões de euros. As obras mais importantes em 2020 são:

Sistema de abastecimento de água

- Beneficiações da ETA de Alcantarilha (conclusão);
- Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA (conclusão);
- Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha (conclusão);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio I (início);
- Nova Reserva do Barlavento.

Sistema de saneamento de águas residuais

- Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão (conclusão);
- Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto – Lote B (conclusão);
- Colocação de Geradores de Emergência nas Estações Elevatórias de Águas Residuais (conclusão);
- Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto – Lote A (início);
- Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários;
- Remodelação das EE da Zona 4 – Fase I (Aeródromo, Vau, Pedra Mourinha, Gil Eanes, Penina, Burgau, Salema I e 2);
- Reabilitação da ETAR de Lagos;
- Central de desidratação de lamas da ETAR da Companheira;
- Central de desidratação de lamas da ETAR de Faro/Olhão.

4.4.4. GESTÃO DE ENERGIA

A gestão de energia continua a ser uma das prioridades estratégicas do Grupo Águas de Portugal, SGPS, S.A. Assim por forma a garantir a sustentabilidade das operações do tratamento e abastecimento de água potável e o saneamento de águas residuais, no ano de 2017 a AdA elaborou o seu Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), que se manteve em implementação durante o ano de 2019 e que de seguida se apresenta num quadro resumo.

PLANO DE ATIVIDADES DO PEPE PARA O PERÍODO 2017 -2019

Designação da(s) medida(s)	Redução Prevista [kW h]	CO2 Evitado [ton]	Poupança Prevista [€]	Investimento [€]	Pay- Back Simplex	Observações
Cumprimento legal do SGCIE Ações do PEPE (1 a 11)	1 161 636	546	106 469	232 249	5	executado a 50%
Produção Fotovoltaica Ações do PEPE (12 a 17)	2 197 200	1 033	319 126	1 592 816	6	em projeto parcial
Implementação da norma ISO 50001 Ações do PEPE (18 a 30)	105 112	49	10 511	115 000	2	em preparação
Medidas de redução de consumos em instalações abrangidas pelo PEPE Ações do PEPE (31 a 35; 64 a 66; 68 a 69; 72 a 75)	1 351 485	635	135 148	278 800	2	em execução parcial
Medidas de redução de consumo em instalações complementares Ações do PEPE (36 a 44; 48 a 49; 78, 81)	195 892	92	33 983	95 126	4	em preparação
Cumprimento do DEC Lei 68-A Ações do PEPE (45 a 47)				5 500		em execução parcial
Mobilidade Elétrica : carregadores de VE e alimentações Ações do PEPE (50 a 58) (excluindo a aquisição de 16 viaturas)			17 280	462 540		executado
Estudo potencial de redução de consumos Ações do PEPE (59 a 62; 67; 70 a 71; 76 a 77; 82 a 83)				5 000		em execução parcial
TOTAIS	5 011 325	2 355	622 518	2 787 031	4	

As instalações abrangidas no PEPE são as que corresponderam a cerca de 60% do consumo total das instalações da Águas do Algarve, S.A. no ano de 2015 (ano de referência):

Instalação	C I L	Nível tensão	Energia Total (kWh)	Ponta (kWh)	Cheia (kWh)	Vazio (kWh)	Super Vazio (kWh)
EEI BELICHE	83415129	AT	12 632 354	35 207	2 935 806	4 027 153	5 634 189
ETA ALCANTARILHA	77575096	MT	6 753 426	440 329	3 017 497	2 079 905	1 215 696
ETAR VILAMOURA	69140168	MT	2 933 558	330 345	1 264 765	868 317	470 131
ETAR VALE FARO	83105766	MT	2 677 029	290 888	1 210 872	787 275	387 994
ETA TAVIRA	75385119	MT	2 343 916	225 505	960 521	713 925	443 965
EE3 STO ESTEVÃO	73660276	MT	2 034 812	211 420	875 632	605 039	342 722
ETAR ALB POENTE	113435247	MT	1 800 906	200 716	824 068	516 751	259 371
E.E. DE FARROBO	76194867	MT	1 724 934	19 724	711 123	609 920	384 168
ETA FONTAÍNHAS	109841799	MT	1 620 004	141 285	722 191	481 395	275 132
ETAR QUINTA DO LAGO	76639193	MT	1 382 366	156 783	621 026	400 367	204 190
E.E. DE LOULÉ	75674346	MT	1 199 780	49 028	571 060	396 140	183 553
			37 103 086	2 101 229	13 714 560	11 486 186	9 801 111

O PEPE Algarve (Plano de Eficiência e Produção de Energia da Águas do Algarve, S.A.) previu a implementação de 53 medidas de eficiência energética sendo 23 do setor do abastecimento de água e 30 do setor do saneamento de águas residuais. Estas medidas depois de implementadas proporcionarão, em 2020, a redução de 2,6 GWh no consumo de energia elétrica anual da totalidade da empresa o que corresponderá a uma redução de recursos financeiros de 270.000 euros aos preços atuais da energia. O PEPE também irá favorecer o ambiente já que as medidas previstas irão poupar cerca 650 Tep (toneladas equivalentes de petróleo) o que equivale a evitar cerca de 1222 Ton equivalentes de CO2 emitidas para a atmosfera. O investimento previsto no plano é de 631.549 euros até ao final de 2020. No entanto parte deste valor não será gasto uma vez que os projetos e estudos iniciais destas medidas foram e/ou estão a ser desenvolvidos pelos técnicos da Águas do Algarve, S.A. e pelo prestador de serviços externo desta área.

No ano de 2019 a Águas do Algarve, SA foi galardoada com o prémio PEPE tendo conta que o grau de cumprimento do PEPE da Águas do Algarve, SA, a 30 de junho de 2019, foi de 4,59 (num máximo de 6, isto é, quando todas as ações e medidas incluídas no PEPE estiverem concluídas), e a dinâmica de implementação no 1.º semestre de 2019 foi de 1,97.

Das medidas previstas importa realçar o seguinte:

A Implementação da Norma ISO 50001 nas instalações abaixo indicadas e que corresponderão às Infraestruturas em função do seu consumo energético total ser $\geq 3,0\%$ do consumo energético global da empresa, até ser atingido o somatório acumulado de 85,0% do consumo energético total apurado.

Os principais benefícios na implementação de um sistema de gestão de energia segundo o referencial da norma ISO 50001 são os seguintes:

- Promoção da eficiência energética na empresa;
- Redução dos impactes ambientais, nomeadamente diminuição da emissão de gases CO2 para atmosfera;
- Impulso para utilização de energias alternativas e renováveis;
- Cumprimento requisitos legais;
- Redução de custos;
- Reforço da imagem da empresa relativamente às preocupações decorrentes das alterações climáticas.

As instalações abrangidas são:

No abastecimento da água da Zona Nascente:

- EEI do Beliche
- ETA de Tavira

No abastecimento da água da Zona Poente:

- ETA de Alcantarilha
- ETA das Fontainhas

No saneamento de águas residuais da Zona Nascente:

- ETAR de VR Sto António
- ETAR de Vilamoura

No saneamento de águas residuais da Zona Poente:

- ETAR de Vale Faro
- ETAR de ABF Poente

Para todas estas instalações vai ser instalado um sistema de medição de energia que irá permitir conhecer o perfil energético (conhecimento dos consumos das etapas de processo e dos equipamentos individuais de consumo elevado) de cada instalação, tendo como referência o ano de 2016.



Sistema de medição de energia instalado na ETA de Alcantarilha

INSTALAÇÕES A INCLUIR NO ÂMBITO DA ISO 50001

Nome da instalação	CPE	Potencia Instalada [KVA]	Alimentação	Energia Consumida em 2016 [kwh]	produção em 2016 [m3]	sgcie sim/não
ETA de Alcantarilha	PT 0002 0000 7757 5096 YD	4800	MT	7 115 815	38 097 990	SIM
ETA das Fontainhas	PT 0002 0001 0984 1799 KN	800	MT	1 812 486	4 096 937	NÃO
ETA de Tavira	PT 0002 0000 7538 5119 XT	2000	MT	2 066 727	25 761 504	SIM
EEI do Beliche	PT 0002 0000 8341 5129 TC	32000	AT	11 525 269	43 856 900	SIM
EE3 Sto Estevão	PT 0002 0000 4366 0276 LL	2500	MT	1 679 225	26 264 850	SIM
ETAR De Vale Faro	PT 0002 0000 8310 5766 MF	2500	MT	2 749 136	3 340 637	SIM
ETAR de Vilamoura	PT 0002 0000 6914 0168 MD	1600	MT	2 895 000	3 518 296	SIM
ETAR de ABF Poente	PT 0002 0001 1343 5247 LD	1250	MT	1 953 796	2 654 046	NÃO
ETAR de VR Sto António	PT 0002 0001 1290 9944 LA	1000	MT	2 153 552	3 446 871	NÃO

A continuação da execução dos ARCE's aprovados no âmbito do SGCI em seis instalações, sendo duas com consumos superiores a 1000 tep (toneladas equivalentes de petróleo):

- EEI do Beliche
- ETA de Alcantarilha.

E quatro com consumos superiores a 500 tep e inferiores s 1000 tep:

- ETA de Tavira
- EE3 de Sto estevão
- ETAR de Vilamoura
- ETAR de Vale Faro

Apresenta-se de seguida um quadro resumo.

SGCIE NA ADA

Instalação	Operador	Nº de Medidas	Poupanças [€]	Investimento [€]	Retorno [anos]	Redução		
						kW h	TEP	t CO2
ETA Alcantarilha	OP0152	5	52 904	108 880	2,0	637 171	137,00	299,50
EEI Beliche	OP0140	1	1 187	4 164	6,0	14 590	3,14	6,86
ETA Tavira	OP0153	7	72 065	78 973	7,0	137 602	29,60	64,80
ETAR Vale-Faro	OP0560	8	20 681	32 215	1,5	185 020	39,70	86,80
ETAR Vilamoura	OP0561	8	16 504	48 251	2,9	212 052	45,60	99,66
EE3 Sto Estevão	OP0959	2	3 674	3 880	6,2	38 144	17,90	8,20
TOTAIS		31	167 015	276 363	4,3	1 224 579	272,94	565,82

No ano de 2019 mais 3 instalações ficaram abrangidas pelo SGCIE uma vez que registaram consumos superiores a 500 tep entre janeiro de 2018 e dezembro de 2018.

SGCIE NA ADA - NOVAS INSTALAÇÕES EM 2019

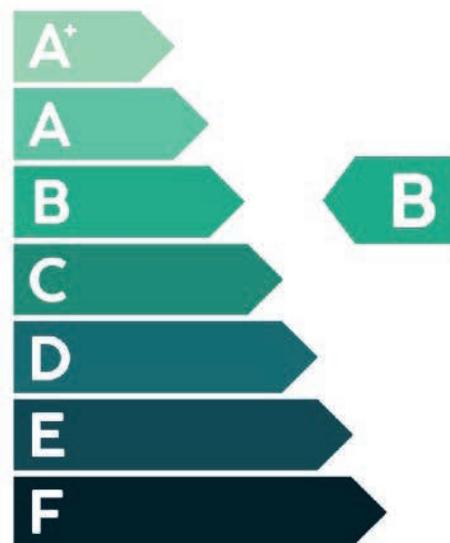
Instalação	Operador	Nº de Medidas	Poupanças [€]	Investimento [€]	Retorno [anos]	Redução		
						kW h	TEP	t CO2
ETA da Companheira	OPI967	Em estudo						
ETAR de Faro/Olhão	OP	Em estudo						
ETAR de ABF Poente	OPI913	Em estudo						
TOTAIS		0	0	0	0,0	0	0	0

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas adquiridas (14 viaturas ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias) encontram-se ao serviço de todos os setores da empresa, e percorreram desde o início do ano até 31/12/2019 cerca de 310.419 km, onde as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 282.647 km e as viaturas de mercadorias 27.774 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 40.196 kWh o que corresponde à emissão de 19 Ton de CO2 para a atmosfera. Comparando com 16 viaturas com motor térmico convencional, se as mesmas se tivessem mantido ao serviço, seriam responsáveis, considerando a mesma quantidade de quilómetros (310.419 km), pela emissão de 68 Ton de CO2 para a atmosfera. A substituição das viaturas, permitiu assim evitar uma emissão de 49 Ton de CO2 para a atmosfera.

MOBILIDADE ELÉTRICA

veiculos	AdAlgarve		Veiculos convencionais		Veiculos elétricos		Resultados	
	nº de viaturas	km's (média anual)	combustível (litros)	t CO2	energia kW h	t CO2	Redução t CO2	%
veiculos M1 (passageiros)	14	282 645	23 050	61,70	35 613	16,70	44,90	-72,9%
veiculos N1 (mercadorias)	2	27 774	2 437	6,50	4 583	2,20	4,40	-67,7%
	16	310 419	25 487	68,20	40 196	18,90	49,30	-70,3%

Na área da certificação da frota, em 2019 foi obtida a Certificação de toda a Frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos Transportes.



Com a implementação do SEEF foi possível:

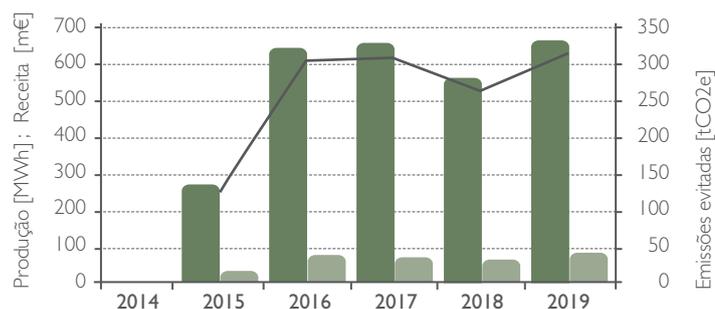
- Conhecer o desempenho energético e ambiental de uma frota;
- Promover comportamentos e políticas de gestão de frota mais eficientes, tendo em vista a redução de consumos energéticos e emissões de CO₂;
- Promover a introdução de veículos mais ecológicos na frota;
- Recomendar ações de melhoria, com o objetivo de melhorar o comportamento energético e ambiental da frota.

Na área da Produção de energia elétrica renovável até 2020 está prevista a instalação de mais 13 centrais fotovoltaicas com uma potência instalada unitária superior a 100 kW o que permitirá produzir perto de 4,4 GWh/ano a acrescentar aos 2GWh que atualmente a AdA já produz nas 60 centrais fotovoltaicas existentes na empresa. Também como complemento, continuam em estudo mais 2 grandes centrais fotovoltaicas (perto dos 500 kW de potencia unitária a instalar em duas grandes instalações de consumo intensivo energético que entraram em serviço ainda no decorrer de 2018. Atualmente encontra-se já em fase de conclusão, a ampliação da central fotovoltaica da ETA de Alcantarilha com mais 186 kW de potencia instalada e foi iniciada a construção de mais uma ampliação desta central em 45 kW aproveitando o espaço disponível na cobertura de um novo edifício em construção na sequência da introdução de mais um órgão de tratamento na ETA de Alcantarilha. Também entrou em serviço mais uma nova central fotovoltaica na ETAR de Faro Olhão com 50 kW para produzir em regime de auto-consumo. Após a concretização destes projetos, ainda em estudo, a AdA produzirá perto de 8GWh por ano o que representará uma autonomia energética perto dos 10% dos consumos totais de energia elétrica da empresa e uma poupança de recursos financeiros da ordem dos 800.000€/ano, evitando assim a emissão anual de 3760 Ton de CO₂ para a atmosfera

Em baixo apresenta-se o quadros de valores das produções de energias renováveis registadas em 2019.

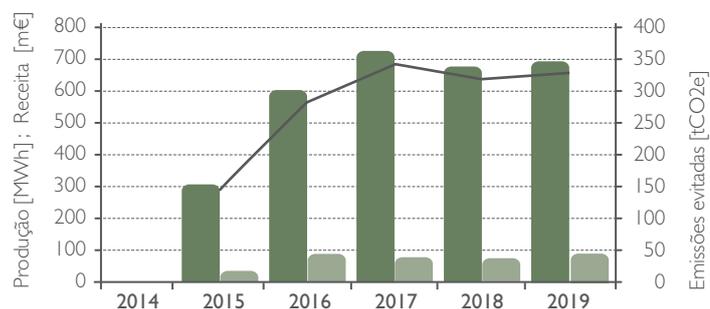
Ano	UPAC Produção Fotovoltaica ETA Alcantarilha			UPAC Produção Fotovoltaica ETA Tavira			UPAC Produção Fotovoltaica ETAR Faro/Olhão		
	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2012									
2013									
2014									
2015	263,2	30,04	124	300,4	34,30	141	0,0	0,00	0
2016	642,5	71,06	302	598,3	85,02	281	0,0	0,00	0
2017	654,0	65,52	307	723,0	74,65	340	0,0	0,00	0
2018	556,3	58,48	261	673,6	69,39	317	0,0	0,00	0
2019	665,3	79,14	313	690,6	83,77	325	47,9	5,82	22
2020									
Total	2 781,2	304,24	1 307	2 985,9	347,13	1 403	47,9	5,82	22

PRODUÇÃO UPAC ETA DE ALCANTARILHA



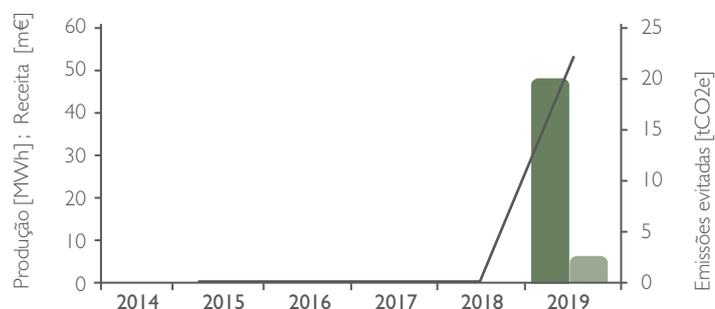
■ Produção Anual [MWh] ■ Receita Anual [m€] — Emissões Evitadas [tCO2e]

PRODUÇÃO UPAC ETA DE TAVIRA



■ Produção Anual [MWh] ■ Receita Anual [m€] — Emissões Evitadas [tCO2e]

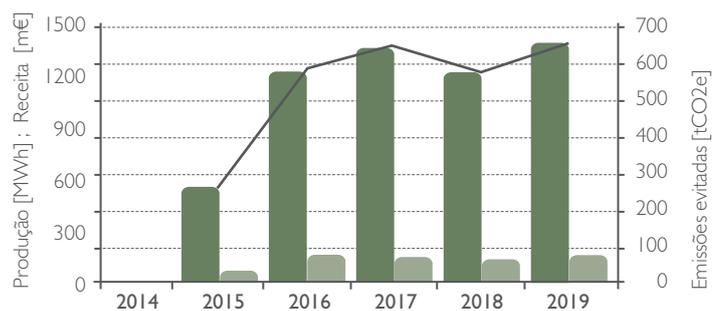
PRODUÇÃO UPAC ETA DE FARO/OLHÃO



■ Produção Anual [MWh] ■ Receita Anual [m€] — Emissões Evitadas [tCO2e]

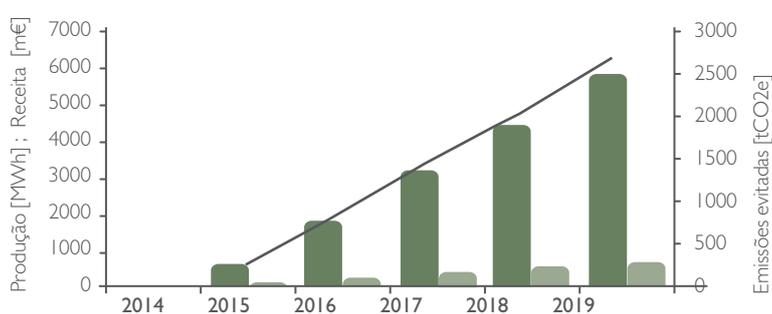
Ano	UPAC Produção Total Fotovoltaicas			UPAC Produção Total Acumuladas Fotovoltaica		
	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO2e]	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO2e]
2012						
2013						
2014						
2015	563,6	64,34	265	563,6	64,3	265
2016	1 240,7	156,08	583	1 804,3	220,4	848
2017	1 377,0	140,17	647	3 181,4	360,6	1 495
2018	1 229,9	127,87	578	4 411,3	488,5	2 073
2019	1 403,8	168,70	660	5 815,1	657,2	2 733
2020						
Total	5 815,1	657,16	2 733			

PRODUÇÃO UPAC TOTAIS FOTOVOLTAICAS



■ Produção Anual [MWh]
 ■ Receita Anual [m€]
 — Emissões Evitadas [tCO2e]

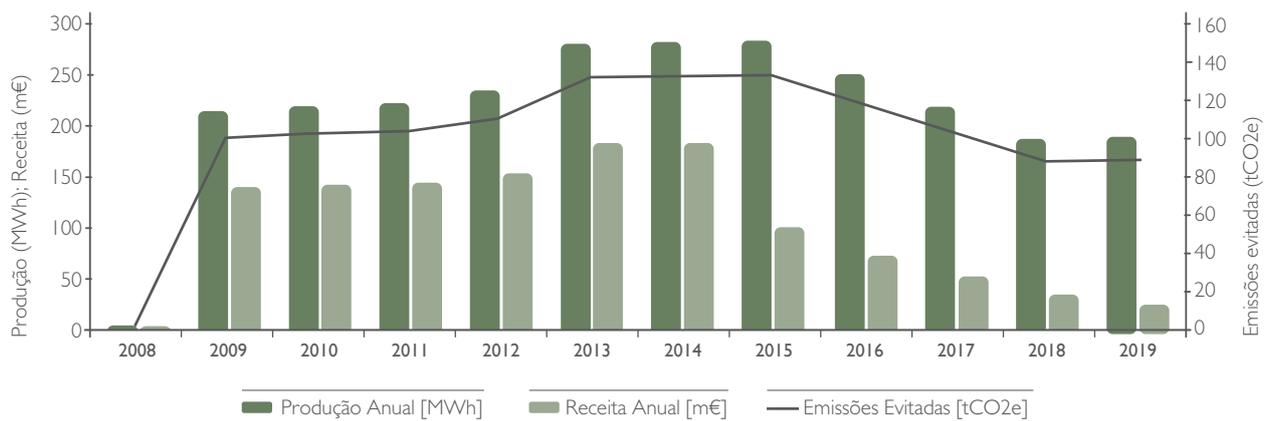
PRODUÇÃO UPAC TOTAIS ACUMULADOS FOTOVOLTAICAS



■ Produção Anual [MWh]
 ■ Receita Anual [m€]
 — Emissões Evitadas acumuladas [tCO2e]

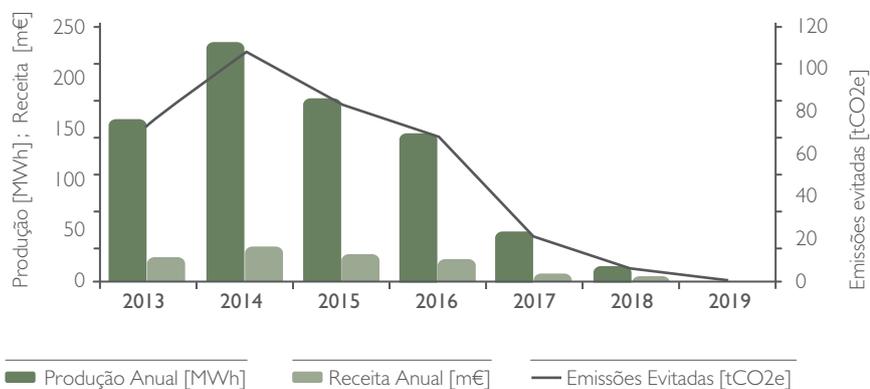
Ano	Microprodução		
	Produção Total [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO2e]
2008	3	2	1
2009	215	140	101
2010	220	143	103
2011	222	144	104
2012	236	153	111
2013	282	183	133
2014	283	184	133
2015	284	100	134
2016	251	72	118
2017	218	51	103
2018	187	34	88
2019	189	24	89
Total	2 214	1 172	1 041

MICROPRODUÇÃO



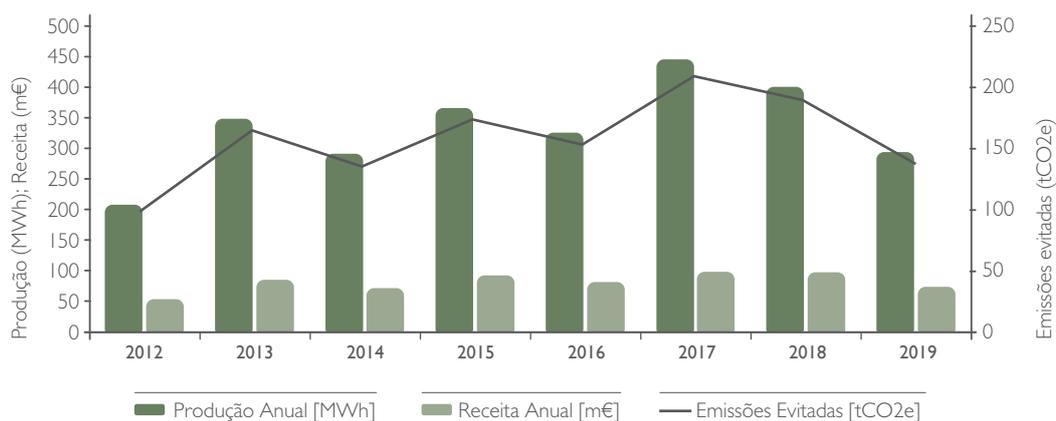
Ano	Miniprodução Biogás		
	Produção Total [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO2e]
2013	161	24	76
2014	235	35	110
2015	181	27	85
2016	146	22	69
2017	50	8	24
2018	18	3	8
2019	0	0	0
Total	790	118	371

MINIPRODUÇÃO BIOGÁS



Ano	Miniprodução Fotovoltaica		
	Produção Total [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO2e]
2012	208	52	98
2013	347	87	163
2014	289	72	136
2015	363	91	170
2016	324	81	152
2017	441	97	207
2018	397	99	186
2019	291	73	137
Total	2 367	578	1 112

MINIPRODUÇÃO FOTOVOLTAICA



Na área da redução dos consumos de energia reativa, foi iniciada a implementação de um plano de redução de consumo de energia reativa que implicará a intervenção em 48 instalações que atualmente representam um custo anual em energia reativa da ordem dos 47.000 euros. O investimento previsto ascende ao valor de 115.000 euros o que permitirá recuperar o investimento em cerca de 2,5 anos.

Instalações a integrar no plano global de redução ao nível da AdP:

Tensão	CIL	Infraestrutura	Concelho	Energia ativa FV em 2017 (kWh/ano)	Encargos de energia reativa (EUR/ano)			Faturas mensais de energia reativa (EUR/mês)			Encargo considerado (abr-17 a mar/18) (EUR/ano)	Potência calculada (kVA _r)	Custo estimado (EUR)	Pay-back estimado (anos)
					2015	2016	2017	jan/18	fev/18	mar/18				
BTE	80 338 817	EE VALE OLIVAL	LAGOA	27 533	2 465	2 377	2 295	125	124	178	2 460	15	2 733	1,1
MT	75 571 545	EE EVA	FARO	67 953	26	435	2 584	201	146	222	2 402	17,5	3 188	1,3
BTE	69 147 765	EEAR MANTA ROTA	V. R. STO ANTONIO	23 896	1 639	1 970	1 869	99	130	195	1 863	7,5	2 537	1,4
BTE	80 338 783	EE MARBICA		20 437	1 318	1 613	1 804	66	60	101	1 634	7,5	2 537	1,6
MT	109 710 296	EE AREAL GORDO	FARO	43 327	1 465	1 904	2 356	168	162	296	2 229	25	3 416	1,5
BTE	69 132 354	EEAR OLHOS ÁGUA SUL	ALBUFEIRA	94 323	363	1 038	2 547	104	123	115	2 615	45	3 852	1,5
BTE	69 139 869	EE CEI QUARTEIRA		18 029	1 140	1 063	1 291	84	114	116	1 361	5	2 000	1,5
BTE	69 131 054	EEAR PESCADORES	ALBUFEIRA	44 617	912	1 317	1 552	116	127	105	1 706	15	2 733	1,6
MT	106 655 477	EE CE 4 QUARTEIRA	LOULE	58 326	1 429	1 440	1 343	112	103	95	1 317	7,5	2 537	1,9
BTE	112 683 087	EE ELEV CULATRA	FARO	10 467	679	1 234	1 095	83	80	56	1 206	7,5	2 537	2,1
BTE	71 651 875	ETAR DE VALE DE LOBO		123 932	102	120	941	278	86	344	1 614	15	2 733	1,7
MT	113 664 443	ED. POC BARRAGEM ODELOUCA MONCHIQUE		24 515	619	580	652	29	29	42	573	5	2 000	3,5
MT	118 976 785	ETAR S. M. DA SERRA	SILVES	25 877	62	629	759	44	42	59	677	5	2 000	3,0
BTE	69 132 913	EEAR STª EULÁLIA	ALBUFEIRA	17 274	941	1 463	577	37	59	111	537	5	2 000	3,7
BTE	69 131 362	EEAR KISS	ALBUFEIRA	9 639	538	707	560	39	34	40	506	5	2 000	4,0
BTE	101 494 307	ETAR MESSINES	SILVES	40 847	761	812	663	25	34	154	475	7,5	2 537	5,3
BTE	100 483 564	EE CE2 QUARTEIRA	LOULE	96 218	954	1 201	653	75	99	104	634	7,5	2 537	4,0
MT	114 676 177	EEAR ALPORTEL	S. BRAS DE ALPORTEL	28 652	555	612	556	47	49	84	569	7,5	2 537	4,5
BTE	69 131 351	EEAR JACARANDÁ	ALBUFEIRA	15 118	237	369	353	34	24	14	353	5	2 000	5,7
MT	110 676 001	EEAR CMARIM	CASTRO MARIM	14 994	273	470	537	31	31	144	430	15	2 733	6,4
BTE	106 275 406	EE BIAS II	OLHAO	14 194	453	303	320	17	19	37	337	5	2 000	5,9
MT	106 462 904	EEAR ALTURA I	CASTRO MARIM	26 512	116	189	383	29	24	22	374	5	2 000	5,3
BTE	69 137 087	EE VALE CENTEANES		22 052	305	384	303	20	22	26	260	5	2 000	7,7
MT	106 462 391	EEAR ALDEIA NOVA	V. R. STO ANTONIO	32 087	259	321	401	8	16	18	320	5	2 000	6,3
BTE	74 468 815	EEAR FORTE S. JOÃO	ALBUFEIRA	19 499	395	406	290	31	45	23	298	5	2 000	6,7
MT	110 676 821	EEAR JUNQUEIRA	CASTRO MARIM	8 371	43	62	238	18	17	33	231	7,5	2 537	11,0
MT	76 996 276	EEAR LADEIRA VAU (EE5)	PORTIMAO	41 170	1 677	1 991	2 287	206	155	305	2 250	17,5	3 188	1,4
BTE	77 095 064	EEAR COMPANHEIRA (EE6)	PORTIMAO	34 764	1 037	1 428	1 609	139	106	212	1 576	7,5	2 537	1,6
BTE	74 557 915	EEAR TORRALTA (EE 11)	PORTIMAO	33 166	1 214	1 473	1 620	57	73	116	1 657	15	2 733	1,6
BTE	69 138 319	EE3 MEIA PRAIA - MARINA	LAGOS	31 523	798	1 016	1 180	64	80	99	1 147	5	2 000	1,7
MT	100 316 352	EE2 LUZ - MATA PORCAS	LAGOS	50 765	1 305	1 397	1 588	86	94	135	1 524	15	2 733	1,8
BTE	116 930 647	EEAR IGREJA LAGOS	LAGOS	28 745	1 448	1 368	1 351	63	79	115	1 368	7,5	2 537	1,9
BTE	108 213 496	ETAR ODECEIXE	ALJEZUR	49 014	591	351	971	39	38	68	814	5	2 000	2,5
BTE	100 093 602	EEAR FIGUEIRA (EE3)	PORTIMAO	22 033	925	913	923	67	78	110	894	5	2 000	2,2
BTE	69 147 685	EE SALEMA	VILA DO BISPO	35 252	753	1 123	894	50	50	66	860	5	2 000	2,3
BTE	74 557 904	EEAR MARIA PIRES (EE9)	PORTIMAO	13 420	377	459	462	34	36	56	477	5	2 000	4,2
MT	115 721 978	EEAR BREJÃO	MONCHIQUE	72 426	861	259	972	82	75	41	987	7,5	2 537	2,6
BTE	74 557 892	EEAR PONTALGAR (EE2)	PORTIMAO	4 580	130	225	246	18	22	28	248	5	2 000	8,1
MT	115 729 166	ETAR VALE DA TELHA	ALJEZUR	19 376	17	60	305	61	63	59	473	5	2 000	4,2

Instalações a integrar no plano local de redução ao nível da AdA:

Tensão	CIL	Infraestrutura	Concelho	Energia ativa FV em 2017 (kWh/ano)	Encargos de energia reativa (EUR/ano)			Faturas mensais de energia reativa (EUR/mês)			Encargo considerado (abr-17 a mar/18) (EUR/ano)	Potência calculada (kVA _r)	Custo estimado (EUR)	Pay-back estimado (anos)
					2015	2016	2017	jan/18	fev/18	mar/18				
MT	69 143 909	EEAR MATA FOZ ARADE (EEFA)	PORTIMAO	95 607	3 202	3 836	1 602	6	3	2	866	15	2 733	3,2
BTE	69 147 526	EE DE MARTINHAL	VILA DO BISPO	9 412	572	566	662	0	0	0	544	5	2 000	3,7
BTE	75 963 254	EEAR ALVOR (EE 10)	PORTIMAO	78 961	2 435	2 812	1 134	0	0	200	779	15	2 733	3,5
BTE	77 129 632	EEAR DA PRAIA DE ODECEIXE	ALJEZUR	6 803	671	616	327	5	5	8	293	5	2 000	6,8
MT	78 398 386	EEAR.FRENTE GIL EANES (EEGE)	PORTIMAO	160 548	10 219	9 251	4 495	8	7	17	2 160	37,5	3 726	1,7
BTE	79 295 981	EEAR CENTRO DE SAÚDE		64 537	217	251	246	20	5	0	218	5	2 000	9,2
MT	106 244 375	EEAR ALTURA 2	CASTRO MARIM	63 959	1 410	1 788	386	47	35	12	335	5	2 000	6,0
MT	110 676 114	EEAR MT FRANCISCO	CASTRO MARIM	13 915	546	421	519	23	19	97	436	15	2 733	6,3
BTE	112 324 101	EEAR.ARMONA	OLHAO	24 318	226	570	416	18	21	13	368	5	2 000	5,4

No âmbito do PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia elétrica) foi aprovada e candidatada a implementação de 9 medidas de eficiência energética tendo sido celebrados para o efeito 3 contratos de financiamento onde dois já se encontram executados. Destas medidas, pode-se destacar a substituição integral de toda a iluminação artificial por uma iluminação baseada na tecnologia LED o que implicará a substituição de 800 luminárias novas com um custo total aproximado de 58.770 euros, onde 23.109 euros são financiadas pelo PPEC. Esta intervenção permite passar de um consumo de 409 MWh/ano com a iluminação artificial na ETA de Alcantarilha para perto de 154MWh/ano, o que corresponderá a uma poupança de 30.500 euros/ano. Também, para a ETA de Alcantarilha serão instalados 7 variadores de velocidade (VV) de grande potência, na Estação elevatória de saída e no sistema de lavagem dos filtros de areia. Esta intervenção permitirá fazer a gestão destes equipamentos de uma forma mais racional e eficiente. Também serão instalados mais 2 VV na ETA de Tavira e mais 2 na ETA do Beliche. Com estas intervenções vão ser investidos perto de 154.000 euros, sendo 32.000 euros financiados pelo PPEC, o que proporcionará uma poupança anual de 66.000 euros/ano. Todas as intervenções representarão um investimento total na ordem dos 275.000 euros e serão financiadas a fundo perdido pelo fundo PPEC com valor de 55.700 euros o que corresponde a uma percentagem perto dos 20%.

4.4.5. COMPRAS E LOGÍSTICA

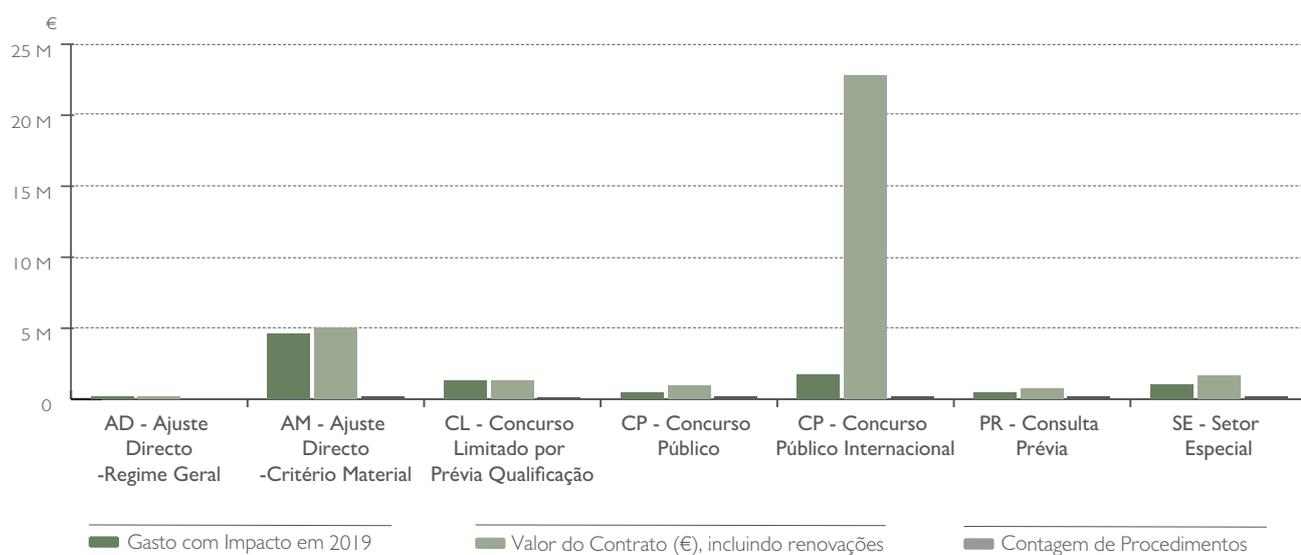
As funções e competências do Departamento de Compras e Logística (DCL) baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Direções, Departamentos, Áreas e Funções da Águas do Algarve, S.A., tendo em linha de conta o fluxo de compra aprovado. Cabe também ao departamento, em resposta às necessidades das Áreas Requisitantes, a condução das ações necessárias à contratação através das ferramentas colocadas à sua disposição, respetivamente a Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, SAP e IportalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- Disseminar a cultura de Contratação Pública na Águas do Algarve, S.A.;
- Validar e processar a informação de origem no Interessado, via requisição de compra através do fluxo de compra aprovado na empresa.
- Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo.
- Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos.
- Avaliar a pertinência das contratações propostas pelos Interessados, no que diz respeito à logística, prevalecendo a utilização de recursos próprios, existentes noutros centros, em detrimento da contratação externa, tendo sempre em consideração a manutenção dos stocks mínimos necessários ao bom funcionamento das instalações.
- Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

O Plano Anual de Compras (PAC) é promovido e organizado anualmente pelo Departamento de Compras e Logística que admite, para as diversas categorias de compras, estratégias de aquisição com base nas necessidades identificadas por todas as áreas. Salvo situações excecionais, todos os processos de compra desenvolvidos ao longo do ano devem estar previamente refletivos no PAC.

Neste sentido, foi elaborado o Plano Anual de Compras 2019 com todos os contratos existentes e novos a celebrar durante o ano de 2019 e que tenham impacto nas contas da empresa, na estrita medida do previsto no CCP, com o devido controlo, planeamento e calendarização da contratação de bens, serviços e empreitadas, sintetizando-se a seguir:



Dos 215 (duzentos e quinze) procedimentos que constituíram o PAC 2019, 179 (cento e setenta e nove) seriam não centralizados e 102 (cento e dois) seriam não centralizados e lançados em 2019, admitindo uma despesa aprovada acima dos 32 M€ (trinta e dois milhões de euros), conforme tabela seguinte:

Tipo de Procedimento	Gasto com Impacto em 2019	Valor do Contrato (€), incluindo renovações	Contagem de Procedimentos
AD - Ajuste Directo-Regime Geral	157 194,82 €	187 499,89 €	17
AM - Ajuste Directo-Critério Material	4 577 599,47 €	5 036 462,60 €	3
CL - Concurso Limitado por Prévia Qualificação	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1
CP - Concurso Público	467 624,22 €	964 799,87 €	20
CP - Concurso Público Internacional	1 708 685,19 €	22 769 390,87 €	14
PR - Consulta Prévia	470 827,25 €	745 430,00 €	19
SE - Setor Especial	1 018 561,85 €	1 671 026,28 €	28
Total	9 700 492,80 €	32 674 609,51 €	102

Em 2019 foram publicados pelo Departamento de Compras e Logística um total de 78 (setenta e oito) procedimentos de contratação, em média 7 (sete) procedimentos por mês e foram adjudicados 69 (sessenta e nove) procedimentos com um somatório de preços contratuais superiores a 12 M€ (doze milhões de euros).

Tipo de Procedimento	Propostas Vencedoras	Contagem de Procedimentos
AD - Ajuste Directo-Regime Geral	172 156,64 €	13
AM - Ajuste Directo-Critério Material	5 320 179,76 €	5
CL - Concurso Limitado por Prévia Qualificação	1 224 990,08 €	1
CP - Concurso Público	1 750 665,03€	12
CP - Concurso Público Internacional	1 319 264,95 €	4
PR - Consulta Prévia	656 197,97 €	14
SE - Setor Especial	1 602 019,79 €	20
Total	12 045 474,22 €	69

Analisados os dados referentes ao planeamento e contrapondo-os com os procedimentos adjudicados, é de salientar que a execução do PAC 2019 chegou aos 68% (sessenta e oito por cento), o que demonstra uma evolução favorável de 13% (treze por cento) face à execução do ano anterior.

Por outro lado, a diferença entre o número de procedimentos planeados e aqueles que foram efetivamente tramitados e adjudicados tem origem no fato de ter sido preparado e colocado à concorrência de mercado um procedimento mais abrangente para a operação e manutenção das infraestruturas de saneamento, pelo que alguns procedimentos não chegaram a ter seguimento.

Por fim, com a entrada em vigor do Decreto – Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, e o alargamento do acesso ao Setor Especial - para a eliminação e tratamento de águas residuais - pelo segundo ano consecutivo verificou-se a migração de valores e número de procedimentos para este regime especial.

4.4.6. MEDIDAS DE EFICIÊNCIA EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE

Em alinhamento com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2017/2020, em 2019 a estratégia de atuação da AdA focalizou-se:

- Eficiência Energética – Continuação da redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis, através da instalação de novas centrais fotovoltaicas e também com a substituição integral de toda a iluminação artificial por uma iluminação baseada na tecnologia LED. Continuação do investimento em Frota elétrica dando um grande contributo para a minimização das emissões atmosféricas relacionadas com o transporte. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;
- Gestão de Resíduos - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Destacando-se a valorização integral das lamas provenientes do tratamento de água;
- Eficiência no Uso da Água - Prevenção e redução das perdas físicas de água, aumentando a taxa de reutilização de água residual tratada, nomeadamente a nível interno como água de serviço e água para rega e a disponibilização da água para usos externos (rega de campo de golfe e de espaços verdes públicos a partir da ETAR da Quinta do Lago e de campo de golfe a partir da ETAR de Albufeira Poente);
- Projetos de I&D - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de melhorar o controlo e a capacidade previsionial dos mesmos, reduzir os consumos energéticos e a respetiva pegada de carbono, reduzir a produção de lamas de depuração e a recuperação de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento;
- A incorporação no procedimento de Operação & Manutenção Saneamento de obrigações a nível de consumos específicos máximos de energia (kWh/m³) em algumas instalações, bem como critérios de análise de propostas de eficiência energética e de maximização da matéria seca nas lamas, diminuindo a pegada de carbono dos sistemas e promovendo a sua sustentabilidade;
- Eficiência no Uso de Papel e outras Matérias – destacam-se as seguintes ações:
 - Utilização de material de vidro em detrimento de materiais plásticos;
 - Definição de impressoras, por defeito, em modo económico, a preto e branco, em frente e verso e/ou mais do que uma página por folha;
 - Utilização de meios eletrónicos ou locais de consulta para divulgação de documentos para conhecimento geral;
 - Utilização de arquivos eletrónicos, em detrimento de arquivos de papel.

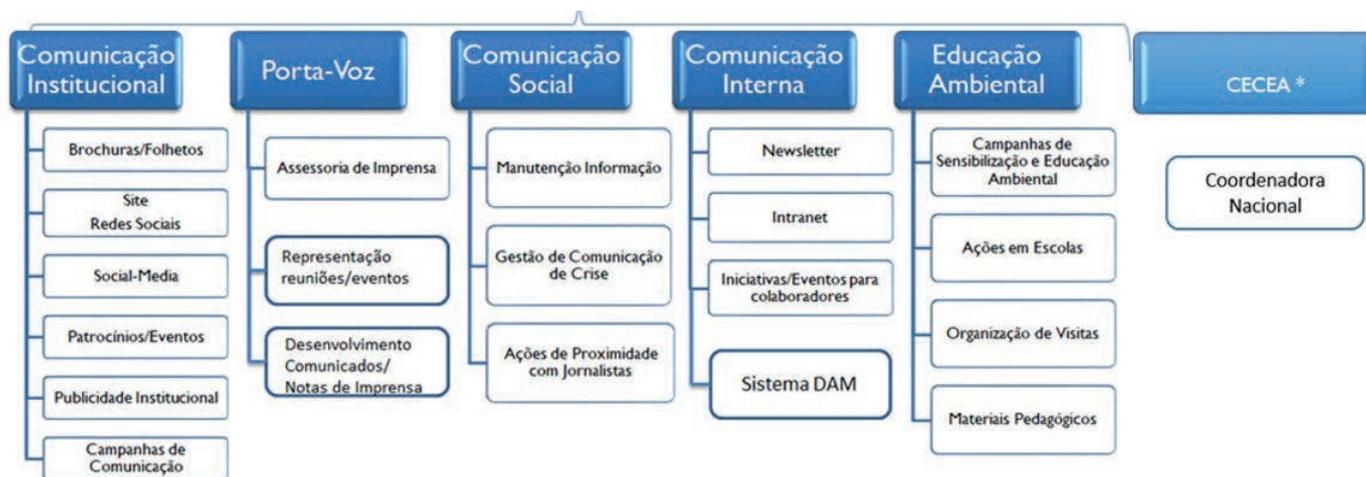
4.4.7. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Águas do Algarve, S.A. focalizou as suas atividades de 2019 com as partes interessadas em duas áreas:

- No âmbito da Comunicação, todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos seus públicos interno (empregados) e externo (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento, aprovada pela Administração;
- No âmbito da Educação Ambiental, esta é assumida pela empresa como sendo uma ferramenta necessária para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais. Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. A empresa nas diversas ações que preconiza na região algarvia, integra o envolvimento de todas as camadas da população: família, escola e sociedade.

METODOLOGIA

As várias ações desenvolvidas em 2019 foram estruturadas de forma a abranger toda a população incluindo campanhas direcionadas para a população em geral e população escolar das diversas faixas etárias. Durante 2019, para além da realização própria de ações, a Águas do Algarve, S.A. recorreu também à realização de parcerias com entidades externas, complementando conhecimentos, agregando competências e conseqüentemente mais resultados atingidos.



* (Comissão Especial de Comunicação e Educação Ambiental - APDA)

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional tem uma importância cada vez maior naquela que é a reputação e a imagem da Águas do Algarve, S.A., sendo a mesma um tónico para a preservação do valor e da marca da empresa a nível regional, nacional e internacional, a mesma é diariamente gerida de forma refletida e criteriosa.

Para além daquelas que podem ser designadas as funções tradicionais, como sejam a assessoria mediática, assessoria de imprensa, relacionamento com os média, publicidade institucional, ativação da política de patrocínios, entre outros, verificou-se a necessidade de uma atuação mais incisiva, nomeadamente naquele que é atualmente o desafio da gestão da comunicação no mundo digital - redes sociais e canal online. Aproveitar a força e dinâmica das comunicações digitais, integrando as necessárias estratégias conjuntas de comunicação.

Falamos do modelo de abordagem utilizado, monitorização e capacidade atempada de resposta online que é coordenado a partir de uma comunicação institucional integrada, visando uma crescente valorização e consolidação da imagem e da identidade da Águas do Algarve, S.A..

• MAILING LIST

A comunicação é uma peça fundamental na estratégia de marketing da empresa, e as Mailing List são uma importante ferramenta personalizada que a Águas do Algarve, S.A. utiliza nas campanhas que são promovidas, ou apenas para a divulgação de informações através das Press Releases. Usualmente é associada a esta prática o uso dos emails, os quais são altamente customizáveis, sendo possível criar campanhas de marketing ou de informação, específicas para grupos determinados pela empresa. Para além disso trata-se uma ferramenta de utilização ágil e eficiente.

- **TEMPLATE DE EMAIL**

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade. Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente. Porque o Email é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela empresa, ou no caso de não haver, com a colocação de uma mensagem alusiva à atividade desenvolvida na região.

- **FACEBOOK**

As redes sociais são um instrumento cada vez mais eficaz numa estratégia de comunicação organizacional que se pretende eficaz. A interatividade proporcionada permite que os nossos públicos possam participar ativamente na construção e manutenção da imagem institucional, para além de criar uma experiência envolvente com cada usuário. Trata-se de uma ferramenta que precisa de estar ativa e repleta de elementos interativos, conteúdos dinâmicos e atualizações frequentes. Trata-se de uma interessante ferramenta que auxilia a dinâmica necessária do processo comunicacional da Águas do Algarve, S.A..

- **PARTICIPAÇÕES PUBLICITÁRIAS**

A publicidade é uma ferramenta de comunicação fundamental que a empresa utiliza na divulgação quer dos investimentos que efetua quer do desenvolvimento de atividades ou ações na região. O objetivo essencial desta modalidade prende-se com a desejo de dar a conhecer, manter e conquistar a atenção dos vários públicos para a imagem institucional da Empresa, bem como para a sensibilização e reconhecimento pelas suas competências e capacidades quer a nível da água para consumo, quer no tratamento de águas residuais.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária.

Abaixo apresentam-se exemplos dos principais meios utilizados pela Águas do Algarve, S.A. para a prossecução dos objetivos acima definidos durante o ano de 2019:

- **INTRANET**

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento. Sublinha-se o facto de que todos os colaboradores têm acesso a esta ferramenta. Acresce dizer que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da empresa mesmo que estes estejam fora desta

Ao abrir o Internet Explorer automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é efetuada sempre que a empresa têm informações a comunicar.

- **CLIPPING**

Este é um serviço de recolha seletiva de notícias dos meios TV, Rádio, Imprensa e Internet, e que se disponibiliza na nossa Intranet, com atualização diária, ou sempre que hajam notícias da empresa. As notícias resultam das Notas de Imprensa que são promovidas pela Empresa, ou por temas do Grupo AdP, onde a Águas do Algarve, S.A. aparece integrada.

- **JORNAL INTERNO “MARCA D’ÁGUA”**

A Marca d’água, newsletter da AdA, com publicação bimestral, veicula, para além de notícias de interesse geral acerca da atividade da empresa e com interesse para a comunidade algarvia, informação de cariz personalizado acerca dos nossos colaboradores. É mais uma importante ferramenta de comunicação utilizada pela Empresa para enaltecer os seus colaboradores, convidando-os a participar neste projeto de forma mais ativa e empenhada. O resultado tem sido muito positivo. A distribuição é efetuada interna e externamente à Águas do Algarve, S.A..

- **CELEBRAÇÃO ANIVERSÁRIO DA ÁGUAS DO ALGARVE**

A organização dos eventos e ações associados ao aniversário da Empresa, que se celebra no dia 5 de agosto é um dia considerado especial por todos os colaboradores. É uma data habitualmente comemorada através da organização de um evento de proximidade entre todos, nomeadamente um jantar convívio. Reúnem-se todos os colaboradores e a administração, promovendo-se o “Espírito de Grupo”!

Trata-se de um evento que tem como principal objetivo reforçar laços e promover o convívio saudável entre colaboradores, servindo também para demonstrar a importância que estes têm para a organização, aumentando a perceção dos colaboradores para o trabalho em desenvolvimento, assim como para algumas metas a alcançar.

- **CELEBRAÇÃO DO NATAL**

Um dos principais objetivos que se pretende retirar desta festa passa pela oportunidade de partilhar experiências quer pessoais quer profissionais, envolvendo os colaboradores uns com os outros.

Nestas iniciativas foram incluídas, em 2019, três ações nomeadamente:

- A “sacola de Natal” - produtos alimentares;
- Jantar de Natal – refeição e entretenimento;
- Festa de Natal infantil - lanche, animação e oferta de um brinquedo às crianças com idades até aos 12 anos inclusive.

- **REDES SOCIAIS E SITE**

Já não é novidade que o Social Media Marketing ou Marketing nas Redes Sociais é um dos formatos de comunicação mais abrangente e acessível, pelo que o potencial da presença nas redes sociais e de uma estratégia de marketing digital integrada é enorme, motivo pelo qual a Águas do Algarve, S.A. está presente na internet com diferentes plataformas que se complementam: Facebook/Instagram/ Youtube e Site.

4.4.8. SERVIÇO DE CADASTRO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O ano de 2019 foi fundamental para a reorganização e implementação de ações conducentes à uniformização e centralização de dados e informação, que complementam a análise das áreas de planeamento, engenharia e manutenção/operação.

Assim, as atividades realizadas no decurso do ano de 2019,contribuíram para a progressão da uniformização dos números e legenda, das peças desenhadas, tanto de desenhos produzidos pela Águas do Algarve, S.A. (AdA) como de projetos e telas finais. Assim, houve lugar a uma reformulação da base de dados centralizadora desta informação, criada pela área em 2016, resultando no layout apresentado na Figura 1. Durante o ano foram produzidos 181 desenhos e analisados e atribuídos números a 16 projetos/empreitadas.

Tipo de Obra	Fase de Projeto	Especialidade	Número N.º Desenho	Título	Folha n.º	Revisão	Substituído	Substituído por
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20200 TF-20200-PS	Linha Piezométrica	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20201 TF-20201-PS	Diagrama de Processo; Linha de Água	2			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20201 TF-20201-PS	Diagrama de Processo; Linha de Água	3			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20201 TF-20201-PS	Diagrama de Processo; Linha de Água	4			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20202 TF-20202-PS	Diagrama de Processo; Linha de Lamas	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20202 TF-20202-PS	Diagrama de Processo; Linha de Lamas	2			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20203 TF-20203-PS	Diagrama de Processo; Linha de Desodorização	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20204 TF-20204-PS	Diagrama de Processo; Unidade de Produção de Ar de	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20205 TF-20205-PS	Diagrama de Processo; Ventilação do Edifício Elétrico	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20206 TF-20206-PS	Medidor de caudal Afluente; Planta, Cortes e Pormen	1			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20207 TF-20207-PS	Tratamento Preliminar; Cortes E-E, F-F e Pormenores	8			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Processo	20207 TF-20207-PS	Tratamento Preliminar; Corte B-B e Pormenores do C	5			
Obras/Projetos de Saneamento	Tela Final	Equipamentos	20207 TF-20207-EQ	Tratamento Preliminar; Concentrador de Gorduras, M	3			

Base de Dados com o registo das peças desenhadas, desenvolvida pela DGA-CADSIG.

No campo das integrações de infraestruturas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) contabilizaram-se 11 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e 1 Estação Elevatória de Águas Residuais (EEAR), dos concelhos de Castro Marim e Tavira. Destas integrações duas delas eram um processo que se arrastava desde o início da Concessão e que agora possível concluir.

Em 2019 temos a registar a conclusão da organização de todo o arquivo analógico da Empresa, sendo que uma técnica afeta a este serviço absorveu mais uma responsabilidade, a Gestão e Atualização do Arquivo Central da Empresa, a qual teve formação e um grande envolvimento na organização do primeiro arquivo central.

Em harmonia com os anos transatos, esta área participou na elaboração do Orçamento e Projeto Tarifário 2020, na componente de investimento e integrações, tendo introduzido algumas melhorias na validação dos dados. Também foram realizadas estimativas de investimentos e levado a cabo análise de soluções possíveis de implementar, avaliando os cenários melhores em termos técnico-económicos.

Foi dado especial relevo ao acompanhamento e reporte para o Ministério da Tutela dos trabalhos de remoção da biomassa vegetal em redor das nossas instalações, localizadas em espaços classificados como rurais, dando integral cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

A atualização do cadastro geométrico das parcelas expropriadas tem continuado a ser o mote do nosso trabalho, apesar dos constrangimentos de operacionalização e conclusão por parte da Direção-Geral do Território (DGT). Este trabalho tem sido levado a cabo pela AdA, uma vez que DGT não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho, tendo sido concluídos mais 7 secções correspondente a 59 processos.

Também no ano de 2019 e dentro das nossas competências, participamos em duas Conferências Deliberativas no âmbito da Plataforma SIRJUE, duas reuniões e uma Conferência Procedimental sobre Planos de Pormenor e ainda uma reunião da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Relativamente à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), também temos um papel fundamental na recolha e validação dos valores de cada componente, efetuando a previsão para o ano seguinte, sendo depois apurado os valores unitários a cobrar por metro cubico de cada área de negócio.

Ainda em 2019, conseguimos a obtenção de mais de 20 isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios, exclusivamente afetos à atividade de abastecimento público de água às populações e de saneamento de águas residuais, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, reduzindo em 98% o valor deste imposto, assim como em 100% do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis, que incide sobre os imóveis habitacionais e os terrenos para construção que começou a vigorar a partir do ano de 2017.

Valor Patrimonial Tributário (VIP) em DEZ/2018 (€)	Valor de IMI coleta antes de isenções 2014 (€)	Pagamento de IMI efetuado em 2018 (€)	valor previsto para pagar de IMI em 2019 (€)	Valor do AIMI do ano de 2019 (€)	Valor do AIMI do ano de 2018 (€)	isenções conseguidas (%)
7 914 954,69€	25 126,09 €	1 136,50 €	767,15€	975,19 €	0 €	98,10%

Para 2020 o serviço desenvolverá as atividades da sua responsabilidade, com especial ênfase para a concretização de mais processos de integrações de infraestruturas no SMAASA, previstas no Contrato de Concessão, bem como colocar no mercado as prestações de serviços necessárias á delimitação dos nossos prédios.

O ano 2020 também será um marco para o Sistema de Informação Geográfica do SMAASA na medida em que será adotado o Datum base da informação, o ETRS89 e migrados todos os dados para uma nova versão G/InterAqua e WEBAdA (versão WEB), mais ágil e fácil de consultar e utilizar.

4.5. Gestão do capital humano

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

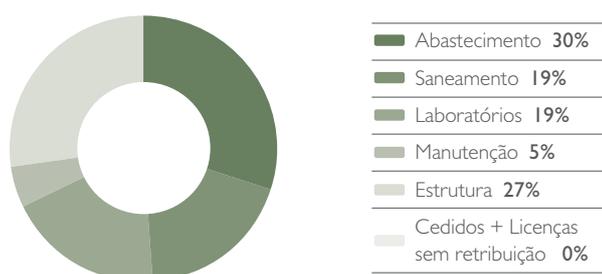
Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere e o território onde atua acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)	2019	2018	2017
Abastecimento	49	48	47
Saneamento	31	29	26
Laboratórios	30	30	30
Manutenção	8	8	9
Estrutura	44	43	41
Cedidos+Licenças sem retribuição	0	2	3
Total	162	160	156

COLABORADORES POR ÁREAS (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)

(%)

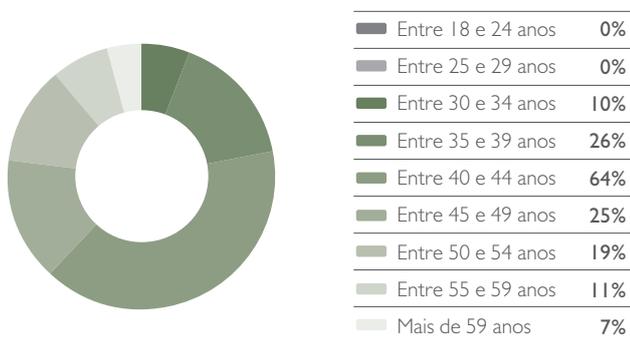


Em 31 de dezembro de 2019 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 162.

Apesar de ser elevada a antiguidade no exercício das suas funções na AdA, a estrutura etária dos colaboradores da empresa tem a idade média de 45 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 35 aos 49 anos.

Colaboradores por níveis etários	2019	2018
Entre 18 e 24 anos	0	0
Entre 25 e 29 anos	0	1
Entre 30 e 34 anos	10	11
Entre 35 e 39 anos	26	36
Entre 40 e 44 anos	64	59
Entre 45 e 49 anos	25	21
Entre 50 e 54 anos	19	17
Entre 55 e 59 anos	11	8
Mais de 59 anos	7	7
Total	162	160

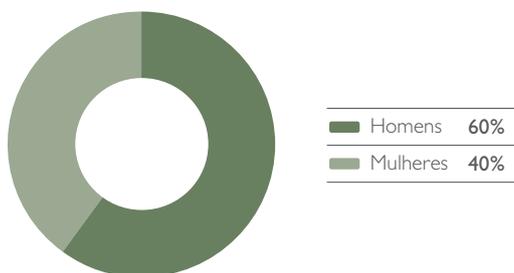
COLABORADORES POR NÍVEIS ETÁRIOS (%)



Em 2019 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)	2019	2018
Homens	97	95
Mulheres	65	65
Total	162	160

COLABORADORES POR GÉNERO (%)

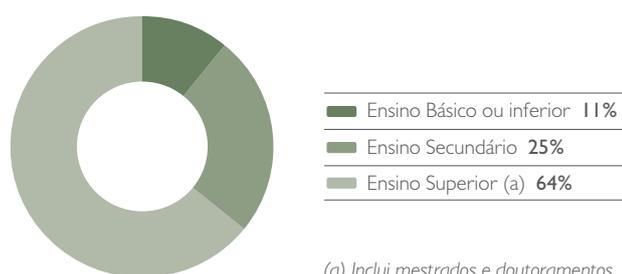


Em 2019 a empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 64%.

Grau académico dos colaboradores	2019	2018
Ensino Básico ou inferior	18	18
Ensino Secundário	41	39
Ensino Superior (a)	103	103
Total	162	160

(a) Inclui mestrados e doutoramentos

GRAU ACADÉMICO DOS COLABORADORES (%)



(a) Inclui mestrados e doutoramentos

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2019:

Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)	2019	2018	2017
Potencial de horas de trabalho (1)	302 220	286 320	291 672
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	273 900	259 048	264 844
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	28 320	27 271	26 828
Horas de trabalho suplementar (HS)	1 586	1 272	1 200
Taxa de absentismo (3) : (1)	9,37%	9,52%	9,20%

Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)	2019	2018	2017
Acidentes de trabalho	1 377	72	2 566
Doença	10 422	7 083	6 174
Suspensão disciplinar	0	0	0
Assistência a familiares	2 520	2 044	1 966
Maternidade/paternidade	5 875	7 176	6 477
Outras causas	8 126	10 896	9 645
Total	28 320	27 271	26 828

Constata-se que no ano de 2019 o nível de absentismo agravou-se como resultado, essencialmente, do incremento das horas relacionadas com doenças e assistência a familiares.

A rubrica de “outras causas” inclui as horas de ausência justificadas por atribuição de tolerância de ponto.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

As preocupações ligadas à responsabilidade ambiental e social, segurança e saúde no trabalho, mantêm-se nas prioridades de formação da empresa.

A formação proporcionada em 2019 detalha-se no quadro abaixo:

Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)	Horas	%
Internas	1 650	43%
Externas	2 165	57%
Total	3 815	100%

SEGURO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA

A 31 de dezembro de 2019, todos os colaboradores da empresa estavam abrangidos por um plano de saúde existente, extensível ao agregado familiar – cônjuge e filhos dependentes até aos 25 anos. Existe um plano complementar do sistema nacional de saúde, que se traduz num seguro de saúde abrangendo 158 colaboradores. Todos os novos colaboradores só são abrangidos pelo plano de seguro de saúde após efetividade. A empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

SEGURANÇA NO TRABALHO

A Águas do Algarve, S.A. continua empenhada na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham. A melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes tem sido uma das principais preocupações desta Empresa ao longo dos anos.

Em 2019 destaca-se:

- Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 9h/mês, tendo sido realizadas 26 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: Foram registados 7 (sete) acidentes de trabalho em 2019, número superior aos três anos anteriores (2016 e 2017), com 6 acidentes e 2018 com 2 acidentes. Em consequência disso o número de dias de baixa voltou a aumentar consideravelmente, passando de 319 dias, em 2017 para 8 dias em 2018 e 236 dias de baixa, em 2019;
- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da segurança e saúde no trabalho, com especial relevância para as 3 ações sobre trabalhos em altura e trabalhos confinados e 2 sobre riscos biológicos. Estas ações dos trabalhos em altura e espaços confinados, ministradas por entidades externas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 30 trabalhadores da AdA e de diversos prestadores de serviços. No caso dos riscos biológicos foi ministrada pelo Técnico da Sustentabilidade Empresarial e pelo médico do trabalho contaram com a participação de cerca de 21 trabalhadores da AdA e de diversos prestadores de serviços.

4.6. Financeira

ANÁLISE ECONÓMICA

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da empresa cifrou-se em cerca de 60,5 milhões de euros em 2019, representando um acréscimo de 3,5% face ao ano anterior. Este acréscimo resultou da combinação do aumento dos caudais faturados na área de negócio do abastecimento (+9,73%) e do decréscimo (-3,97%) na área de negócio do saneamento uma vez que as tarifas se mantêm inalteradas desde há vários anos (0,4710€/m³ para o abastecimento de água e 0,6304€/m³ para o saneamento).

Volume de negócios ⁽¹⁾	2019	2018	Variação	Variação
Vendas	34 916 487	31 819 620	3 096 867	9,73%
Prestação de serviços	25 559 673	26 615 772	-1 056 098	-3,97%
Volume de negócios	60 476 160	58 435 392	2 040 769	3,49%

(1) - O volume de negócios apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para a nova ETAR de Faro/Olhão;

- Em 2016 iniciaram-se novos contratos de operação e manutenção para as quatro zonas de saneamento, em vários momentos do ano, e também se deu início, em outubro de 2016, a um contrato para o transporte de lamas provenientes das ETAR. Estes contratos, por razões de estratégia da empresa, passaram a ter objetos diferentes dos anteriormente celebrados, o que implica que a comparabilidade entre 2019 e 2018 para cada rubrica específica de Fornecimentos e Serviços Externos perca significado quanto a conclusões, passando a valer a análise de rubricas agregadas.

Assim, considera-se que o cash-cost é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

Cash-cost	2019	2018	Variação	Variação
Gastos de Vendas ⁽¹⁾	2 087 828	1 956 178	131 650	6,73%
FSE	24 733 456	22 887 522	1 845 933	8,07%
Gastos com o Pessoal	5 532 981	5 230 450	302 530	5,78%
Outros gastos operacionais *	1 035 628	585 775	449 853	76,80%
soma 1	33 389 893	30 659 926	2 729 967	8,90%
Subsídios à exploração	22 174	7 258	14 916	205,49%
Outros rendimentos operacionais **	467 152	562 979	-95 827	-17,02%
soma 2	489 326	570 237	-80 912	-14,19%
Cash-Cost =soma 1 - soma 2	32 900 567	30 089 689	2 810 879	9,34%

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o cash-cost aumentou como resultado do crescimento dos gastos ocorridos nas várias rubricas, em especial para "Outros Gastos Operacionais" devido ao pagamento de duas indemnizações no valor de cerca de 240 mil euros, à transferência para gastos de valores imobilizados relativos ao laboratório no valor de cerca de 63 mil euros e ainda a rendas dos projetos de saneamento em cerca de 193 mil euros.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, que representam cerca de 95% dos gastos em FSE:

Rubrica	2019	2018	Variação	
			Euros	%
621 - Subcontratos	8 487 850	6 772 922	1 714 928	25,3%
6241 - Electricidade	6 289 416	5 487 405	802 010	14,6%
6261 - Rendas e alugueres	196 154	574 094	-377 940	-65,8%
6263 - Seguros	251 025	292 889	-41 864	-14,3%
6226 - Conservação e reparação	3 384 095	3 786 368	-402 273	-10,6%
6221 - Trabalhos especializados	4 353 920	3 881 448	472 472	12,2%
6268x-Material de laboratório	396 411	474 001	-77 590	-16,4%
Outros FSE	1 374 585	1 618 395	-243 810	-15,1%
62 - FSE	24 733 456	22 887 522	1 845 933	8,1%

Relativamente às rubricas de Subcontratos e Eletricidade, a comparação de valores deve ser feita de forma agregada, decorrente dos novos objetos dos contratos de outsourcing. O valor agregado destas duas rubricas apresenta, em 2019, um crescimento de cerca de 20,5% face a 2018, ligado à subida dos caudais fornecidos no abastecimento e aumento dos custos unitários da energia.

As rendas e alugueres evidenciam um decréscimo de valor entre 2019 e 2018 devido essencialmente ao registo contabilístico de ajustamento da IFRS16 (-190.000 euros).

Quanto aos trabalhos especializados, merece destaque o aumento dos gastos com tratamento de lamas (+278 mil euros) e assessoria jurídica (+237 mil euros). Em sentido inverso, registou-se um decréscimo na rubrica de assistência técnica em cerca de 294 mil euros.

A diferença entre o Volume de Negócios e o Cash-Cost representa o EBITDA gerado pela empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se também o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA ⁽¹⁾	2019	2018	Variação	Variação
Volume de negócios	60 476 160	58 435 392	2 040 769	3,49%
Cash-Cost	32 900 567	30 089 689	2 810 879	9,34%
EBITDA	27 575 593	28 345 703	-770 110	-2,72%
EBITDA : VN	45,6%	48,5%	-2,9%	-6,00%

(1) - Não corrigido do efeito das ETAR's da Companheira e de Faro/Olhão

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

Resultados Financeiros	2019	2018	Variação	Variação
Gastos financeiros (1) (2)	7 411 286	7 512 807	-101 521	-1,35%
Rendimentos financeiros (1)	1 632 435	1 577 207	55 228	3,50%
Resultados Financeiros	5 778 851	5 935 600	-156 749	-2,64%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros reduziram ligeiramente devido à descida do valor do financiamento médio. Os rendimentos financeiros de 2019, excluindo o efeito do justo valor, mantiveram-se no mesmo nível de 2018.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que aumentou em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

Cash Flow Líquido	2019	2018	Variação	Variação
EBITDA	27 575 593	28 345 703	-770 110	-2,72%
Resultados financeiros	5 778 851	5 935 600	-156 749	-2,64%
IRC	321 150	2 222 207	-1 901 058	-85,55%
Cash Flow Líquido	21 475 592	20 187 895	1 287 697	6,38%
Cash Flow Líquido : VN	35,5%	34,5%		

A comparação deste indicador com os investimentos efetuados no ano e com o nível de endividamento líquido da empresa dá-nos pistas quanto ao auto-financiamento dos investimentos, bem como sobre a sustentabilidade financeira da concessão.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

Gastos e Rendimentos ligados ao investimento e justo valor	2019	2018	Variação	Variação
Amortizações	21 204 094	20 081 308	1 122 786	5,59%
Provisões / Perdas por Imparidade	0	36 523	-36 523	-100,00%
Gastos (justo valor)	217 302	227 948	-10 645	-4,67%
soma 1	21 421 396	20 345 779	1 075 617	5,29%
Subsídios ao Investimento	6 130 107	6 189 319	-59 212	-0,96%
Rendimentos (justo valor)	40 729	49 736	-9 008	-18,11%
Margem (IFRIC 12)	342 233	369 993	-27 760	-7,50%
soma 2	6 513 069	6 609 049	-95 980	-1,45%
Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2	14 908 328	13 736 730	1 171 597	8,53%

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

Cash Flow Líquido	2019	2018	Varição	Varição
Cash-flow Líquido	21 475 592	20 187 895	1 287 697	6,38%
Gastos Inv	14 908 328	13 736 730	1 171 597	8,53%
Resultados Líquidos	1 200 838	7 191 847	-5 991 008	-83,30%
Resultados líquidos : Capital Social	4,03%	24,11%		

De tudo o exposto decorre que os resultados antes de impostos diminuíram substancialmente de 2018 para 2019, e os resultados líquidos também, gerando uma rentabilidade do capital social de 4%. O principal motivo para este decréscimo está relacionado com o registo contabilístico dos desvios de recuperação de gastos (superavit tarifário) no valor de cerca de 5,4 milhões de euros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da empresa se mantém dependente do comportamento dos clientes e/ou da empresa para com os fornecedores quanto ao cumprimento dos prazos acordados, ou se o nível de investimentos a efetuar estiver acima da capacidade de auto-financiamento.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da empresa face aos fornecedores, de que resultou uma tesouraria melhorada para a Águas do Algarve, S.A..

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 10,5 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos (excluindo o valor residual da barragem de Odelouca no montante de 14,7 milhões de euros) e um decréscimo de cerca de 2,8 milhões de euros em ativos financeiros. O ponto 1.4 (fluxos de caixa) das contas do exercício mostra-nos um contributo de 1,5 milhões de euros dos fundos comunitários em 2019.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

Código - Designação	Candidatura - Contrato em vigor		Pedidos de Pagamento				Comparticipação		
	Valor da Candidatura (1)	Comparticipação (2)	Despesas apresentadas (3)	Desp. elegíveis já aprovadas (4)	Despesas não elegíveis (5)	Despesas em análise (6)	Comparticipação Aprovada (7)	Valor Recebido (8)	Valor aprovado ainda não recebido (9)
FC-000028-FaroOlhão	21 820 032	18 547 028	15 941 006	15 037 811	903 195	0	12 782 140	12 782 140	0
FC-000027-Companheira	11 088 900	9 425 565	9 957 886	9 883 814	74 072	0	8 401 242	8 355 553	45 689
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2 074 965	1 763 720	1 844 951	1 832 155	12 796	38 105	1 557 332	1 543 461	13 871
FC-000025 - Algoz Tunes	1 817 039	1 544 483	1 698 767	1 643 326	55 441	0	1 396 827	1 396 827	0
FC-000002 - Monchique Norte	770 752	655 139	781 971	761 128	20 843	0	646 959	622 383	24 576
FC-000835 - Beneficiação da ETA de Alcantarilha	4 824 020	2 412 010	2 126 449	2 100 571	25 878	0	1 050 285	1 050 285	0
TOTAIS	42 395 709	34 347 945	32 351 031	31 258 805	1 092 226	38 105	25 834 785	25 750 648	84 136

PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 16 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida dos clientes no final de 2019 e 2018 e os prazos médios de recebimento:

Rubrica	2019	2018	Varição	
			Euros	%
Dívida Vencida	26 291 822	31 135 332	-4 843 510	-15,6%
Dívida Não Vencida	9 036 033	8 273 459	762 573	9,2%
TOTAIS	35 327 854	39 408 791	-4 080 937	-10,4%

Os saldos acima correspondem a valores brutos, portanto sem imparidades (2.718.640€ em 2019), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (5.823.490€ em 2019).

Rubrica	2019	2018	Variação	
			Dias	%
PMR (Dias)	65	86	-21	-24,4%

Verifica-se no final de 2019 uma redução significativa das dívidas totais de clientes bem como da dívida total vencida. Este decréscimo tem expressão também no prazo médio de recebimentos que passou de 86 dias em 2018 para 65 dias em 2019: houve um esforço da empresa em procurar resolver diferendos com clientes em situação de pré-contencioso, que incluíram a recuperação de diversos montantes em dívida e a assinatura ainda de um Acordo de Regularização de Dívida com o cliente Ambiolhão EM.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

- Tavraverde E.M. - Apesar do contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros, no exercício de 2018 foram regularizados 61.200 euros da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017;
- VRSA, SGU E.M. – Em 2018, foram recebidos do cliente VRSA, SGU E.M, cerca de 1,8 milhões de euros. À semelhança dos anos anteriores, mantiveram-se em 2019, esforços tendentes a encontrar uma solução negociada para a regularização da dívida vencida. Não tendo estes tido qualquer sucesso foi em Junho de 2019 intentada uma nova injunção no valor de 4,5 milhões de euros. Nada foi recebido em 2019;
- Município de Vila do Bispo – em Junho de 2019 foi intentada uma injunção de 1,2 milhões de euros, cujo valor foi pago integralmente pelo cliente até ao final do mesmo ano;
- Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem a faturas emitidas a 30.11.2019 e 31.12.2019.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rúbrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 4.345.613 euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 13).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
			Valor	%
Prazo (dias)	45	47	-2	-4,3%

O valor do PMP sofreu uma ligeira melhoria de 2018 para 2019, acompanhando um esforço da empresa em liquidar os seus compromissos comerciais num prazo mais curto.

4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação

O ano de 2019 revelou-se como mais um ano frutuoso em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I), dando-se seguimento aos projetos em curso, elaborando-se novas candidaturas e estabelecendo-se novas parcerias. Para além da presença ativa da AdA em importantes eventos relacionados com a temática da água, salienta-se a organização do workshop “Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água”, integrado na Conferência Internacional INCREaSE 2019, tendo-se apresentado e discutido conjuntamente com a comunidade técnico-científica alguns dos projetos em curso.

WORKSHOP'S

“ÁGUAS DO ALGARVE – PROJETOS DE I&D+INOVAÇÃO NO CICLO URBANO DA ÁGUA”

O workshop “Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água”, que se realizou na Universidade do Algarve, Instituto Superior de Engenharia, no dia 9 de outubro, teve organização conjunta com a Universidade do Algarve e a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, e esteve integrado na Conferência Internacional INCREaSE 2019 (<https://increase.ualg.pt/2019/>).

Desde a sua criação que a AdA participa, realiza e apoia a execução de vários projetos de I&D+I a nível do ciclo urbano da água em parceria com empresas, Universidades, Laboratórios e outras Instituições de I&D nacionais e internacionais. Os projetos desenvolvidos têm contribuído para pautar o modo de atuação da empresa alicerçado em conhecimento técnico-científico, potenciando a aplicação de soluções inovadoras e sustentáveis num setor onde as cadeias de valor e os ciclos e vida são cada vez mais longos e complexos.

O workshop visou assim apresentar alguns projetos de I&D+I em curso, ou terminados recentemente, focando os principais resultados obtidos e promovendo a sua discussão com a comunidade técnico-científica.

PROJETOS I&D+I

PROJETO AA-FLOODS

A AdA integra o projeto AA-FLOODS - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local – no âmbito do Programa Europeu - Espaço Atlântico, que conta com 9 parceiros de 5 países, nomeadamente de Portugal, Espanha, Reino Unido, Irlanda e França, e que teve início em Abril de 2019.

As cheias são os fenómenos decorrentes das Alterações Climáticas que afetam mais pessoas na área do Espaço Atlântico. Esta é uma matéria de gestão e responsabilidade não só dos governos nacionais e regionais, mas também dos municípios, comunidades locais, entidades gestoras de água, meio científico e ONGs. O objetivo do AA-FLOODS é unir esses atores para criar e testar novas ferramentas, projetos pilotos, planos e regulamentos que melhorem a gestão e a resposta a situações de inundações.

No âmbito do projeto AA-FLOODS a AdA pretende desenvolver novas ferramentas ao nível dos sistemas de prevenção e simulação de inundações/cheias, com especial foco no vale a jusante da Barragem de Odelouca, e com o objetivo de otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança estrutural da barragem e minimizar o risco e danos no vale a jusante.

O projeto AA-FLOODS mereceu aprovação do Programa Europeu - Espaço Atlântico, e tem um orçamento global de 2.483.642€.

SWSS

O projeto Smart Water Supply System, com o acrónimo SWSS (<http://life-swss.eu/>), financiado no âmbito do programa LIFE +, foi coordenado pelo ISQ, e contou como parceiros, para além da AdA, a Águas de Portugal, a AdP LvT/EPAL, o IST e a Hidromod. O orçamento total do projeto foi de 1.372.888 EUR, dos quais 802.747 EUR tiveram contribuição Comunitária. O projeto teve uma duração de três anos e meio, tendo terminado no final do primeiro semestre de 2019. O projeto teve como objetivo melhorar as eficiências hídrica e energética, reduzir as emissões de CO2 e as perdas de águas associadas ao processo de captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano, bem como a introdução de novas ou melhoradas opções de energia renovável. Para tal, foi desenvolvida uma plataforma tecnológica (SWSS platform) de gestão de redes de distribuição, em que a estratégia de exploração dos grupos elevatórios é determinada com base na previsão dos consumos de água ao longo do dia, ao invés do controlo atual baseado nos níveis dos reservatórios (instantâneos). A alteração da estratégia de controlo permite otimizar os consumos de energia, constituindo uma mudança de paradigma na gestão deste tipo de sistemas.

LIFE IMPETUS

Em 2019 prosseguiu-se com a execução do projeto LIFE IMPETUS - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants, <http://life-impetus.eu/>, o qual foi financiado no âmbito do programa LIFE, subprograma Environment, área prioritária LIFE Environment & Resource Efficiency. O projeto tem um orçamento total de 1.492.452 EUR, sendo cofinanciado em 855.589 EUR. Para além da AdA participam no projeto o LNEC, que é o Coordenador, a Universidade do Algarve, a AdTA, a EPAL, a EHS, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

O projeto teve como objetivo a implementação de medidas para melhorar a remoção de compostos farmacêuticos em ETAR com sistemas de tratamento por lamas ativadas, tendo como principais premissas, para além da sua eficiência na remoção de compostos farmacêuticos, o seu baixo custo e a minimização dos consumos energéticos associados. Em 2019 foram finalizados os ensaios no protótipo instalado na ETAR de Faro Noroeste (tanque de contato/coagulação/floculação/decantação) com a adição de carvão ativado em pó, os quais permitiram avaliar as dosagens mais adequadas. Os ensaios à escala real, que decorreram neste ano, permitiram determinar os níveis de concentração dos fármacos analisados bem como testar diferentes estratégias de operação e avaliar a viabilidade de adição de PAC em plena operação da ETAR, numa ótica de gestão otimizada dos sistemas de tratamento, contribuindo para a respetiva análise de custo-benefício.

Em fevereiro de 2020 teve lugar na Universidade do Algarve a reunião do projeto que contou com a presença do representante do EASME, da Comissão Europeia, tendo efetuado uma visita à ETAR de Faro Noroeste. Em dezembro de 2019, no LNEC, realizou-se a Conferência Final do projeto.

IDIAQUA

Em 2019 deu-se continuidade ao projeto IDLaqua - Fortalecimento da I&D+I de Excelência em Matéria de Tratamento de Águas Residuais para Pequenos Aglomerados, o qual é financiado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP).

O projeto tem um orçamento global de 3.302.695,04 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 16 parceiros. O coordenador do projeto é o CENTA (Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua), participando os seguintes parceiros para além da AdA: Universidade de Cádiz, Universidade de Sevilha, Universidade de Extremadura, Centro Tecnológico Avanzado de Energías Renovables, Centro Andaluz de Innovación y Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, Asociación de Abastecimientos de Agua y Saneamientos de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras y Explotación del Agua de la Junta de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras de la Junta de Extremadura, Promedio, Giahsa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, EPAL e Parceria Portuguesa para a Água. O projeto IDLaqua foi prolongado por mais um ano, terminando em dezembro 2020.

Este projeto visa a consolidação da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação relativamente a processos de tratamento de águas residuais para pequenos aglomerados. Prevê assim a aplicação de I&D+I para desenvolver sistemas de tratamento de baixo custo, com pegada de carbono reduzida, baixos custos energéticos e maximizando a utilização de processos naturais (sistemas extensivos), sempre que possível. No último trimestre de 2019 foi instalado um protótipo de reator anaeróbio de lama granular de fluxo ascendente (UASB) na ETAR de Lagos. A digestão anaeróbia na fase líquida será testada com o intuito de diminuir a carga orgânica afluyente às etapas seguintes, designadamente a nível dos sistemas extensivos, o que poderá contribuir para a melhoria do seu desempenho e para a redução do consumo energético e de produção de lamas de depuração. Para além da participação em diversas atividades do projeto, destaca-se a realização de mesas de análise com as diversas entidades do setor público, privado e Universidades, do Algarve, Beiras e Andaluzia e Estremadura (Espanha), tendo sido abordados temas como:

- A experiência e projetos das entidade relacionadas com o tratamento da água residual, designadamente de pequenos aglomerados urbanos (geralmente < 2.000 hab),
- Necessidades das entidades em matéria de I&D+I.

PREDÁQUA

Em 2019 deu-se continuidade ao projeto PREDÁQUA – Pré-tratamentos de Águas Residuais Industriais e Domésticas: Contribuição para o desenvolvimento económico em equilíbrio com o meio ambiente, aprovado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 1.073.739,88 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 4 parceiros. O coordenador do projeto é a ARECIAR (Agencia de Régimen Especial Ciclo Integral de Águas del Retortillo), sendo parceiros do projeto para além da AdA a Promedio (Diputación de Badajoz) e a Águas Públicas do Alentejo. S.A.. O PREDÁQUA teve prorrogação até março de 2020

O projeto tem como principais objetivos:

- Efetuar o levantamento do setor industrial responsável pelas descargas de águas residuais no meio ambiente e/ou nos • Desenvolvimento e implementação de novas tecnologias de deteção de descargas industriais, designadamente de analisadores em linha;
- Implementar sistemas de pré-tratamento inovadores em indústrias, nas redes de saneamento e nas Estações de Tratamento de Águas Residuais;
- Sensibilização dos industriais e da comunidade em geral.

O estudo de caso na AdA é a ETAR de Loulé, onde serão implementados tamisadores do tipo belt-screen e um reator anaeróbio de lama granular de fluxo ascendente (UASB), à escala piloto, na fase líquida, tendo este último sido instalado no final de 2019. Será avaliado o desempenho da digestão anaeróbia na fase líquida, designadamente a nível da sua eficiência de remoção da carga orgânica, o que pode contribuir para a diminuição do consumo energético e de produção de lamas dos sistemas de tratamento intensivos. Destaca-se ainda a atividade de monitorização através de sondas em contínuo para avaliar eventuais descargas de aflúências indevidas, designadamente de efluentes com carácter industrial.

SECASOL

Em 2019 deu-se continuidade ao projeto SECASOL – Fomento de tecnologías innovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Águas Residuales y de secado de residuos sólidos urbanos de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tecnologías Solares de Concentración en la Euro región Andalucía-Algarve-Alentejo, teve igualmente início em 2017, tendo sido aprovado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP).

O projeto tem um orçamento global de 789.349,05 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por sete parceiros. O coordenador do projeto é a Diputación de Huelva, sendo parceiros do projeto para além da AdA a AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, o LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., o CENTA - Fundación Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua, a GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM e a CESP A Gestión de Residuos S.A..

O projeto visa o aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais, especificamente energia solar, nos setores de saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos, bem como contribuir para o crescimento da economia verde e para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa face à maior utilização das energias renováveis. Ao nível da AdA está prevista a instalação de um sistema de secagem solar de lamas através de desidratação por leitos de macrófitas na ETAR de Alcoutim.

Procedeu-se ao desenvolvimento de várias atividades, destacando-se as seguintes:

- Contextualização do Setor de Tratamento de Águas Residuais, nas regiões do Algarve e Alentejo, incluindo o respetivo enquadramento legislativo.
- Identificação das Necessidades de Formação no Setor de Tratamento de Águas Residuais.
- Análise DAFO e CAME de forma a estabelecer estratégias para alcançar os objetivos delineados para o projeto.
- Lançamento do concurso, contratualização e início da empreitada de conversão de dois dos três leitos de secagem na ETAR de Alcoutim, através da sua conversão em sistemas de desidratação através de leitos de macrófitas.

IAFLUI 2019/2021

A 2ª edição da iniciativa colaborativa para implementação de um plano de controlo de aflúências indevidas teve início em maio 2019 e terá a duração de 24 meses. O projeto tem um formato de parceria coletiva em que beneficiam da partilha de experiências com outras entidades, sendo coordenado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Os principais objetivos do iAFLUI são a disseminação das melhores e mais recentes metodologias e ferramentas de boas práticas no domínio das aflúências indevidas, criação de uma rede efetiva de partilha de resultados e capacitação de um número crescente de técnicos para a problemática das aflúências indevidas.

Nesta iniciativa a AdA propõe monitorizar as potenciais aflúências indevidas (pluviais e intrusão salina) no subsistema de Vale Faro (Albufeira), através da monitorização de caudais na rede de drenagem, medição de eventos pluviométrico e medição da condutividade.

OUTROS PROJETOS

- Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto “água para consumo humano” - Em 2019 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011, bem como a implementação do Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA).
- Deu-se início ao estabelecido no Acordo Específico de Colaboração entre a AdA e a Universidade do Algarve, relativo ao desenvolvimento e execução de atividades de I&D no âmbito da Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Qualidade de Água, Águas Subterrâneas e Fauna Bentónica em conformidade com o preconizado na DCAPE, no RECAPE e EIA da ETAR de Faro-Olhão
- Em 2019 manteve-se a implementação do projeto interno relativo ao Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA) no âmbito do PSA e a abordagem de GPI na AdA, estando em curso a implementação de alguns planos de prevenção e mitigação dos riscos.

- Projeto GREENTREAT – Tratamento Integrado e Sustentável de Efluentes Urbanos usando Microalgas. A AdA participa no projeto GREENTREAT, que é liderado pela Universidade do Algarve, tendo como principal objetivo a utilização de fotobioreatores de algas para remover os nutrientes azoto e fósforo e compostos farmacêuticos, bem como avaliar o potencial de valorização da biomassa produzida, designadamente através da produção de biocombustíveis (biodiesel e biogás). Deu-se início à realização de ensaios, à escala de protótipo, que foi instalado na ETAR da Quinta do Lago, e cujo trabalho está integrado no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciclo Urbano da Água de um funcionário da AdA.
- Projeto CONPRAR – Contributo para a Proteção do Recurso Amêijoas ruditas decussatus no Ecossistema da ria Formosa. A AdA colabora neste projeto coordenado pela Universidade do Algarve e aprovado no âmbito do Programa Operacional Mar2020, que visa diagnosticar a qualidade da água na Ria Formosa e o desenvolvimento de uma plataforma informática de apoio à gestão, com recurso à modelação numérica, contribuindo assim para a política nacional e europeia relativa à proteção do meio marinho.
- Projeto AGRONAUT - Agronomic Impact of Sludge Amendment Using a Comprehensive Exposure Viewpoint. A AdA colabora neste projeto coordenado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e financiado no âmbito do Programa COMPETE2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e de fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES, mediante a disponibilização de lamas de ETAR necessárias para os ensaios a realizar. O projeto visa aumentar o conhecimento para a utilização segura de lamas de ETAR e de composto em terrenos agrícolas.
- Projeto MICROPLÁSTICOS. A AdA colabora neste projeto coordenado pela Universidade do Algarve que visa caracterizar, entre outros objetivos, a presença da microplásticos em efluentes tratados de três ETAR, na época do verão e na época de inverno.

ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CANDIDATURAS DE PROJETOS I&D+I A PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

SIFIDE

Fruto dos vários projetos de I&D+I que a empresa tem vindo a executar, submeteu-se no ano de 2019 a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial) para o exercício fiscal relativo a 2018.

SOLARSIMPLE

A AdA participou numa candidatura no âmbito do programa EUROSTARS relacionada com tecnologia de secagem de lamas com recurso a sistemas de energia solar térmica.

COMUNICAÇÕES / POSTER

- Lucas H, Ribau J. 2019. LIFE SWSS – Eficiências Hídrica e Energética, Associadas ao Processo de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Humano. Workshop Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água. INCREASE 2019. 9 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.
- Lucas H, Rosa MJ. 2019. LIFE HYMEMB – Utilização de Processos de Membrana Avançados (MF) e Carvão Ativado em Pó (Processo Híbrido PAC/MF) em Estações de Tratamento de Água, para criar uma barreira segura e resiliente contra contaminantes emergentes. Workshop Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água. INCREASE 2019. 9 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.
- Viriato M. 2019. INTERREG Atlantic Area AA-FLOODS – Novas Ferramentas de Prevenção, Alerta, coordenação e Gestão de Emergência por Cheias ao Nível Local. Workshop Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água. INCREASE 2019. 9 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.
- Martins AMP, Viegas S, Lobo G. 2019. INTERREG POCTEP SECASOL – Tratamento de Lamas de Depuração através de leitos de macrófitas e de sistemas que maximizem a utilização de energia solar. Workshop Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água. INCREASE 2019. 9 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.
- Martins AMP. 2019. Afluências Indevidas – Problemática Associada aos Sistemas de Saneamento. Workshop Afluências Indevidas – Soluções Técnicas em Caixas de Visita, 29 de maio. MC, AdA, ETAR Faro-Olhão.
- Martins AMP. 2019. Water Reuse in Algarve. Workshop Reutilización Y Economía Circular: Hacia la Eficiencia en la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos en el Sur de Europa. Interreg Sudoe 4KET4Reuse, 30 de julho. Sevilha. Cosejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Desarrollo Sostenible.
- Martins AMP. Water Reuse: Bottlenecks and regional plans for the Algarve region. ISO/TC 282. Water Reuse International Workshop, 22 de maio. Lisbon. LNEC
- Peres A. 2019. Soluções Técnicas em Caixas de Visita. Workshop Afluências Indevidas – Soluções Técnicas em Caixas de Visita, 29 de maio. MC, AdA, ETAR Faro-Olhão, Faro.
- Martins AMP, Rosa MJ, Cravo A. 2019. Life Impetus – Monitorização e Remoção de Fármacos em ETAR. Workshop Águas do Algarve – Projetos de I&D+Inovação no Ciclo Urbano da Água. INCREASE 2019. 9 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.

-
- Pólvora S. Aníbal J. Martins AMP. 2019. Saline Intrusions at Almagem Wastewater Treatment Plant in Different Tidal Cycles. INCREASE 2019. 9-11 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.
 - Rosário S. Fontinha P. Carreira M. Peres A. 2019. O processo Nereda - ETAR de Faro-Olhão – Fase de Arranque. X Jornadas de Engenharia. 22 de outubro. CCB. Lisboa.
 - Silva N. Martins AMP. Aníbal J. 2019. Management Optimization of Waste Water Treatment Plants Sewage Sludge Produced in the Algarve. INCREASE 2019. 9-11 de outubro, Instituto Superior de Engenharia. Universidade do Algarve. Faro.

PRÉMIO

O projeto LIFE IMPETUS - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants, foi angariado com o prémio PT GLOBAL WATER AWARDS 2019, atribuído no âmbito da 14.ª Expo Conferência da Água, tendo sido o projeto vencedor na categoria de I+D+I: Iniciativas transnacionais de investigação, desenvolvimento e/ ou inovação.

4.8. Eventos Posteriores ao Fecho

Não ocorreram posteriormente ao encerramento do exercício factos materialmente significativos que ponham em causa a expressão das demonstrações financeiras que acompanham este Relatório de Gestão ou que mereçam especial referência neste capítulo.

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2019. Aguardamos a revisão do mesmo por parte do Regulador, com a expectativa de que o mesmo seja aprovado.

4.9. Cumprimento das orientações Legais

PONTO 1 - OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38 DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 12 de março de 2018 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2018-2020), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2019 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de março de 2020.

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação em % ⁽¹⁾	Unid
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ $\Delta PRC = 1 - [PRC (Ano N) / PRC 2017]$	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2017	$\Delta PRC < 0\%$ – Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ – Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ – Superado	12,5%	%
	Limite ao endividamento	Endividamento = Stock Dívida (Ano N)	Redução do stock da dívida	Endividamento 2018 > 216,2 M€ – Não Atingido $209,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2018} \leq 216,2 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2018 $\leq 209,9 \text{ M€}$ – Superado ----- Endividamento 2019 > 200,8 M€ – Não Atingido $194,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2019} \leq 200,8 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2019 $\leq 194,9 \text{ M€}$ – Superado ----- Endividamento 2020 > 185,3 M€ – Não Atingido $179,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2020} \leq 185,3 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2020 $\leq 179,9 \text{ M€}$ – Superado	12,5%	€
	Dívida Comercial de devedores municipais	DCDMA = [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)]	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	DCDMA > 105% Não atingido $95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$ Atingido DCDMA < 95% – Superado	12,5%	%
	Degradação da tesouraria de exploração	$DTE = [PMR (Ano N) - PMP (Ano N)] / [PMR (Ano N-1) - PMP (Ano N-1)]$	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	DTE > 100% – Não atingido $85\% < DTE \leq 100\%$ – Atingido DTE $\leq 85\%$ – Superado	5,0%	%
	Rentabilidade	$RCI = [(EBIT-DRG)/(Ativo Líquido Total - DTA - IDA - AIF - SI - PCNR)]$	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2017	RCI (Ano N) < 95% RCI 2017 – Não Atingido $95\% \text{ RCI } 2017 \leq \text{RCI (Ano N)} \leq 110\% \text{ RCI } 2017$ – Atingido RCI (Ano N) > 110% RCI 2017 – Superado	12,5%	%
	Qualidade da Água Fornecida	$AQA = [QA (Ano N) / QA 2017]$	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	AQA < 99,5% – Não Atingido $99,5\% \leq AQA \leq 100\%$ Atingido AQA > 100% – Superado	5,0%	%
	Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = [QAR (Ano N) / QAR 2017]$	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo	AQAR < 97,5% Não Atingido $97,5\% \leq AQAR \leq 100\%$ Atingido AQAR > 100% Superado	5,0%	%

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação em % (1)	Unid
	Revisão da Concessão	Data de conclusão dos trabalhos	Proposta ao Concedente de unificação dos Contratos de Concessão e extensão do prazo de Concessão, com todos os elementos de suporte (técnico, financeiro e contratual)	Data > 31 de dezembro de 2018 – Não Atingido 31 de julho de 2018 < Data ≤ 31 de dezembro de 2018 Atingido Data ≤ 31 de julho de 2018 Superado	5,0%	data
	Constituição da Empresa de Baixa	Data de conclusão dos trabalhos	Constituição da Empresa de Baixa	Data > 31 de dezembro de 2020 – Não Atingido 1 de janeiro de 2020 ≤ Data ≤ 31 de dezembro de 2020 Atingido Data ≤ 31 de dezembro de 2019 – Superado	5,0%	data
Setoriais	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Entidade gestora certificada pela Norma ISO 50.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 3.	Não Certificada até 2019 Não Atingido Certificada até 2019 - Atingido Certificada até 2018 Superado	5,0%	un.
	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Implementação das medidas previstas na orientação estratégica específica 5 tendo como referência a Norma ISO 55.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 5.	Não Certificada até 2019 Não Atingido Certificada até 2019 – Atingido Certificada até 2018 – Superado	5,0%	un.
	Indicador PEPE	$RCEE(\text{Ano } N) / RCEE(\text{Meta do Ano } N)$	Redução do consumo de energia elétrica	$RCEE(\text{Ano } N) < 95\% RCEE(\text{Meta do Ano } N)$ Não Atingido $95\% RCEE(\text{Meta do Ano } N) \leq RCEE(\text{Ano } N) \leq 105\% RCEE(\text{Meta do Ano } N)$ Atingido $RCEE(\text{Ano } N) > 105\% RCEE(\text{Meta do Ano } N)$ Superado	10,0%	%
Reporte	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	$GCPR = [(40\% \times \text{média dos desvios da entrega do relatório de execução}) + (30\% \times \text{Cumprimento da data de entrega do PAO para certificação pelos órgãos de fiscalização, conforme orientações do acionista}) + (30\% \times \text{desvios da entrega do OPT à ERSAR para avaliação da tarifa ou do cenário de eficiência produtiva})]$	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	$GCPR > 0$ dias Não Atingido $-1 \text{ dia} \leq GCPR \leq 0$ dias Atingido $GCPR < -1$ dia Superado	5,0%	data
					100,0%	

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Caso não se verifique a constituição de uma nova empresa para a exploração dos serviços em baixa e estes serviços venham a ser verticalizados no serviço em alta, é entendimento dos acionistas a possibilidade de haver uma revisão do Modo de Avaliação dos indicadores definidos para o mandato.

NOTAS EXPLICATIVAS DOS OBJETIVOS DE GESTÃO

EFICIÊNCIA DE GESTÃO / PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PRC)

PRC = Plano de Redução de Custos

GV = Gasto das Vendas, numa base comparável, não incluindo os gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)

FSE = Fornecimentos e Serviços Externos, numa base comparável

GP = Gastos com Pessoal, numa base comparável, corrigidos nos termos da alínea a) do n.º 4 do art.º 124 do DL 25/2017 de 3 de março e outras correções que venham a ser estabelecidas nos DL de Execução Orçamental posteriores.

VN = Volume de Negócios, numa base comparável, conforme calculado na “Demonstração dos Resultados do Período”, deduzido dos Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12), bem como do Défice/Superávit tarifário de recuperação de custos, acrescido das contribuições do Fundo Ambiental (Decreto-lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto)

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Os valores devem ser atualizados ao ano de avaliação;
- c) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- d) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Nota adicional: Na avaliação feita numa base de atividade comparável, deverão ser expurgados os efeitos decorrentes do alargamento da base de ativos, decidida pelo Estado ou determinada pelo contrato de concessão, sem repercussão tarifária no próprio ano. A Águas do Algarve, S.A. solicitou à Holding, tendo obtido aprovação, a alteração deste indicador no sentido de não se incluírem os Gastos e os Proveitos relativos às ETARs da Companhia e de Faro/Olhão.

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO

Ao valor do stock da dívida exclui-se o endividamento decorrente de eventuais transações extraordinárias autorizadas pela tutela, nos termos da lei. Entende-se por stock da dívida o valor global do endividamento bruto financeiro, correspondente ao somatório das dívidas à banca, incluindo BEI e leasings, acrescidos das dívidas intra-grupo (suprimentos, apoios de tesouraria e empréstimos entre empresas), contraídos junto da AdP SGPS e de outras empresas do grupo (mesmo que não se encontrem registados em empréstimos).

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado arredondado a 1 casa decimal.
- c) Não contam para a avaliação do indicador os aumentos de financiamento que a empresa consiga demonstrar inequivocamente que decorrem de novos investimento não previstos no Contrato de Concessão, impostos explicitamente pelo Concedente.
- d) O limite ao endividamento poderá ser revisto em caso de ocorrência de situações extraordinárias, tais como: a inclusão, pelo Concedente, de novos investimentos não previsto no PAO do triénio 2018-2020, sem que se verifique a publicação, pelo Estado, das medidas de redução das dívidas municipais previstas na LOE 2018

DÍVIDA COMERCIAL DE DEVEDORES MUNICIPAIS

DCDMA = Evolução da dívida comercial de devedores municipais

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.
- d) Considera-se Dívida Vencida: a dívida corrente não paga nos 60 dias contratuais, as injunções e o incumprimento dos acordos (acresce-se a totalidade do valor vincendo à data do incumprimento).
- e) Apenas são considerados como acordos os que estiverem formalizados e com os respetivos contenciosos encerrados;
- f) Considera-se existir incumprimento do acordo, caso à data da avaliação do indicador, se verifique o não pagamento de pelo menos uma tranche.

DEGRADAÇÃO DA TESOURARIA DE EXPLORAÇÃO

DTE = Degradação da tesouraria de exploração

PMR = Prazo Médio de Recebimentos da Empresa

PMP = Prazo Médio de Pagamentos da Empresa

$$PMP = \left[\frac{\sum (\text{Saldo de Fornecedores} + \text{Saldo de Assessores e Credores Diversos de C.P. no final trimestre}) / 4}{\sum (\text{Aquisição de Bens e Serviços no trimestre})} \right] \times 365$$

$$PMR = \left[\frac{\sum (\text{Saldo de Clientes de curto prazo no final do trimestre (expurgados de acordos, processos de cobrança judicial e TRH)}) / 4}{\sum (\text{Volume de Negócios do trimestre acrescido de IVA e Juros de Mora a clientes})} \right] \times 365$$

Notas:

- Indicador avaliado anualmente;
- As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

RENTABILIDADE

RCI = Rentabilidade do Capital Investido

EBIT = Resultados Operacionais, numa base comparável;

DRG = Desvio (Défice ou Superávit) de Recuperação de Gastos;

DTA=Desvio Tarifário Ativo

IDA=Impostos Diferidos Ativos;

AIF = Amortizações de Investimento Futuro;

SI = Subsídios ao Investimento;

PCRN = Passivo Corrente Não Remunerado.

Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Nota: A Águas do Algarve, S.A. solicitou à Holding, tendo obtido aprovação, a alteração deste indicador no sentido de não se incluírem os Gastos e os Proveitos relativos às ETARs da Companhia e de Faro/Olhão.

QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA

Qualidade da Água (QA) = N.º Análises Conformes / N.º Análises Realizadas

Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

QUALIDADE DAS ÁGUAS RESIDUAIS

Qualidade da água residual (QAR) = População equivalente com tratamento satisfatório / População equivalente com tratamento

Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal;
- Só serão avaliadas as ETAR com:
 - * Conformidade com última licença de descarga emitida em nome da empresa;
 - * Relativas a infraestruturas previstas contratualmente;
 - * Com investimento já concluído; e
 - * Em funcionamento há mais de 1 ano.

REVISÃO DA CONCESSÃO

Elaboração do pacote documental a enviar à tutela sectorial e regulador, que suporte a unificação dos dois contratos de concessão existentes, bem como a extensão do contrato de concessão resultante em pelo menos, mais 20 anos, para além do prazo atual mais longo.

Notas:

- a) Indicador avaliado no exercício de 2018; e resultado mantido nas avaliações subsequentes.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data do primeiro envio do contrato à ERSAR ou tutela sectorial, acompanhado de todos os anexos contratuais, incluindo o ficheiro do EVEF e modelo técnico.

CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE BAIXA

Constituição da Sociedade firmada através de contrato de gestão de parceria, com os respetivos anexos.

Notas:

- a) a) Indicador avaliado em 2019 e 2020. Caso em 2019, não se verifique a constituição da empresa, o indicador não será avaliado.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data da Assembleia Geral que dá início à Sociedade.

REORGANIZAÇÃO DA EG DE MODO A PROMOVER A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICIÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO DE ENERGIA

Certificação da EG na ISO 50.001

Nota:

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019

REORGANIZAÇÃO DA EG DE MODO A PROMOVER A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICIÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVOS

Entidade Gestora habilitada no âmbito da Norma ISO 55.001

Nota:

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019;
- b) Avaliação a ser feita da pela AdP e pela Tutela Setorial com base no relatório respetivo de execução

INDICADOR PEPE

$RCEE = CEE (\text{Ano } N) / CEE (\text{Ano de Referência})$

$CEE = ((\text{Consumo Energia Elétrica} \times K) - \text{Energia Elétrica Produzida}) / (\text{Caudal de AA Produzido} + \text{Caudal de AR Tratado})$

Consumo de Energia Elétrica = Consumo de energia elétrica a partir da rede elétrica nacional e a partir de instalações para autoconsumo, em todas as instalações da Empresa incluindo administrativas, em kWh, no ano;

Energia Elétrica Produzida = Energia elétrica produzida para venda à rede elétrica nacional e/ou para autoconsumo, em kWh, no ano;

Caudal de AA Produzido = Caudal de água para consumo humano produzido, em m³, no ano;

Caudal de AR Tratado = Caudal de águas residuais tratadas, em m³, no ano;

K = Valor obtido em função da decomposição horária da energia consumida, incluindo a energia reativa, no ano.

Notas:

- a) Indicador avaliável anualmente;
- b) A determinação da RCEE (Meta do Ano N) será efetuada tendo em consideração os valores de consumo, produção e caudais, que venham a ser identificados para a empresa em 31.12.2015 (ano de referência), aos quais se devem aplicar os seguintes vetores:
2018: Redução de consumo de 332.323 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
2019: Redução de consumo de 1.107.744 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
2020: Redução de consumo de 2.769.360 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;

GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REPORTE

GCPR = Grau de Cumprimento dos Prazos de Reporte

Notas:

- Por relatório de execução entende-se o RET nos trimestres e o relatório mensal nos restantes meses. Para 2017 será tida em consideração a orientação dada no GCF do PCG.
- Cálculo efetuado considerando dias úteis e tendo por base as datas definidas para o devido efeito, no documento Reporte de Informação de Gestão, elaborado anualmente pelo PCG;
- Resultado expresso em dias, arredondado para o número inteiro superior

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos, obtendo-se uma classificação final de 1,80 numa escala cuja pontuação máxima que é de 3,0.

Indicadores dos Objectivos de Gestão	Resultado	Avaliação	Ponderação	Ponderação Ajustada	Atingimento
Indicadores Financeiros					
PRC	-8,0%	Não Atingido	13,2%	0,1	1
Endividamento	196,9 M€	Atingido	13,2%	0,3	2
Dívida Comercial Devedores Municipais	84,40%	Superado	13,2%	0,4	3
Degradação Tesouraria de Exploração	51,3%	Superado	5,3%	0,2	3
Rentabilidade	94,40%	Não Atingido	13,2%	0,1	1
Indicadores Ambientais					
Qualidade água fornecida	100,1%	Superado	5,3%	0,2	3
Qualidade águas residuais	99,84%	Atingido	5,3%	0,1	2
Outros Indicadores					
Revisão da Concessão	17/07/18	Superado	5,3%	0,2	3
Constituição da Empresa de Baixa		(Substituído)	0,0%	0,0	0
Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade					
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Não certificado	Não Atingido	5,3%	0,1	1
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não certificado	Não Atingido	5,3%	0,1	1
Indicador PEPE	79,0%	Não Atingido	10,5%	0,1	1
Indicadores de Reporte					
Indicadores de Reporte	21 dias	Não Atingido	5,3%	0,1	1
Objectivos Atingidos				1,80	

A empresa cumpre o objetivo global ao atingir 1,80. Não obstante o valor atingido em 2019, há no entanto a necessidade de um esforço adicional para os próximos anos no sentido de se obterem as certificações nos sistemas de Gestão de Energia e de Gestão de Ativos, bem como na melhoria dos prazos de reporte. Além disso, relativamente aos Indicadores Financeiros deveremos melhorar o Indicador PRC e Rentabilidade, com medidas mais apertadas de controlo de custos e monitorização.

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas empresas do setor empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpra a missão da empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve. A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e aprovado pelas entidades competentes. A aprovação do PAO2019 foi efetuada através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1181/19 – SET, de 8 de outubro.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2019, face ao ano de 2018, que de seguida se apresentam:

-
- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
 - ii. A contenção dos gastos com pessoal;
 - iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
 - iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da empresa

PONTO 2 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto do BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permitam fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

ANOS	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros	7 180 027	7 508 215	8 245 494	8 298 377	8 701 787
Taxa média de financiamento	3,65%	3,44%	3,44%	3,49%	3,82%

PONTO 3 - LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO, NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º1 DO ARTIGO 58.º DA LEI N.º 71/2018, DE 31 DE DEZEMBRO (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019), APURADOS NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º4 DO ARTIGO 159º DO DECRETO-LEI N.º84/2019 DE 28 DE JUNHO (DLEO2019)

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019.

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019 / 2018	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	196 217 956	217 954 163	224 839 857	231 347 840	234 480 225	-21 736 207	-9,97%
-dos quais concedidos pela DGTf	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	534 125	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	196 217 956	217 954 163	224 839 857	231 347 840	233 946 100	-21 736 207	-9,97%

PONTO 4 - EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Verifica-se uma redução, de 2018 para 2019, do prazo médio de pagamento conforme quadro seguinte:

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valor		Valor	%
Prazo (dias)	45	47	-2	-4,3%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º34/2008 de 22 de fevereiro, "os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:"

	Grau de cumprimento do objectivo		
	Superação	Cumprimentos	Incumprimento
PMP do ano anterior inferior a 45	PMP < 30 d	30 d ≤ PMP < 40 d	PMP ≥ 40 d
PMP do ano anterior superior ou igual a 45	Redução do PMP superior a 25 %	Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %)	Aumento do PMP ou redução inferior a 15 %

Deste modo, e face aos valores atingidos em 2019, verifica-se que os objetivos estão ainda um pouco aquém do indicador da Resolução.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o 1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	1 613 272	28 247	-40 299	115 411	263 671
Aquisições de Capital	59 159	4 120	15 821	8 601	580 742
Total	1 672 431	32 367	-24 478	124 012	844 412

PONTO 5 - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

No âmbito da última aprovação dos documentos de prestação de contas não foram efetuadas quaisquer recomendações pelos acionistas.

PONTO 6 - REMUNERAÇÕES

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2019 (€)			Valor Final (4)=(1)+ +(2)+(3)
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2015 - 2018	Presidente	Vítor Manuel Martins Guerreiro	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2018 - 2020	Presidente	Rui Miguel da Silva André	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2015 - 2020	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2015 - 2020	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração [Entidade pagadora]	(O/D) ⁽²⁾
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2015 - 2018	Presidente Executivo	Joaquim Carlos Correia Peres	AG	24/02/16	Águas do Algarve, S.A.	EPAL / AdA
2015 - 2018	Vogal Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	07/07/15	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2018 - 2020	Vogal Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	12/03/18	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2018 - 2020	Vogal Não Executivo	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos	AG	12/03/18	C. M. Lagos	C. M. Lagos
2018 - 2020	Vogal Não Executivo	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG	12/03/18	C. M. Faro	C. M. Faro

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Joaquim Carlos Correia Peres	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Docente	Público
Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos	Câmara Municipal de Lagos	Presidente	Público
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	Câmara Municipal de Faro	Presidente	Público

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€) Vencimento	Despesas de representação
Joaquim Carlos Correia Peres	S	B	4 864,34	1 945,74
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	3 891,47	1 556,59
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Joaquim Carlos Correia Peres	91 449,64	0,00	91 449,64	4 572,40	0,00	86 877,24
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	73 159,66	0,00	73 159,66	3 658,00	0,00	69 501,66
António Paulo Jacinto Eusébio	73 159,66	0,00	73 159,66	3 658,00	0,00	69 501,66
			237 768,96	11 888,40	0,00	225 880,56

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Encargo Diário	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade
Joaquim Carlos Correia Peres	7,14	1 749,30	Segurança Social	21 513,47	950,00	928,98	---	0,00
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,14	1 735,02	Segurança Social	1 735,02	1 140,00	928,98	---	0,00
António Paulo Jacinto Eusébio	7,14	1 749,30	CGA	1 749,30	1 626,00	823,28	---	0,00
		5 233,62		24 997,79	3 716,00	2 681,24		0,00

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2019								
	Viatura Atribuída (S/N)	celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (1) (Identificar)	Ano de Início	Ano de Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Joaquim Carlos Correia Peres	Sim	Sim	28 231,03	AOV	2018	2022	496,11	6 017,26	29
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	5 420,40	30
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	5 420,40	30

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras (*)		Gastos Totais com Viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim Carlos Correia Peres	417,00	151,57	0,00	Refeições	51,7	620,27
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	434,96	0,00	0,00	Refeições	65,98	500,94
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	362,57	0,00	Refeições	51,7	414,27

b) Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019 - 2021	Presidente	Município de Olhão, representado pela Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Ventura Pina	AG	08/04/19	0,00	2
2019 - 2021	Viogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	AG	08/04/19	1 021,51	2
2019 - 2021	Viogal Efetivo	Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	AG	08/04/19	1 021,51	2
2019 - 2021	Viogal Suplente	João Paulo Torres Cunha Ferreira	AG	08/04/19	0,00	2

(1) Indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Município de Portimão, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00
Município de Olhão, representado pelo Presidente	0,00	0,00	0,00
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	14 301,14	715,40	13 585,74
José Martinho Soares Barroso	0,00	0,00	0,00
António José Carvalho Barros	3 926,31	196,40	3 729,91
Sandra Simões Filipe	10 425,98	521,30	9 904,68
	28 653,43	1 433,10	27 220,33

c) Revisor Oficial

Mandato (Início / Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Formal	Data	Contratada	
2018 - 2020 (2)	SROC	Ernest&Young Audit & Associados – SROC, SA	178	20161480	AG	01/12/18	Sim	0
2018 - 2020 (2)	ROC Efetivo	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	AG	01/12/18	Sim	0
2018 - 2020 (2)	ROC Suplente	Pedro Borges Marques	1801	20161640	AG	01/12/18	Sim	0
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	183	20161485	AG	08/04/19	Sim	0
2019-2021	ROC Efetivo	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	08/04/19	Sim	0
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	08/04/19	Sim	0

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) - Apresentaram renúncia a 08/04/2019

Nome	Revisão de Contas	Relatórios de Execução Trimestral	TOTAL
PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	11 205	8 000	19 205
Ernest&Young Audit & Associados – SROC, SA	7 602	4 000	11 602
	18 807	12 000	30 807

PONTO 7 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas com comunicações

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim Carlos Correia Peres	80,00	404,88	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	80,00	525,33	
António Paulo Jacinto Eusébio	80,00	166,46	

d) Despesas com Combustível e Portagens em Viaturas de Serviço

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Joaquim Carlos Correia Peres	486,43	4 103,41	3 310,64	7 414,05	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389,15	2 279,07	1 314,70	3 593,77	
António Paulo Jacinto Eusébio	389,15	2 609,92	1 678,70	4 288,62	

PONTO 8 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

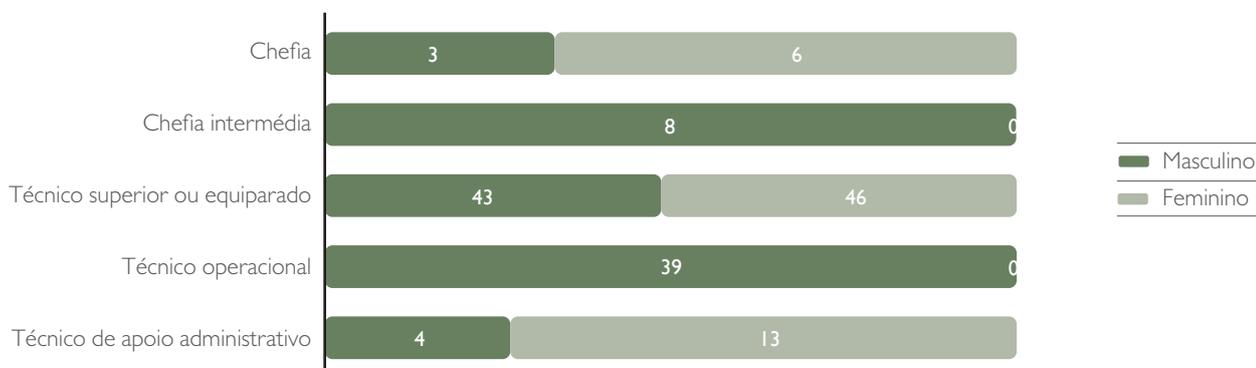
A Águas do Algarve, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

PONTO 9 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

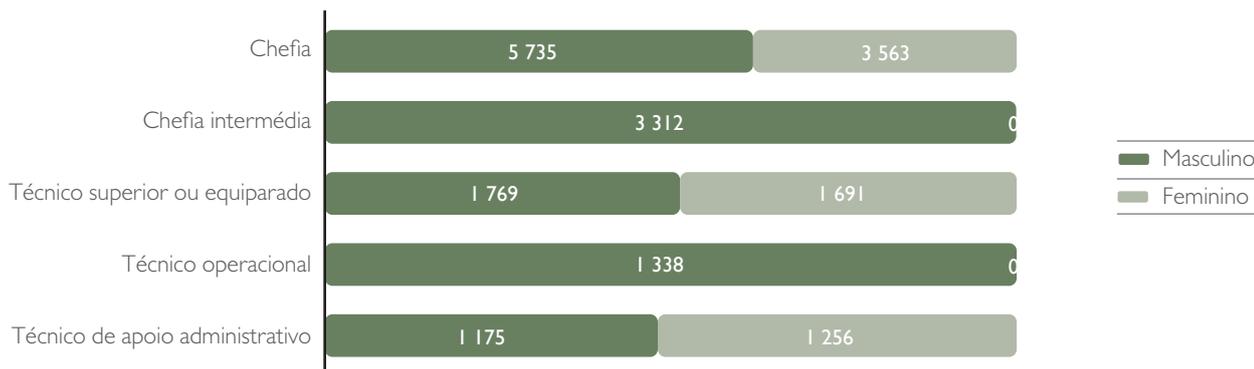
Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

A informação relativa ao ano de 2019 é apresentada de seguida:

NÚMERO DE PESSOAS POR GÉNERO



RETRIBUIÇÃO TOTAL MÉDIA MENSAL POR GÉNERO



PONTO 10 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO CONFORME O DISPOSTO NO N.º1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A. e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

PONTO 11 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO, DESIGNADAMENTE:

- O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2019, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.
- Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.
- Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

a) Modo de aplicação das normas de Contratação Pública

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para o conjunto das empresas. Complementarmente, ao libertar as empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

b) Procedimentos Internos para contratação de Bens e Serviços

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

Assim, a Águas do Algarve, S.A. introduziu no seu sistema de Qualidade Ambiente e Segurança, sistema que se encontra certificado ao abrigo das Normas Portuguesas, as instruções e os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços, tendo-os divulgado internamente através do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

c) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Em 2019 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

PONTO 12 - MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

PONTO 13 - MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 158. DO DLEO 2019, JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do atingimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2018;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2018: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2018;
- Não agravamento dos gastos com pessoal corrigidos, face a 2018.

PRC	2019	2018	2017	Variação 2019 /2018 ou 2017	
	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	2 087 828	1 956 178	1 848 885	131 650	7,12%
(2) FSE Ajustado	20 744 254	19 846 461	20 313 003	897 793	4,42%
FSE da Empresa	24 733 456	22 887 522	20 313 003	1 845 933	9,09%
FSE da ETAR da Companheira	-2 995 724	-2 614 886	0	-380 838	0,00%
FSE da ETAR de Faro/Olhão	-993 478	-426 175	0	-567 303	0,00%
(3) Gastos com o Pessoal Ajustado	5 131 518	4 963 580	6 075 950	167 938	2,76%
Gastos com o Pessoal da Empresa	5 532 981	5 230 450	6 075 950	302 530	4,98%
Gastos com o Pessoal da ETAR da Companheira	-53 077	-52 597	0	-480	0,00%
Gastos com o Pessoal da ETAR de Faro/Olhão	-348 386	-214 273	0	-134 113	0,00%
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	27 963 600	26 766 220	28 237 838	1 197 380	4,24%
(5) Volume de Negócios Ajustado (VN)	52 463 752	50 283 096	59 372 856	2 180 656	3,67%
Volume de Negócios da Empresa	60 476 160	58 435 392	59 372 856	2 040 769	3,44%
VN da ETAR da Companheira	-4 276 952	-4 414 616	0	137 664	0,00%
VN da ETAR de Faro/Olhão	-3 735 456	-3 737 679	0	2 223	0,00%
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	53,30%	53,23%	47,56%	0	0,15%
(7) Deslocações e alojamento (€)	54 255	86 299	54 140	115	0,21%
(8) Ajudas de custo (€)	5 848	0	0	5 848	0,00%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (€)	124 553	336 855	416 989	-292 436	-70,13%
(7) + (8) + (9)	184 657	423 154	471 129	-286 472	-60,81%
Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria (€)	369 313	846 308	942 258	-572 945	-60,81%

Conforme se constata, foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal. Verifica-se, contudo um incumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, devido à transição no final do ano de 2018 para o novo modelo de exploração do saneamento.

A empresa está ciente de que a partir de 2020 terá de intensificar o esforço de controlo de gestão sobre os gastos operacionais, consubstanciado numa maior eficácia no processo de compras e consultas ao mercado.

Quanto aos objetivos referentes aos restante gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2019:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: objetivo atingido;
- Gastos com deslocações/estadas: objetivo atingido;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria: objetivo não atingido registando-se um desvio de 86.090 euros.

Quanto ao número de viaturas ao serviço da empresa importa salientar que a empresa passou a utilizar 18 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel.

PONTO 14 - PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 141.º DA LOE2019 E ARTIGO 115.º DO DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário, tendo sido assinado em 2019 uma nova linha de financiamento com o BEI de 200 milhões de euros a 25 anos destinada à compra de créditos municipais;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
IGCP	2 815 463	2 815 463	2 815 463	0
Fundo de Compensação do Trabalho	917	1 452	2 026	2 602
Total de Aplicações Financeiras	2 816 380	2 816 915	2 817 489	2 602
DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA				
Novo Banco	163	163	163	163
BPI	662	496	331	165
Santander	3 230	851	4 001	5 219
BBVA	14 974	128 372	91 886	96 485
BCP	4 827	1 695	1 318	1 425
CGD	19 281	1 379 328	1 893 034	90 544
IGCP	10 913 213	10 936 229	36 229	12 949
BKI	4 592	2 511	1 531	1 450
BIC	212	196	180	165
Total de Depósitos à Ordem	10 961 154	12 449 842	2 028 674	208 565
Caixa	7 500	7 500	7 500	7 500
JUROS AUFERIDOS				
IGCP	7 683	6 334	7 683	7 326
Banca Comercial	0	0	0	0

PONTO 15 - DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	N.A.		

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 1116 DE 12 DE MARÇO DE 2019

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais - 2017	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão AEI 174:BP1215			
Objetivo de gestão 2018	S	Classificação final de 1,4 numa escala até 3	Ponto 4.9.1
Metas a Atingir constantes no PAO 2018			
Redução de valor no rácio Gastos Operacionais face ao Volume de Negócios (GO/MN)	N	Agravamento em 10,69% face a 2017	Ponto 4.9.13
Prazo Médio de Pagamento	S	Superado, redução de 6,8% face a 2017	Ponto 4.9.4
Aumento do indicador EBITDA em valor absoluto	N	Redução de 9,5% face a 2017	Ponto 4.9.13
Não agravamento do indicador "Evolução dos Gastos com o Pessoal"	S	Redução de 3,96% face a 2017	Ponto 4.9.13
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	N	Manutenção da taxa média de financiamento face a 2016	Ponto 4.9.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Redução de 3,06% face a 2017	Ponto 4.9.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	Redução do PMP a fornecedores em 5 dias face a 2017	Ponto 4.9.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	4.997.500,78€	Ponto 4.9.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação I	N.A.		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	O total das reduções remuneratórias em 2019 foi de 11177,7€	Ponto 4.9.6
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)	S	O total das reduções remuneratórias em 2019 foi de 1433,1€	Ponto 4.9.6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)	N.A.		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.	S	Cumpre	Ponto 4.9.6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Cumpre	Ponto 4.9.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Cumpre	Ponto 4.9.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Cumpre	Ponto 4.9.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumpre	Ponto 4.9.7
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Cumpre	Ponto 4.9.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Cumpre. Consta do site da AdP	Ponto 4.9.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos	Ponto 4.9.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 4.9.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Ponto 4.9.11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S		Ponto 4.9.11
Auditorias do Tribunal de Contas (b)			
No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP	S	Manual de procedimentos da Empresa	Ponto 4.9.15
Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes	S	Plano anual de compras aprovado em CA 30/nov/2017	Ponto 4.9.15
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Não houve variação no número de viaturas em 2017 face a 2016	Ponto 4.9.13
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N.A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Ponto 4.9.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	0	Ponto 4.9.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		Ponto 4.9.14

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

5- PERSPETIVAS FUTURAS

A Águas do Algarve, S.A. continuará a promover a melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Continuar-se-á a promover a redução das emissões de carbono, apostando-se na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas, nomeadamente secas prolongadas no Algarve, trarão novos desafios quanto às origens de água, quanto à reutilização adequada das águas residuais e no aproveitamento de lamas.

Decorrente da assinatura do novo contrato de concessão e, da concordância de todos os municípios clientes, a faturação da área de negócio do saneamento passará a ser efetuada através dos “rendimentos tarifários”, de acordo com a respetiva repartição por utilizador municipal, sendo o valor previsto para 2020 de 26.472.338€ já atualizado pelo IHPC de acordo com as instruções do Regulador (ERSAR).

As prestações de serviços assinadas com a Acciona, S.A. (42 milhões de euros) e com a “Be Water, S.A.” (58,2 milhões de euros) pelo período de sete anos permitirão que sejam estas empresas a tratar da operação, conservação e manutenção do subsistema de saneamento, na zona nascente entre Vilamoura e Vila Real de Santo António e, na zona poente as ETAR de Lagos e Albufeira Poente, respetivamente.

De referir que a ETAR de Faro/Olhão e todo o subsistema associado são exploradas diretamente pela Águas do Algarve.

Estas adjudicações não farão diminuir o valor do investimento previsto para 2020 (14,9 milhões de euros) mas, terão repercussões na afetação interna dos recursos humanos.

O ano 2020 será um ano importante para se recuperar parte substancial da dívida vencida dos clientes de modo a se evitar debilidades de tesouraria. A exposição ao risco de crédito está portanto maioritariamente associada às contas a receber vencidas.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 1.200.838 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 60.042 euros;
- Remanescente, no valor de 1.140.796 euros para resultados transitados.

Faro, 13 de março de 2020

O Conselho de Administração

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)

António Paulo Jacinto Eusébio
(Vogal Executivo)

Luís António Alves da Encarnação
(Vogal)

Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal)

CONTAS
DO EXERCÍCIO
DE 2019



ILLUSTRAR

C- Contas do exercício de 2019

INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2019.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legas de contas.

1- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019.

(Montantes expressos em euros)

I.1 Demonstração da posição financeira

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	416 833 694	412 113 545
Ativos fixos tangíveis	6	1 021 611	1 054 255
Ativos sob direito de uso	38	250 913	0
Investimentos financeiros	7	2 602	2 816 044
Impostos diferidos ativos	8	27 942 422	21 773 847
Clientes e outros ativos não correntes	9	66 912	16 304 028
Total dos activos não correntes		446 118 155	454 061 718
Ativos Correntes			
Inventários	10	2 386 618	263 767
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	11	2 072 184	0
Clientes	11	36 293 598	35 089 646
Estado e outros entes públicos	12	520 962	694 910
Imposto sobre o rendim. do exercício	24	324 917	0
Outros ativos correntes	13	12 387 027	19 121 916
Caixa e seus equivalentes	14	216 065	10 935 450
Total dos ativos correntes		54 201 371	66 105 688
Total do ATIVO		500 319 526	520 167 407
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio dos acionistas			
Capital social	15	29 825 000	29 825 000
Reservas e outros ajustamentos	15	3 178 306	2 818 713
Resultados transitados	15	-4 752 683	4 989 566
Resultado líquido do exercício		1 200 838	7 191 847
Total do CAPITAL PRÓPRIO		29 451 461	44 825 126
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	598 339	598 339
Empréstimos	17	166 780 432	181 871 226
Passivos da locação	38	35 377	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	4 837 262	5 324 117
Impostos diferidos passivos	8	6 618 609	6 690 150
Acréscimo de gastos de investimento contratual	19	64 369 317	63 822 989
Subsídios ao investimento	20	161 305 303	167 401 759
Desvio tarifário passivo	21	18 411 752	0
Total dos passivos não correntes		422 956 391	425 708 580
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	29 437 524	36 082 937
Passivos da locação	38	219 396	0
Fornecedores	22	6 233 110	5 765 994
Outros passivos correntes	23	9 307 660	4 367 954
Imposto sobre o rendim. do exercício	24	0	756 226
Estado e outros entes públicos	12	2 713 984	2 660 589
Total dos passivos correntes		47 911 674	49 633 700
Total do PASSIVO		470 868 065	475 342 281
Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO		500 319 526	520 167 407

I.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	2019	2018
Vendas	+	25	34 916 487	31 819 620
Prestações de serviços	+	25	25 559 673	26 615 772
Rendimentos de serviços de construção	+	25	25 269 224	16 090 661
Défice/superativo tarifário recup. custo	-	21 e 25	5 366 427	0
Gasto das vendas/variação inventários	-	26	2 087 828	1 956 178
Gastos de serviços de construção	-	26	24 926 991	15 720 667
Fornecimentos e serviços externos	-	27	24 733 456	22 887 522
Gastos com pessoal	-	28	5 532 981	5 230 450
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-	29	21 204 094	20 081 308
Provisões e reversões do exercício	-	30	0	0
Perdas por imparidade e reversões	-	31	0	36 523
Subsídios à exploração	+	34	22 174	7 258
Subsídios ao investimento	+	20	6 130 107	6 189 319
Outros gastos e perdas operacionais	-	32	1 041 604	622 298
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+	33	467 152	562 979
Resultados operacionais	=		7 471 437	14 750 662
Gastos financeiros	-	35	7 622 612	7 734 713
Rendimentos financeiros	+	36	1 673 163	2 398 106
Resultados financeiros	=		5 949 449	5 336 608
Resultados antes de imposto	=		1 521 988	9 414 054
Imposto do exercício	-	26	3 258 191	3 965 058
Imposto diferido	+	8 e 26	2 937 041	1 742 850
Res. Líquido do exercício operações continuadas	=		1 200 838	7 191 847
Resultado líquido do exercício	=		1 200 838	7 191 847
Rendimento integral	=		1 200 838	7 191 847
Resultado por ação (básico e diluído)			0,20	1,21
Resultado integral por ação (básico e diluído)			0,20	1,21

I.3 Demonstração das variações no capital próprio

	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Res. Líquido do Exercício	TOTAL
Saldo a 31.12.2017	29 825 000	2 453 400	0	7 306 257	39 584 658
Aplicação do RL do Exercício	0	365 313	4 989 566	-5 354 879	0
Realização de Capital	0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	-1 951 378	-1 951 378
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	7 191 847	7 191 847
Saldo a 31.12.2018	29 825 000	2 818 713	4 989 566	7 191 847	44 825 126
Aplicação do RL do Exercício	0	359 592	6 832 254	-7 191 847	0
Realização de Capital	0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos	0	0	-6 832 254		-6 832 254
DRG acumulado	0	0	-13 045 325		-13 045 325
DRG acumulado - Imposto Diferido	0	0	3 303 076		3 303 076
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	1 200 838	1 200 838
Saldo a 31.12.2019	29 825 000	3 178 306	-4 752 683	1 200 838	29 451 461

DRG: Desvio de Recuperação de Gastos

I.4 Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO	NOTAS	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		67 828 020	61 543 931
Recebimentos operacionais - Outros		4 659 840	4 839 272
Pagamentos a fornecedores		(32 769 068)	(30 529 934)
Pagamentos ao pessoal		(3 386 500)	(3 201 408)
Pagamentos ao Estado		(2 605 765)	(2 596 958)
Pagamento de IRC		(4 370 198)	(4 143 473)
Pagamento operacionais outros		(2 852 616)	(2 898 773)
Fluxo das atividades operacionais		26 503 713	23 012 656
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de investimentos financeiros		2 849 736	10 936 526
Recebimentos de ativos tangíveis		0	0
Recebimentos de ativos intangíveis		247 713	0
Recebimentos de subsídios de investimento		1 509 759	10 326 530
Pagamentos de investimentos financeiros		(301)	(24 011)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		(4 526)	(170 131)
Pagamentos de ativos intangíveis		(10 701 568)	(16 717 788)
Fluxo das atividades de investimento		(6 099 187)	4 351 126
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos		13 680 000	18 900 000
Recebimentos de Subsídios e doações		0	0
Outros recebimentos de financiamento		764 217	190 739
Recebimentos de realizações de capital		0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos		(34 762 937)	(25 738 770)
Pagamentos de juros e gastos similares		(7 085 711)	(7 410 158)
Pagamentos de dividendos		(3 719 479)	(2 332 142)
Outros pagamentos de financiamentos		0	0
Fluxo das atividades de financiamento		(31 123 911)	(16 390 330)
Varição de caixa e seus equivalentes		(10 719 385)	10 973 452
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	10 935 450	(38 002)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	216 065	10 935 450

Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2019	2018
Caixa	7 500	7 500
Depósitos à ordem	208 565	10 927 950
Tesouraria ativa	216 065	10 935 450
Descobertos bancários	0	0
Tesouraria passiva	0	0
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	216 065	10 935 450

1.5 Notas às Demonstrações Financeiras

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

1- Informação geral.....	119
2- Políticas contabilísticas.....	121
3- Políticas de gestão do risco financeiro.....	139
4- Estimativas e julgamentos.....	142
5- Instrumentos Financeiros por categoria.....	144
6- Ativos intangíveis e tangíveis.....	145
7- Investimentos financeiros.....	148
8- Impostos diferidos ativos e passivos.....	148
9- Clientes e outros ativos não correntes.....	150
10- Inventários.....	150
11- Clientes.....	151
12- Estado e outros entes públicos.....	153
13- Outros ativos correntes.....	153
14- Caixa e bancos.....	153
15- Capital social.....	154
16- Provisões.....	155
17- Empréstimos.....	155
18- Fornecedores e outros passivos não correntes.....	156
19- Acréscimos de custos de investimento contratual.....	157
20- Subsídios ao investimento.....	157
21- Desvio tarifário Ativo e Passivo.....	158
22- Fornecedores correntes.....	158
23- Outros passivos correntes.....	158
24- Imposto sobre o rendimento.....	159
25- Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção.....	161
26- Gastos das vendas e dos serviços de construção.....	161
27- Fornecimentos e Serviços Externos.....	162
28- Gastos com pessoal.....	163
29- Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	163
30- Provisões e reversões do exercício.....	164
31- Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	164
32- Outros gastos operacionais.....	164
33- Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	164
34- Subsídios à exploração.....	165
35- Gastos financeiros.....	165
36- Rendimentos financeiros.....	165
37- Transações com entidades relacionadas.....	166
38- Ativos e Passivos da Locação.....	167
39- Compromissos.....	168
40- Ativos e passivos contingentes.....	171
41- Informações exigidas por diplomas legais.....	172
42- Rendimento garantido.....	173
43- Eventos subsequentes.....	173

1- INFORMAÇÃO GERAL

1.1 Atividade

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei nº 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei nº 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei nº 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

A entidade gestora Águas do Algarve, S.A., pertencente ao universo do Grupo AdP, que é um sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2019, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2018.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2019, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,75%.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2048, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado. Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, bem como o DRG relativo ao ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 estavam registados, nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 18,4 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

1.2 Acionistas

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
Total	5 965 000	29 825 000		100,00%

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 13 Março de 2020 na sede da Empresa em Faro.

2- POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

2.1.1 INTRODUÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Algarve S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

2.1.2.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2019

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 LOCAÇÕES

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos demonstrações da posição financeiras de acordo com um modelo único.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilização pelo locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que se aplica aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensas do que as requeridas pela IAS 17.

TRANSIÇÃO PARA A IFRS 16

A AdA SA adotou a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação foi contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não foram reexpressos. A AdA SA aplicou a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, A AdA SA não aplicou a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A AdA SA decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A AdA SA tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a empresa considera terem pouco valor.

O impacto da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 foi o seguinte:

	Nota	
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	38	432 502
Aumento do passivo - Passivo da locação		432 502

Na determinação do impacto com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS COM COMPENSAÇÕES NEGATIVAS – ALTERAÇÕES À IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash-flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controle das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto. Da aplicação desta alteração na norma, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA S.A..

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2015-2017 (EFETIVAS EM 1/1/2019)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Da aplicação desta alteração na norma, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA S.A..

IFRIC 23 – INCERTEZA SOBRE DIFERENTES TRATAMENTOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza. Da aplicação desta alteração na norma, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA S.A..

2.1.2.3 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretação recentemente emitidas pelo IASB, cuja aplicação é obrigatória apenas no período com início em ou após 1 de janeiro de 2020, e que a AdA S.A. não adotou antecipadamente, são as seguintes.

- Ainda não endossadas pela eu

Reforma das taxas de juro de referência – Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de:

- I. Componentes de risco;
- II. Requisito “altamente provável”;
- III. Avaliação prospetiva;
- IV. Teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da ISA 39);
- V. Reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa,

e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração de resultados.

IFRS 17 CONTRATOS DE SEGURO

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL – ALTERAÇÕES À IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

- *Já endossadas pela UE*

DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE – ALTERAÇÕES À IAS 1 E À IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material, está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

A ESTRUTURA CONCEPTUAL PARA O REPORTE FINANCEIRO

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro.
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil.
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta.
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras.
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento.
- Capítulo 6 – Mensuração.
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação.
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

2.2 Atividades reguladas

2.2.1. INTRODUÇÃO

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2. ENQUADRAMENTO - ATIVIDADE IFRIC 12

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.2.3. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Áreas de Negócio	Total do investimento do contrato (€)	ANOS	Total de caudais do contrato (m3)	Taxa depleção 2019
ÁGUA	472 885 630	30	1 892 458 222	3,9790%
SANEAMENTO	372 841 547	30	1 233 840 012	3,3430%
ESTRUTURA	10 728 754	30	3 126 298 234	3,7283%
	856 455 931		6 252 596 468	

2.2.5. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 93/2019 de 15 de Julho, bem como a cláusula 20ª do Contrato de Concessão, estabelecem o registo dos Desvios de Recuperação de Gastos (DRG) da Águas do Algarve SA.

Para esse efeito considera-se como DRG:

- A diferença verificada, à data da extinção dos sistemas, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão dos sistemas extintos e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido nos referidos sistemas extintos;
- A diferença verificada, anualmente, até ao termo do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras constantes do artigo anterior.

Mais dispôs que a sociedade devia registar nas suas contas os DRGs que se verificassem anualmente até ao termo do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, deviam ser recuperados por via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quarto subperíodo do segundo período tarifário (2043).

O Contrato de Concessão da Águas do Algarve SA estabelece na cláusula n.º 20 o registo dos DRG, determinando o n.º 4 desta cláusula que o DRG registado anualmente seja sujeito à aprovação da ERSAR. O n.º 6 da mesma cláusula determina que os DRG gerados em cada ano não devem incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva de acordo com critérios previamente definidos pela entidade reguladora.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.7. VALOR RESIDUAL

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

2.2.8. RÉDITO – CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rendimento da atividade de construção devem ser reconhecidos de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração da posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento Básico	3 - 55
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas

do Algarve S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.4 Ativos intangíveis

2.4.1 DIREITOS DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Ver notas 2.2.3 e 2.2.4

2.4.2 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

2.5 Locações

2.5.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA APÓS 1 DE JANEIRO DE 2019

As locações nas quais a Águas do Algarve é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdA S.A. reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdA S.A. reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdA S.A. apenas tem locações enquanto locatário.

IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdA S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que AdA S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção;
- e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“commencement date”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação, a AdA S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

MENSURAÇÃO INICIAL DO PASSIVO DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA S.A. mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdA S.A. enquanto locatário

A AdA S.A. utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA SA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

C) VENDAS SEGUIDAS DE LOCAÇÃO ("SALE AND LEASEBACK TRANSACTIONS")

Se uma entidade (vendedor-locatário) transferir um ativo para outra entidade (comprador-locador) e locar esse ativo do comprador/locador, ambas as entidades devem registar a transferência do ativo da seguinte forma:

a) A transferência do ativo é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso que resulta da locação ("leaseback") pela proporção do valor líquido contabilístico do ativo que corresponde ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Deste modo, o vendedor-locatário deve reconhecer apenas o montante de qualquer ganho ou perda que corresponde aos direitos transferidos para o comprador-locador;
- ii) O comprador-locador deve registar a compra do ativo de acordo com as Normas IFRS que sejam aplicáveis, e para a locação deverá aplicar a Norma IFRS 16 nos termos aplicáveis aos locadores.

Se o justo valor da venda do ativo não for igual ao justo valor do ativo, ou se os pagamentos da locação não forem a taxas de mercado, uma entidade deve efetuar os seguintes ajustamentos na mensuração do valor da venda ao justo valor:

- i) Quaisquer condições abaixo de mercado devem ser contabilizadas como um pagamento antecipado da locação; e
- ii) Quaisquer condições acima de mercado devem ser contabilizadas como um financiamento adicional concedido pelo comprador-locador ao vendedor-locatário.

b) A transferência do ativo não é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário não satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve continuar a reconhecer o ativo transferido e deve reconhecer um passivo financeiro por valor equivalente ao montante recebido, nos termos do IFRS 9;
- ii) O comprador-locador não deve reconhecer um ativo transferido e deve reconhecer um ativo financeiro por valor equivalente ao montante pago, nos termos do IFRS 9.

A AdA SA não tem operações consideradas como "Sale and leaseback transactions".

2.5.2 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

As locações de ativos, relativamente aos quais a AdA S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação, exceto nas locações para as quais a empresa tem a expectativa de adquirir o bem locado.

Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.6 Ativos e passivos financeiros

2.6.1 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à sua atividade, a AdA detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- iii. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- iv. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo. Face à sua atividade, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.6.2 CLASSIFICAÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IFRS 9 - Instrumentos financeiros prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados. A empresa apenas tem passivos financeiros ao custo amortizado e incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Águas do Algarve S.A. liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.9 Imparidade

2.9.1 DE ATIVOS FINANCEIROS

A Águas do Algarve S.A analisa a cada data da demonstração de posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

CLIENTES, DEVEDORES E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a empresa não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de demonstração da posição financeira destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irre recuperável é abatido por utilização da conta de perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.9.2 DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos da AdA SA são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para o goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data de cada demonstração da posição financeira, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão.

Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdA SA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a empresa efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações e amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida

2.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.12 Subsídios do governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.14 Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A Entidade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. A Águas do Algarve S.A. apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 VENDA DE BENS

ATIVIDADE REGULADA - SERVIÇOS EM “ALTA” – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.15.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.15.3 RÉDITO REGULATÓRIO E RELACIONADO COM ATIVIDADE CONCESSIONADA

Ver notas 2.2.6 desvios de recuperação de gastos e 2.2.8 rédito dos serviços de construção

2.15.4 JUROS

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo). Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.16 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data de demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3- POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 RISCO DA TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a entidade ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A Águas de Portugal, SGPS gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de swaps que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Relativamente à Águas do Algarve SA a empresa, não obstante a partilha de risco ser do Grupo, está a empresa exposta ao risco de taxa de juro suportada, quer pelos empréstimos contraídos junto do BEI, quer no que a suprimentos contratados se refere. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

Juros Suportados	2019	2018
Real	6 018 883	6 248 034
Taxa média + 1%	8 163 931	8 335 874
Taxa média - 1%	3 873 834	4 160 194

3.2.2 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 26% do total de fornecimentos e serviços externos (6,38 milhões de euros). A empresa, através da AdP Serviços, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade, é fixado o preço para o horizonte do contrato.

3.2 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Risco de Liquidez	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	29 352 703	54 650 926	1 12 214 327
Fornecedores e outros passivos	15 540 771	2 564 479	2 272 783
	44 893 473	57 215 404	1 14 487 111

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Algarve S.A. entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política da empresa é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de Capital	2019	2018
Empréstimos não correntes	166 780 432	181 871 226
Empréstimos correntes	29 437 524	36 082 937
Disponibilidades	(216 065)	(10 935 450)
Dívida líquida	196 001 891	207 018 714
Subsídios ao Investimento	161 305 303	167 401 759
Total do Capital Próprio	29 451 461	44 825 126
Capital e subsídios	190 756 764	212 226 884
Dívida líquida: Total do CAPITAL	1,03	0,98

3.3 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Algarve S.A. está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.3.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos (ver notas 16 e 18 - clientes). As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente. A empresa tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade (exceto em situações muito específicas). Nas notas 9 e 11 encontra-se detalhada a dívida vencida e a respetiva imparidade registada.

3.3.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Algarve, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2019, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	Nota	2019
Depósitos à Ordem	14	208 565
Fundo de compensação do Trabalho	7	2 602
Ativos financeiros bancários		211 167

Rating	2019
A3	96 485
Baa1	1 614
Baa3	110 137
Caa1	163
Não Disponível	2 767
Ativos financeiros bancários	211 167

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2019.

3.4 Risco de exploração

3.4.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.4.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros

4- ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a empresa utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da empresa, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da empresa não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração.

4.4 ESTIMATIVA DE IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4.5 Desvio de recuperação de Gastos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março, e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinado com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à

data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

É ainda de fazer notar que até à data não foi rececionada a aprovação do DRG por parte da ERSAR, já que as contas do exercício de 2019 serão aprovadas apenas em março de 2020.

5- INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros constantes da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019 estão classificados pelas seguintes categorias:

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2019
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	416 833 694	416 833 694
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	1 021 611	1 021 611
Investimentos Financeiros	2 602	0	0	2 602	0	2 602
Ativos sob direito de uso	250 913	0	0	250 913	0	250 913
Clientes e Outros Ativos NÃO CORRENTES	1 124 305	0	0	1 124 305	0	1 124 305
Clientes CORRENTES	35 236 205	0	0	35 236 205	0	35 236 205
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	27 942 422	27 942 422
Inventários	0	0	0	0	2 386 618	2 386 618
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	324 917	324 917
EOEP (A)	0	0	0	0	520 962	520 962
Ativos financeiros ao justo valor	0	2 072 184	0	2 072 184	0	2 072 184
Outros ativos correntes	12 387 027	0	0	12 387 027	0	12 387 027
Caixa e seus equivalentes	0	0	0	0	216 065	216 065
Total do ATIVO	49 001 053	2 072 184	0	51 073 237	449 246 289	500 319 526
Provisões	0	0	0	0	598 339	598 339
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	166 780 432	166 780 432	0	166 780 432
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	35 377	35 377	0	35 377
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	4 837 262	4 837 262	0	4 837 262
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 618 609	6 618 609
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	64 369 317	64 369 317
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	161 305 303	161 305 303
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	18 411 752	18 411 752
Empréstimos correntes	0	0	29 437 524	29 437 524	0	29 437 524
Passivos da locação CORRENTES	0	0	219 396	219 396	0	219 396
Fornecedores	0	0	6 233 110	6 233 110	0	6 233 110
Outros passivos correntes	0	0	9 307 660	9 307 660	0	9 307 660
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
EOEP (P)	0	0	0	0	2 713 984	2 713 984
Total do PASSIVO	0	0	216 850 761	216 850 761	254 017 304	470 868 065

6- ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, e 31 de dezembro de 2018 o movimento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

6.1 Ativos intangíveis

Ativo líquido intangível	2019	2018
Despesas de desenvolvimento	5 632	13 846
Programas de Computador	952	1 991
Propriedade industrial e outros direitos	261 857	288 966
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	416 565 253	411 808 742
Ativos Intangíveis	416 833 694	412 113 545

6.1.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Ativos líquidos intangíveis	2017	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2018
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	417 548	0	0	0	0	0	417 548
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	35 797 067	15 651 584	0	0	(13 306 291)	0	38 142 360
Direitos de utilização de infraestruturas	572 728 533	536 136	0	0	13 306 291	(96 624)	586 474 335
Valor Bruto dos ativos intangíveis	609 719 598	16 187 719	0	0	0	(96 624)	625 810 693
Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	377 226	26 475	0	0	0	0	403 702
Programas de Computador	87	1 039	0	0	0	0	1 125
Propriedade industrial e outros direitos	457 258	27 109	0	0	0	0	484 367
Direitos de utilização de infraestruturas	196 219 939	12 879 098	0	0	0	3 708 917	212 807 953
Deprec. acumuladas dos ativos intangíveis	197 054 509	12 933 721	0	0	0	3 708 917	213 697 147
Ativos líquidos intangíveis	412 665 088	3 253 998	0	0	0	(3 805 541)	412 113 545

Ativos líquidos intangíveis	2018	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2019
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	417 548	3 440	0	0	0	0	420 988
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	38 142 360	9 752 827	0	0	(18 739 546)	0	29 155 641
Direitos de utilização de infraestruturas	586 474 335	15 442 505	(1 650)	0	18 739 546	0	620 654 736
Valor Bruto dos ativos intangíveis	625 810 693	25 198 772	(1 650)	0	0	0	651 007 815
Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	403 702	11 654	0	0	0	0	415 356
Programas de Computador	1 125	1 039	0	0	0	0	2 164
Propriedade industrial e outros direitos	484 367	27 109	0	0	0	0	511 477
Direitos de utilização de infraestruturas	212 807 953	14 110 060	0	0	6 327 111	0	233 245 124
Deprec. acumuladas dos ativos intangíveis	213 697 147	14 149 862	0	0	6 327 111	0	234 174 121
Ativos líquidos intangíveis	412 113 545	11 048 910	(1 650)	0	(6 327 111)	0	416 833 694

O montante de 18.739.546 euros divulgado em Transferências para Amortizações Acumuladas de Direitos de Utilização de Infraestruturas, corresponde ao valor dos bens passados a firme durante o exercício de 2019. Destaca-se a passagem a firme da ETAR de Faro-Olhão. Relativamente às reclassificações de acréscimos com amortizações de investimento esperado, a AdA SA reclassificou 6.327.111 euros para ativos intangíveis.

As empreitadas mais importantes que se encontravam em curso, no final do exercício, constam do quadro seguinte:

Principais Obras em Curso	Montante
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	3 050 759
Empreitada do Sistema Elevatório de Olhão - Faro	3 044 586
Beneficiações da ETA de Alcantarilha	2 722 366
Construção do Sistema Elevatório de Águas residuais de Pinhal do concelho (Albufeira)	2 293 447
Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	2 246 088
Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	1 199 196
Reabilitação de coletores da Zona 4 - Fase I	1 133 045
Empreitada de Reabilitação do Túnel de Portimão - Fase I	755 611
Infraestruturas de suporte do Data Center e Disaster Recovery da Ada	602 161
Reformulação do Sistema de Telegestão do SMAAA	552 720
	17 599 979

No presente exercício, foram capitalizados 342 mil euros, 330 mil euros referentes a gastos com pessoal e 13 mil euros referentes a gastos financeiros. As capitalizações referidas compõem a margem dos serviços de construção (ver nota 25 e 26).

6.2 Ativos fixos tangíveis

Ativo líquido tangível	2019	2018
Terrenos e Recusos Naturais	88 600	88 600
Edifícios e outras construções	762 596	789 064
Equipamento Básico	3 132	4 763
Equipamento Administrativo	33 937	38 468
Ativo fixo tangível - Outros	80	94
Ativo fixo tangível - Em Curso	133 266	133 266
Ativos tangíveis	1 021 611	1 054 255

6.2.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2017	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2018
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 326 876	0	0	0	0	0	1 326 876
Equipamento básico	24 267	4 526	0	0	0	0	28 793
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 824 198	1 240	0	0	0	0	1 825 438
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	145 456	0	0	0	0	(12 190)	133 266
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 518 725	5 766	0	0	0	(12 190)	3 512 301
Depreciações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	511 344	26 468	0	0	0	0	537 812
Equipamento básico	22 447	1 582	0	0	0	0	24 029
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 775 167	11 803	0	0	0	0	1 786 970
Outros	9 910	479	0	0	0	0	10 390
Deprec. acum. dos ativos fixos tangíveis	2 417 714	40 332	0	0	0	0	2 458 046
Ativos líquidos fixos tangíveis	1 101 011						1 054 255

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2018	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2019
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 326 876	0	0	0	0	0	1 326 876
Equipamento básico	28 793	0	0	0	0	0	28 793
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 825 438	1 644	0	0	0	0	1 827 082
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	133 266	0	0	0	0	0	133 266
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 512 301	1 644	0	0	0	0	3 513 945
Depreciações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	537 812	26 468	0	0	0	0	564 280
Equipamento básico	24 029	1 632	0	0	0	0	25 661
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 786 970	6 175	0	0	0	0	1 793 145
Outros	10 390	14	0	0	0	0	10 403
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 458 046	34 288	0	0	0	0	2 492 334
Ativos líquidos fixos tangíveis	1 054 255						1 021 611

7- INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos Financeiros	2019	2018
Fundo de Reconstituição do capital social	0	2 815 463
Fundo de compensação do Trabalho	2 602	581
Caixa e Bancos	2 602	2 816 044

Nos termos do disposto na cláusula 17^a do Contrato de Concessão de 2010, a Águas do Algarve, S.A., encontrava-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital (FRCS), que seria gerido pela concessionária.

Contudo, com a revisão do contrato de concessão, em 2019, a necessidade de se manter o FRCS caiu, e a AdA SA deixou de estar obrigada a mantê-lo.

O valor anteriormente constituído como FRCS foi utilizado, em 2019, para amortizar dívida contraída junto da holding.

8- IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Naturezas	2018	Correções	Dotação	Utilização	2019
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	4,05%	4,32%	4,32%	4,32%	
Ativos por Impostos Diferidos					
Provisões					
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	76 834 023	(1 819)	6 838 355	(682 596)	82 987 963
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	9 155 700	0	0	(637 128)	8 518 571
Desvio tarifário	0	0	18 411 752	0	18 411 752
Passivos da locação	0	0	432 502	0	432 502
Base de incidência	85 989 722	(1 819)	25 682 608	(1 319 724)	110 350 788
IRC	18 058 241	(382)	5 393 348	(277 142)	23 174 065
Derrama	3 715 606	(79)	1 109 862	(57 031)	4 768 358
Imposto diferido ATIVO reconhecido	21 773 847	(461)	6 503 209	(334 173)	27 942 422
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	4,05%	4,32%	4,32%	4,32%	
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios - Inv. Contratual NÃO Realiz.	25 711 702	-27	0	-849 662	24 862 013
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	709 177	0	134 654	0	843 831
Ativos sob direito de uso	0	0	432 502	0	432 502
Base de incidência	26 420 879	-27	567 156	-849 662	26 138 346
Taxa de IRC	5 548 384	-6	119 103	-178 429	5 489 053
Taxa de Derrama	1 141 766	-1	24 509	-36 718	1 129 556
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	6 690 150	-7	143 612	-215 147	6 618 609

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Na tabela abaixo detalham-se os impactos no Imposto Diferido, quer em resultados quer no Capital Próprio.

Impostos Diferidos	Ativo-Passivo
Imposto diferido a 31.12.2018	15 083 697
Imposto diferido com impacto nos Resultados Líquidos	2 937 041
Imposto diferido com impacto no Capital	3 303 076
Imposto diferido a 31.12.2019	21 323 813

(Ver notas 15 e 24)

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

9- CLIENTES E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Os valores em dívida de Clientes e outros ativos não correntes são apresentados no quadro seguinte:

Clientes e outros ativos não correntes	2019	2018
Clientes (acordos)	66 912	1 600 505
Valor Residual da Barragem (valor a receber Concedente)	0	14 703 522
Outros Devedores	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	66 912	16 304 028

Clientes (acordos)	2019	2018
TAVIRAVERDE, E.M.	66 912	543 112
FAGAR, E.M.	0	1 057 393
AMBIOLHÃO, E.M.	0	0
Clientes (acordos)	66 912	1 600 505

Relativamente ao cliente FAGAR a empresa procedeu em 2019 à reclassificação do montante de 1.057.393€, de longo prazo para curto prazo, para refletir a expectativa de que este assunto fique resolvido no segundo semestre de 2020.

Há ainda a registar um Acordo de Regularização de Dívida celebrado em 31 de Março de 2019 com a Ambiolhão ao abrigo do Dec-Lei n.º 5/2019 de 14 de Janeiro, no montante de 2.072.184€, que para cumprimento das normas contabilísticas está registado em Investimentos Financeiros - Ativos Fixos.

O valor do investimento na barragem de Odelouca, que, de acordo com o contrato de concessão anterior, não seria amortizado até ao ano de 2037, e que nas contas até 2018, estava espelhado como valor a receber pelo concedente, foi integrado, no novo contrato de concessão. Ou seja, o investimento realizado com a barragem de Odelouca será integralmente amortizado até ao ano de 2048. Esta alteração explica a maior parte da redução verificada na rubrica Clientes e outros ativos não correntes.

Relativamente a clientes, realça-se o cumprimento do acordo de regularização de dívida da parte da TAVIRAVERDE, que resultou na redução de 476.200€ de dívida de clientes (acordo) face a 2018.

9.1. Valor residual da Barragem de Odelouca

Com o novo contrato de concessão, o Valor Residual da Barragem foi reclassificado para Ativo Intangível (Direito de Utilização de Infraestruturas), já que a extensão da concessão até 2048 permitirá a amortização neste prazo, do valor de investimento anteriormente considerado como valor residual.

10- INVENTÁRIOS

Inventários	2019	2018
Matérias Primas e Subsidiárias	2 386 618	263 767
Mercadorias	0	0
Materiais diversos	0	0
Inventários	2 386 618	263 767

Até 31 de dezembro de 2018 os inventários relacionados com peças de manutenção estavam classificados na rubrica "Outros ativos correntes – Gastos a reconhecer – material de aplicação geral e outros" (Nota 13 referente a Outros Ativos Correntes), totalizando 1.932.726€.

Em 31 de dezembro de 2019 os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.025.455 euros. Em 2019, os inventários relacionados com peças de manutenção passaram a ser classificados na rubrica "Inventários".

11- CLIENTES

11.1 Clientes – correntes

O detalhe dos valores em dívida, com prazo de vencimento inferior a um ano, por parte dos clientes, municípios e empresas municipais, consta do quadro seguinte:

Clientes	2019	2018
Clientes (c/c)	5 986 782	11 951 302
Clientes (acordos)	1 118 593	2 655 693
Clientes (juros mora)	5 910 065	417 596
Clientes (injunções)	25 996 799	22 783 694
Clientes (imparidades)	(2 718 640)	(2 718 640)
Clientes	36 293 598	35 089 646

Ativos financ. Ao justo valor rend. Integral	2019	2018
Clientes (acordos)	2 072 184	0
Clientes (acordos)	2 072 184	0

Em 2018 a empresa tinha registado em Juros de Mora não faturados a clientes o montante de 4.345.613€. Este montante é apresentado na demonstração da posição financeira em Outros Ativos Correntes para o ano de 2018. Em 2019 o respetivo valor de juros de mora não faturados a clientes já é apresentado na demonstração da posição financeira na rubrica Ativos Correntes - Clientes.

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes TAVIRAVERDE E .M. (3.230.140 €) e VRSA SGU EM/ Município de VRSA (22.766.659 €), devendo-se a variação desta rubrica, de 2018 para 2019, a novo processo de injunção interposto ao último cliente anteriormente referido (+ 3.213.104€).

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.121) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2019. É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

Em 2019, a AdA firmou um novo acordo de regularização de dívida (ARD) com a AMBIOLHÃO EM, acordo esse redigido no cumprimento do Decreto-Lei n.º 5/2019. Consequentemente, o anterior ARD de 2013 extinguiu-se. O novo ARD considerou perdão de dívida relativa a juros no valor de 206.128,91€, e (ver nota 35) está espelhado na contabilidade como Ativos financeiros ao Justo valor do rendimento Integral.

11.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Conjugando os valores respeitantes a Clientes contantes na nota 9 e constantes na presente nota, detalha-se de seguida a totalidade dos saldos em aberto por cliente, excluindo-se as perdas por imparidades e incluindo os juros de mora registados por acréscimo.

Clientes	2019	2018	Varição (€)	Varição (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	581 933	525 419	56 514	10,76%
MUNICÍPIO DE LAGOS	460 929	791 662	(330 733)	-41,78%
EMARP, E.M.	608 259	1 201 138	(592 878)	-49,36%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	107 611	94 063	13 548	14,40%
INFRALOBO, E.M.	41 193	19 504	21 689	111,20%
INFRAQUINTA, E.M.	78 839	62 358	16 481	26,43%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	817 407	522 315	295 093	56,50%
MUNICÍPIO DE LAGOA	245 624	422 952	(177 328)	-41,93%
MUNICÍPIO DE SILVES	505 716	548 098	(42 382)	-7,73%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	389 444	924 903	(535 458)	-57,89%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	40 883	85 594	(44 711)	-52,24%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	58 715	42 215	16 499	39,08%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	0	553 957	(553 957)	-100,00%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	16 456	15 125	1 332	8,80%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	163 024	62 465	100 559	160,98%
TAVIRAVERDE, E.M.	4 709 977	4 022 114	687 864	17,10%
FAGAR, E.M.	1 562 281	1 539 575	22 705	1,47%
INFRAMOURA, E.M.	83 175	332 554	(249 379)	-74,99%
VRSA SGU, E.M.	27 634 705	22 775 215	4 859 490	21,34%
AMBIOLHÃO, E.M.	2 652 524	4 867 566	(2 215 042)	-45,51%
ADVRSÁ - ÁGUAS DE VRSA	392 639	0	392 639	
Totais (Clientes)	41 151 335	39 408 791	1 349 905	4,42%

Nota: A AdA SA considera no relatório em 2019, não só os valores referentes a faturação emitida mas também os juros de mora de clientes registados em conta de acréscimos.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de Março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/entidades municipais, que registavam saldos com idade superior a 2 meses, com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros. No exercício de 2019 foram regularizados 476.200 € da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017;
- VRSA SGU E.M. - Em 2019, não se verificou qualquer recebimento do cliente VRSA SGU E.M.. Para assegurar a recuperação da dívida em atraso, foi interposta nova injunção, em 2019. À data de 31.12.2019, a dívida da VRSA SGU E.M. está na sua totalidade reclamada em várias ações administrativas.
- Município de VRSA - regularizou, em 2019 a totalidade da dívida (553.957€) que tinha para com a AdA SA;
- Município de Vila do Bispo – o município regularizou e reduziu muito significativamente a dívida vencida. No final do exercício, a dívida vencida do município de Vila do Bispo é de 389 mil euros os quais incluem 37 mil euros de juros de mora por acréscimo;
- AMBIOLHÃO – o saldo da cliente regista um decréscimo face a 2018, na sua maior parte, por via da cedência de créditos de 1.5M€ ao Novo Banco, ao perdão de juros (ver nota anterior).

Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas a faturas emitidas a 31 de dezembro de 2019.

12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e Outros Entes Públicos	2019	2018
IVA a receber	520 849	694 910
Retenções de capitais	0	0
IMI	0	0
Tributação autárquica	113	0
EOEP ativos (1)	520 962	694 910
Retenções - IRS	(65 088)	(67 343)
Retenções - Segurança Social	(98 807)	(95 678)
Outros	(2 550 088)	(2 497 568)
EOEP passivos (2)	(2 713 984)	(2 660 589)
EOEP (3 = 1 + 2)	(2 193 022)	(1 965 678)

A rubrica de maior peso na rubrica EOEP passivos, é relativa às taxas de recursos hídricos (TRH) e de gestão de resíduos (TGR) a regularizar à Agência Portuguesa do Ambiente.

13- OUTROS ATIVOS CORRENTES

Outros Ativos correntes	2019	2018
Adiantamentos a Fornecedores	110 773	31 578
Pessoal	4 674	5 680
Outros Devedores	11 201 902	10 841 642
Devedores por acréscimos de rendimentos	916 753	5 430 179
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	152 926	2 812 836
	12 387 027	19 121 916

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 7.8 milhões de euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR. Em 2019 a AdA SA recebeu perto de 1.5 milhões de euros de apoios comunitários ao investimento. O remanescente valor é referente a diversas situações tais como valores a receber de subsídios à exploração (741 mil euros), faturação emitida referente a atividades complementares tais como a venda de análises e energia, fatura de 1.2 M€ referente aos encargos com a exploração da EEI, que ultrapassam o valor acordado no protocolo com a ApA (1 M€), mas também por valores respeitantes a multas aplicadas pela AdA por incumprimento de contratos de empreitada.

A variação verificada na rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos deve-se à alocação, em 2019, dos juros de mora de clientes registados em conta de acréscimo de rendimentos.

14- CAIXA E BANCOS

Caixa e seus equivalentes no fim do período	2019	2018
Caixa	7 500	7 500
Depósitos à ordem	208 565	10 927 950
Caixa e Bancos	216 065	10 935 450

A AdA SA, no cumprimento da política de tesouraria aprovada para o grupo AdP, não regista, no fim do exercício, quaisquer valores em descobertos bancários. O saldo de depósitos à ordem mostra também a preocupação da AdA SA em cumprir as suas obrigações junto dos seus fornecedores, sendo o saldo residual e exemplificativo da forma com a AdA SA canalizou os influxos de tesouraria para exfluxos para a regularização e consequente diminuição do passivo resultante das relações comerciais existentes com os seus fornecedores.

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do anterior Contrato de Concessão, a Águas do Algarve, S.A., encontrava-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital (FRCS), que seria gerido pela concessionária. Contudo, com a revisão do contrato de concessão, em 2019, a necessidade de se manter o FRCS caiu, e a AdA SA utilizou-o para amortizar dívida junto da AdP SGPS.

15- CAPITAL SOCIAL

O quadro seguinte mostra a participação no capital social da Empresa, que não sofreu qualquer alteração de 2018 para 2019.

Capital Social	%	2019		2018	
		Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16 237 235	16 237 235	16 237 235	16 237 235
Município de Albufeira	4,85%	1 446 350	1 446 350	1 446 350	1 446 350
Município de Alcoutim	0,29%	86 180	86 180	86 180	86 180
Município de Aljezur	0,57%	170 230	170 230	170 230	170 230
Município de Castro Marim	0,55%	163 935	163 935	163 935	163 935
Município de Faro	6,87%	2 048 940	2 048 940	2 048 940	2 048 940
Município de Lagoa	3,15%	939 065	939 065	939 065	939 065
Município de Lagos	3,40%	1 013 630	1 013 630	1 013 630	1 013 630
Município de Loulé	5,68%	1 693 985	1 693 985	1 693 985	1 693 985
Município de Monchique	0,43%	128 590	128 590	128 590	128 590
Município de Olhão	3,87%	1 153 955	1 153 955	1 153 955	1 153 955
Município de Portimão	6,19%	1 846 030	1 846 030	1 846 030	1 846 030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248 035	248 035	248 035	248 035
Município de Silves	3,73%	1 112 195	1 112 195	1 112 195	1 112 195
Município de Tavira	2,27%	678 400	678 400	678 400	678 400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268 025	268 025	268 025	268 025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590 220	590 220	590 220	590 220
Capital Social	100,00%	29 825 000	29 825 000	29 825 000	29 825 000

O capital subscrito encontra-se totalmente realizado.

15.1 Resultado por ação

O resultado apurado por ação consta do quadro seguinte:

Resultado por ação	2019	2018
Resultado líquido	1 200 838	7 191 847
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,20	1,21

O resultado por ação desvalorizou 83% face a 2018. Esta redução é explicada pelo registo nas contas em 2019, do desvio tarifário.

De referir que em 2019 o Resultado Líquido já vem afetado do registo do desvio tarifário. Se não considerássemos o desvio tarifário em 2019 os valores seriam os seguintes:

Resultado por ação (sem DRG em 2019)	2019	2018
Resultado líquido da Atividade	5 208 485	7 191 847
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,87	1,21

Sem este efeito o resultado por ação teria desvalorizado em 28%, de 2018 para 2019.

15.2 Movimentos do exercício

Abaixo demonstra-se os movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de resultados:

Resultados - movimentos exercício	2018	Afet. Res. Líq.	DRG	Dividendos	Res. Líquido	2019
Reservas e outros ajustamentos	2 818 713	359 592		0	0	3 178 306
Resultados transitados	4 989 566	6 832 254	(9 742 249)	(6 832 254)	0	(4 752 683)
Resultado Líquido do exercício	7 191 847	(7 191 847)		0	1 200 838	1 200 838
Resultados - movimentos exercício	15 000 126	0	(9 742 249)	(6 832 254)	1 200 838	(373 539)

Em cumprimento do determinado pelo CSC, houve, em 2019, lugar ao reforço da Reserva Legal em 360 mil euros, que corresponde a 5% do Resultado Líquido apurado no exercício de 2018.

Pelo novo Contrato de Concessão houve lugar ainda ao registo do desvio de recuperação de gastos desde o ano de 1995 a 2019. O registo destes valores ascendeu a 13 milhões de euros brutos.

16- PROVISÕES

Durante 2019 não ocorreram movimentos de reforço ou de reversão da provisão existente.

16.1 Movimentos do exercício

Em 2019 não foram contabilizadas quaisquer provisões.

Movimentos de provisões	2018	Aumento	Reversões	2019
Provisões - outros	598 339	0	0	598 339
Movimentos de provisões	598 339	0	0	598 339

É convicção do Conselho de Administração que as provisões registadas são suficientes.

17- EMPRÉSTIMOS

O detalhe dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2019 é o seguinte:

Empréstimos por natureza	2019	2018
Empréstimos Bancários BEI	156 780 432	166 871 226
Empréstimos Empresa mãe	10 000 000	15 000 000
Empréstimos não correntes (1)	166 780 432	181 871 226
Descobertos Bancários	0	0
Empréstimos Bancários BEI	9 437 524	8 682 937
Empréstimos Bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos Empresa mãe	20 000 000	27 400 000
Empréstimos correntes (2)	29 437 524	36 082 937
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	196 217 956	217 954 163

No presente exercício destaca-se a redução dos empréstimos não correntes em cerca de 15 milhões de euros, e de 6.7 milhões de euros nos correntes, ou seja, em termos globais os financiamentos reduziram 21,7 milhões de euros (10%). Esta redução foi possível, em grande medida, pela disponibilidade gerada com o fim da obrigatoriedade de constituição do FRCS (cerca de 14 milhões de euros), e pelo aumento de recebimentos de clientes (10% face a 2018).

17.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

A maturidade dos financiamentos é apresentada no seguinte quadro:

Empréstimos por Maturidade	2019	2018
Até 1 ano	29 352 703	36 082 937
De 1 a 2 anos	15 016 063	14 437 524
De 2 a 3 anos	15 872 607	15 100 884
De 3 a 4 anos	11 418 707	15 957 428
De 4 a 5 anos	12 343 549	11 503 528
Superior a 5 anos	112 214 327	124 871 862
Empréstimos por Maturidade	196 217 956	217 954 163

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

17.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

A divisão do financiamento bancário entre taxas de juro fixas e variáveis consta do mapa seguinte:

Empréstimos por tipo de taxa	2019	2018
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	20 192 008	27 784 615
De 1 a 2 anos	5 000 000	5 192 308
De 2 a 3 anos	5 000 000	5 000 000
Superior a 3 anos	0	5 000 000
Total de empréstimos com taxa de juro variável	30 192 008	42 976 923
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	9 160 695	8 298 322
De 1 a 2 anos	10 016 063	9 245 216
De 2 a 3 anos	10 872 607	10 100 884
Superior a 3 anos	135 976 583	147 332 818
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	166 025 948	174 977 240
Total de empréstimos	196 217 956	217 954 163

18- FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF.

Fornecedores e outros passivos não correntes	2019	2018
Fornecedores de investimento	3 167 753	3 428 971
Outras contas a pagar	1 640 673	1 878 137
Outros fornecedores	28 836	17 009
Fornecedores e outros passivos não correntes	4 837 262	5 324 117

19- ACRÉSCIMOS DE CUSTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 856.455.670 Euros, sujeitos a depreciação no prazo da concessão, dos quais 620.655.386 euros já se encontram realizados (DUI firme). Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 29.155.641 Euros. O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual constam do quadro seguinte:

Acréscimo gastos invest. contratual	2018	Aumentos	Diminuições	Reclassificações	2019
Acréscimo gastos invest. contratual	63 822 989	6 873 439	0	(6 327 111)	64 369 317

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 6,9 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 6,3 milhões de euros (ver nota 6.1.1).

20- SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O valor registado em subsídios ao investimento diz respeito a rendimentos a reconhecer de fundos comunitários e integração de património de infraestruturas municipais. O reconhecimento anual do rendimento é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias pela aplicação da taxa de depleção das atividades de abastecimento de água e tratamento de efluente. A empresa adota a mesma metodologia do reconhecimento das amortizações do direito de utilização das infraestruturas para o reconhecimento dos respetivos subsídios ao investimento obtidos.

Saldo dos subsídios ao investimento	2019	2018
Fundos comunitários	120 591 550	124 982 985
Integração património	40 713 753	42 365 031
Outros subsídios ao Investimento	0	53 743
	161 305 303	167 401 759

O total de recebimentos em 2019 ascenderam a 1.5 milhões de euros. A AdA SA, tal como em 2019, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao POSEUR.

20.1 Movimentos do exercício de subsídios ao investimento

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas de subsídios ao investimento:

Varição dos subsídios de Investimento	2018	Reconhecimento	Aumentos	Diminuições	Transferências	2019
Fundos comunitários	124 982 985	(4 476 929)	33 651	0	0	120 539 707
Integração património	42 365 031	(1 651 415)	0	0	0	40 713 616
Outros subsídios ao Investimento	53 743	(1 764)	0	0	0	51 979
Varição dos subsídios de Investimento	167 401 759	(6 130 107)	33 651	0	0	161 305 303

O reconhecimento do rendimento associado a subsídios ao investimento foi reconhecido de acordo com as taxas de depleção das atividades de abastecimento e de tratamento de efluentes constatadas no exercício de 2019.

21- DESVIO TARIFÁRIO ATIVO E PASSIVO

Em 2019 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade: 5.208.485€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa das OTs em 2019, de 0,75%, o valor da Remuneração Acionista é de 1.200.838 € e desdobra-se da seguinte forma:

Rubrica	Valor a Remunerar	Dias de Remuneração	Forma de Remuneração	Remuneração Remuneração
Capital Social a 1 de janeiro de 2019	29 825 000	365	OT + 3%	1 118 438
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2019	2 818 713	365	OT + 3%	105 702
Adicional de dividendos distribuídos	4 426 933	365	OT	(33 202)
Aumentos de capital entre 01-01-2019 e 31-12-2019	0		OT + 3%	0
Reforço da Reserva Legal	359 592	268	OT + 3%	9 901
Remuneração Acionista de 2019				1 200 838

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão. Assim temos:

Resultado Líquido da Atividade	Desvio de Recuperação de Gastos bruto	Imposto Diferido Desvio de Recuperação de Gastos	Remuneração Acionista
5 208 485 €	(5 366 427)	1 358 780 €	1 200 838 €

Na Demonstração da posição Financeira registamos no Passivo não Corrente o valor de 18.411.752€ referente a Desvio tarifário Passivo. Este valor cruza com o mapa anterior da seguinte forma:

- 18.411.752€ = 5.366.427€ + 13.035.325€. (este último valor corresponde ao DRG bruto gerado desde 1995 a 2018 inclusive).

22- FORNECEDORES CORRENTES

Fornecedores correntes	2019	2018
Fornecedores C/C - Gerais	3 519 139	3 700 223
Fornecedores C/C - Empresa mãe	80 417	0
Fornecedores C/C - Outras partes relacionadas - Municípios	559	0
Fornecedores C/C - Outras partes relacionadas - Outras	10 198	11 738
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	701 394	439 235
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	1 921 402	1 614 798
	6 233 110	5 765 994

O aumento verificado no passivo com fornecedores deve-se essencialmente ao facto de no final de 2019 aguardar-se a emissão de faturas referentes a subcontratos, tal como em 2018, mas, em 2019, aguarda-se para além das faturas referentes às prestações de serviços a decorrer; as faturas referentes a reequilíbrios financeiros e revisões de preços entretanto confirmadas e registadas na conta de conferência.

23- OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Outros Passivos Correntes	2019	2018
Pessoal	1 689	1 085
Acréscimo com férias e subsídio de férias	620 360	578 552
Outros acréscimos e diferimentos	5 115 908	3 285 722
Outros credores	3 569 703	502 594
Outros Passivos Correntes	9 307 660	4 367 954

A rubrica de "Outros acréscimos e diferimentos" inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção.

O aumento verificado deve-se na sua maior parte ao registo de acréscimo para o reequilíbrio financeiro de um subcontrato relativo à manutenção e exploração do sistema de saneamento, de várias revisões de preços, e de gastos com outros trabalhos especializados tais como assessoria jurídica, análises laboratoriais e tratamento de lamas.

A rubrica de "Outros credores" inclui valores em dívida a consultores, cauções efetuadas a fornecedores e a credores diversos e dividendos de 2018 (3,1 milhões de euros) a regularizar num curto prazo em 2020, dado já existir uma clarificação exata do valor da dívida acionista/dos acionistas (ver nota 42).

24- IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento, exercício 2019, está seguidamente detalhado:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Pagamentos por conta	3 146 322	3 084 162
Pagamento adicional por conta	524 166	511 614
Retenções na fonte	12 941	9 190
Imposto corrente	(3 358 512)	(4 361 192)
Imposto sobre o rendimento	324 917	(756 226)

24.1 Imposto do exercício

O imposto corrente e o imposto diferido reconhecido no exercício 2019 está seguidamente detalhado:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Imposto corrente	3 358 512	4 004 733
Excesso de estimativa de imposto	(100 322)	(39 675)
Imposto diferido	(2 937 041)	(1 742 850)
Imposto sobre o rendimento	321 150	2 222 207

24.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Reconciliação taxa efetiva imposto	2019	2018
Resultado antes impostos	1 521 988	9 414 054
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	319 617	1 976 951
Variações patrimoniais		
Variação patrimonial negativa	(5 018)	(7 923)
Variação patrimonial positiva	849 662	1 341 572
+	844 644	1 333 649
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	1 000	567
Multas, coimas e juros compensatórios	9 991	2 362
Provisões não dedutíveis	6 838 355	7 106 472
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
Seguros	18 392	0
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	381 517
Desvio de Recuperação de Gastos	5 366 427	0
Outros	104 161	32 750
+	12 338 327	7 523 668
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	766 764	0
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	682 596	2 509 665
Benefícios fiscais	865	2 395
-	1 450 225	2 512 060
Lucro tributável	13 254 734	15 759 311
Imposto calculado	2 783 494	3 309 455
Tributação autónoma	9 493	15 636
Derrama municipal	97 789	86 676
Derrama estadual	467 737	592 966
+	575 018	695 278
Imposto sobre o rendimento	3 358 512	4 004 733
Insuficiência / Excesso Estimativa	(100 322)	(39 675)
Imposto sobre o rendimento	3 258 191	3 965 058
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(2 937 041)	(1 742 850)
Imposto sobre o rendimento	321 150	2 222 207
Taxa efetiva de imposto	21,10%	23,61%

A taxa efetiva de imposto teve uma redução de cerca de 2,5 pontos percentuais face a 2018 essencialmente devido ao facto de no presente exercício terem sido revertidos mais 1,194 milhões euros em impostos diferidos que no ano anterior, o que por sua vez se prende com o Imposto Diferido associado ao Desvio de Recuperação de Gastos.

24.3 Prejuízos fiscais

Não existem prejuízos fiscais reportados.

25- VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Vendas, Prestação de Serviços e Rendimentos de Serviços de Construção	2019	2018
Venda de água	34 916 487	31 819 620
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	25 559 673	26 615 772
Rendimentos de serviços de construção	25 269 224	16 090 661
Défice/superativo tarifário recup. custo	-5 366 427	0
Total	80 378 958	74 526 053

Em 2019 constatou-se um acréscimo operacional das vendas (3 milhões de euros face a 2018) e um decréscimo das prestações de serviços (- 1 milhão de euros face a 2018). Contudo, há, face a 2018, um aumento do volume de negócios (VN) de sensivelmente 1 milhão de euros. Esta variação é explicada pelo período de seca verificado no ano de 2019.

Faz-se notar que as tarifas de abastecimento de água e de saneamento não sofreram alterações no presente exercício. As últimas atualizações das tarifas aconteceram em 2013 e 2014, água e tratamento de efluente, respetivamente.

26- GASTOS DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

Gastos das vendas e dos serviços de construção	2019	2018
CMVMC - Mercadorias	0	0
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	2 087 828	1 956 178
CMVMC - Diversos	0	0
Gastos das Vendas/Variação de inventários	2 087 828	1 956 178
Gastos de serviços da construção	24 926 991	15 720 667
Gastos das vendas e dos serviços de construção	27 014 819	17 676 846

Os gastos com consumos, CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias, acompanharam o aumento Vendas verificado em 2019. Os gastos de serviços da construção acompanharam o aumento resultante da reclassificação do Valor Residual da Barragem de Odelouca para DUI-C - Edifícios e outras construções.

27- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços externos” para os exercícios de 2019 e 2018 encontra-se detalhada no quadro abaixo.

Fornecimento e serviços externos	2019	2018
Subcontratos	8 487 850	6 772 922
Electricidade	6 289 416	5 487 405
Rendas e Alugueres		
Viaturas sem condutor	4 355	216 492
Outras rendas e alugueres	191 799	357 603
Seguros		
Multiriscos	200 234	229 502
Outros seguros	50 790	63 387
Conservação e reparação		
Edifícios	73 114	73 336
Equipamento básico	3 253 954	3 627 866
Outras despesas conservação	57 027	85 166
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	537 688	831 925
Análises	547 229	490 032
Recolha e transporte de lamas	1 557 175	1 279 337
FEE gestão	907 142	876 474
Outros trabalhos especializados	1 217 590	960 469
Material de laboratório	396 411	474 001
Outros FSE	961 680	1 061 606
Fornecimento e serviços externos	24 733 456	22 887 522

Como pode se observado, os Subcontratos sofreram um aumento face a 2018, de 25%. Grosso modo este aumento é explicado pelos reequilíbrios financeiros e revisões de preços das prestações de serviços subcontratadas. A entrada em funcionamento da ETAR da Companheira, em maio de 2018, também concorre para o incremento do valor com subcontratos registado em 2019, já que em 2019 os gastos com subcontratos desta instalação são referentes a um ano completo.

Relativamente à rubrica Electricidade, esta regista um incremento de 15%, essencialmente em virtude da entrada em funcionamento das novas ETAR da Companheira (a meio de 2018) e da ETAR de Faro-Olhão (novembro de 2018). Em 2019 estas ETARs cumpriram ano completo em funcionamento.

Quanto à rubrica de rendas de viaturas c/ condutor, a redução é explicada pela reclassificação destes gastos para ativos da locação (ver nota 2.1, nota 2.2. e nota 38).

A rubrica de rendas e alugueres decresceu em 2019 visto que em 2018 foram refletidas as rendas dos furos alugados ao município de Lagos, dos anos 2016, 2017 e 2018.

A rubrica de Assistência Técnica regista também uma diminuição significativa, e este decorre da atualização de preços dos FEE's relacionados com o apoio técnico dado à AdA SA pela AdP SERVIÇOS. Parte ainda é explicada pela alteração da conta para registo dos gastos inerentes à assistência informática prestada pela AQUASIS (em 2018 estavam a ser registados em Assistência Técnica enquanto em 2019 estão registados em Assistência Informática).

Registaram-se ainda aumentos com gastos com Análises e Material de Laboratório (correlacionado com o aumento da atividade de negócio complementar Vendas de Análises), Recolha de Lamas (correlacionada com o aumento da atividade de tratamento de efluente), e outros trabalhos especializados (relacionados com o Assessoria Jurídica).

28- GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme segue:

Gastos com pessoal	2019	2018
Remunerações	4 233 216	3 920 822
Indemnizações	0	21 977
Encargos sociais sobre remunerações	950 296	874 873
Outros gastos com pessoal	345 767	386 056
Correções relativas a exercícios anteriores	3 702	26 722
Gastos com pessoal	5 532 981	5 230 450

Face a 2018, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 6 %. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, tais como os operadores para exploração da ETAR de Faro-Olhão, com requalificações de quadros. Também se faz notar que a taxa de absentismo de 2018 supera a verificada em 2019.

28.1 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal às datas de 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 era o seguinte:

Número médio de colaboradores	2019	2018
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	162	157
Número médio de colaboradores	167	162

Número de colaboradores a 31 de dezembro	2019	2018
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	162	160
Número de colaboradores a 31 de dezembro	167	165

Consideram-se como Órgãos Sociais:

- Administração executiva: o Presidente do Conselho de Administração, os dois Administradores Executivos: 3 elementos.
- o Conselho Fiscal, como 1 elemento.
- e o Revisor Oficial de Contas, como 1 elemento.

29- DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é a conforme se segue:

Depreciações, amortizações e reversões do exercício	2019	2018
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 6.1.1)	14 110 060	12 933 721
Amortizações de gastos do investimento esperado	6 878 157	7 107 255
Depreciações de ativos tangíveis (Nota 6.2.1)	34 288	40 332
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (Nota 38.1)	181 589	0
Depreciações, amortizações e reversões do exercício	21 204 094	20 081 308

Os gastos com depreciações e amortizações tiveram um aumento de 1,1 milhões de euros (+ 5,6%) de 2018 para 2019, e são reflexo das taxas depleção associadas às áreas de negócios abastecimento e tratamento de efluente. Há ainda a referir o impacto da adoção da IFRS 16 em 2019: 181.589€ de depreciações.

Como anteriormente referido, não há atualização das tarifas praticadas pela AdA SA, e as duas áreas de negócios registaram evoluções contrárias, mais concretamente, verificou-se um aumento dos caudais abastecidos e uma diminuição dos caudais de efluentes tratados.

30- PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram registados valores relativos a reforços e reversões de provisões.

31- PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica de "Perdas por imparidade e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Perdas por imparidade e reversões do exercício	2019	2018
Perdas por imparidade de clientes	0	0
Perdas por imparidade de outros devedores	0	36 523
Total	0	36 523

Em 2019 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade referentes a clientes e outros devedores.

32- OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros gastos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é decomposta conforme se segue:

Outros gastos e perdas operacionais	2019	2018
Impostos	481 584	461 979
Perdas em Inventários	0	0
Donativos	2 672	32 750
Quotizações	1 989	4 790
Outros gastos operacionais	500 281	117 342
Correções relativas a exercícios anteriores	55 078	5 436
Outros gastos e perdas operacionais	1 041 604	622 298

Os valores registados na rubrica de Impostos referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento. Relativamente à rubrica Outros gastos operacionais, o aumento verificado resulta do registo de indemnizações.

33- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os "Outros rendimentos e ganhos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 estão detalhados da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2019	2018
Venda de Energia	13 877	20 117
Venda de Análises	371 808	256 134
Outros rendimentos e ganhos operacionais	60 346	277 815
Correções relativas a exercícios anteriores	21 121	8 913
Outros rendimentos e ganhos operacionais	467 152	562 979

A redução verificada na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais resulta do facto extraordinário ocorrido no exercício de 2018, que esteve relacionado com indemnizações de sinistros, e com reversões de excessos de estimativas de encargos com acondicionamento de viaturas e com revisões de preços de subcontratos. O aumento com vendas de análises deve-se a inclusão de outros parâmetros de análises incluídos no contrato de controlo de qualidade de água firmado com a AGDA (Águas Públicas do Alentejo).

34- SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Subsídios à exploração tem o seguinte detalhe:

Subsídios à exploração	2019	2018
Subs. à Exploração - EOEP	22 174	7 258
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	0	0
	22 174	7 258

No exercício de 2019, de acordo com a política de reconhecimento dos subsídios à exploração, os rendimentos gerados por estes subsídios foram deduzidos diretamente nas rubricas com a mesma natureza onde os gastos são registados.

Contudo, os subsídios recebidos do IEFP para os estágios profissionais, que decorrem ou decorreram no exercício, estão registados como rendimento.

35- GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de "Gastos financeiros" é conforme segue:

Gastos Financeiros	2019	2018
Juros Suportados	6 018 977	6 249 842
Comissões bancárias	0	2 500
Comissões AdP	1 121 537	1 214 872
Outros gastos financeiros	482 098	267 499
Gastos Financeiros	7 622 612	7 734 713

A redução dos juros suportados é justificada pela amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI e com uma ligeira melhoria nas condições de financiamento dos empréstimos obtidos junto da AdP SGPS. Relativamente à rubrica Outros gastos financeiros o incremento de 80% é resultante do registo do perdão de juros de mora concedido à AMBIOLHÃO E.M., no âmbito do acordo de regularização de dívida firmado em março de 2019, acordo esse firmado no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019.

36- RENDIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica de "Rendimentos financeiros" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é a conforme se segue:

Rendimentos financeiros	2019	2018
Juros mora e de acordos	1 603 304	1 546 474
Valor Residual Barragem Odelouca (atualiz. Financeira)	0	771 163
Outros juros	69 859	80 469
Rendimentos financeiros	1 673 163	2 398 106

Na rubrica de juros de mora e acordos destacam-se essencialmente os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se Vila Real de Santo António (SGU) e a TAVIRAVERDE E.M.. O rendimento com juros referentes ao atraso na regularização de faturas reclamadas judicialmente, ou seja, os relativos às faturas em injunções/ações administrativas interpostas pela AdA SA.

Com o novo contrato de concessão, o Valor Residual da Barragem foi reclassificado para ativo intangível (Direito de Utilização de Infraestruturas), já que a extensão da concessão até 2048 permitirá a amortização neste prazo, do valor de investimento anteriormente considerado como valor residual.

37- TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é espelhada na tabela seguinte:

Movimentos com partes relacionadas	2019	2019	2018	2018
	Proveitos	Gastos	Proveitos	Gastos
Águas de Portugal SGPS, SA	0	2 672 633	14 589	2 740 432
AdP-Serviços Ambientais, SA	0	380 451	0	713 972
Águas Públicas do Alentejo, SA	344 745	0	229 457	0
Epal, SA	0	19 078	2 205	34 800
Águas da Região de Aveiro, SA	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, SA	0	0	607	0
Adp Energias, SA	0	71 752	69 068	0
Loulé (Município)	7 462 272	9 493	7 371 295	13 860
Lagos	5 697 063	220 333	5 581 809	0
Portimão (EMARP)	7 519 680	110 918	7 552 611	137 057
São Brás de Alportel	1 183 226	1 276	1 067 079	1 749
Loulé (Infralobo)	539 874	756	427 696	1 769
Loulé (Infraquinta)	772 299	6 086	676 092	6 357
Albufeira	9 861 427	17 547	9 188 867	50 777
Lagoa	3 811 902	10 147	3 607 110	8 705
Silves	3 802 405	4 924	3 660 296	3 171
Vila do Bispo	833 503	53 524	830 533	17 448
Monchique	176 528	0	191 775	0
Aljezur	677 671	353	633 333	365
Vila Real de Santo António (Município)	0	0	0	0
Alcoutim	205 201	2 511	190 506	2 562
Castro Marim	1 144 142	1 966	1 220 697	2 392
Tavira (TAVIRAVERDE)	2 187 530	932 242	2 151 704	18 584
Faro (Fagar-Faro)	5 945 496	125 707	5 828 076	30 093
Loulé (Inframoura)	2 404 175	1 048	2 029 744	1 452
Vila Real de Santo António (VRSA-SGU EM)	0	0	2 973 130	0
Vila Real de Santo António (ADVRSA)	2 655 817	5 949	0	0
Olhão (Ambiolhão)	3 700 981	13 309	3 490 266	1 574
Portimão (Município)	0	0	0	0

Saldo com partes relacionadas	2019	2019	2018	2018
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Águas de Portugal SGPS, SA	0	30 283 295	0	42 400 000
AdP-Serviços Ambientais, SA	0	61 237	0	9 947
Águas Públicas do Alentejo, SA	142 065	0	104 672	0
Epal, SA	2 196	6 027	2 196	0
Águas da Região de Aveiro, SA	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, SA	0	0	0	0
Adp Energias, SA	0	71 752	0	0
Loulé (Município)	581 933	388 187	525 419	367
Lagos	460 929	232 297	791 662	0
Portimão (Emarp)	608 259	2 696 568	1 201 138	3 029 686
São Brás de Alportel	107 611	56 814	94 063	222
Loulé (Infralobo)	41 193	55	19 504	71
Loulé (Infraquinta)	78 839	442	62 358	190
Albufeira	817 407	331 364	522 315	0
Lagoa	245 624	215 901	422 952	1 125
Silves	505 716	254 843	548 284	0
Vila do Bispo	389 444	513 025	924 903	466 100
Monchique	40 883	29 379	85 594	0
Aljezur	58 715	47 459	42 215	9 121
Vila Real de Santo António (Município)	0	0	553 957	0
Alcoutim	16 456	19 814	15 125	0
Castro Marim	163 024	88 468	62 465	50 891
Tavira (Taviraverde)	4 709 977	1 069	4 022 114	1 065
Tavira (Município)	0	155 092	0	0
Faro (Fagar-Faro)	1 566 124	7 615	1 543 419	1 707
Faro (Município)	0	474 283	0	0
Loulé (Inframoura)	83 175	81	332 554	80
Vila Real de Santo António (VRSA-SGU EM)	27 634 705	135 279	22 775 215	0
Vila Real de Santo António (ADVRSa)	392 639	723	0	0
Olhão (Ambiolhão)	2 652 524	1 595	4 867 566	(333)
Olhão (Município)	0	264 408	0	0
Portimão (Município)	0	422 917	0	0

38- ATIVOS E PASSIVOS DA LOCAÇÃO

38.1 – Ativos sob direito de uso

Ativos sob direito de uso	01.01.2019			Amortizações do exercício	31.12.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
a) que em 31.12.2018 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas							
Outros equipamentos							
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0
a) que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas	432 502		432 502	181 589	432 502	(181 589)	250 913
Outros equipamentos							
Subtotal	432 502	0	432 502	181 589	432 502	(181 589)	250 913
Total de Ativos sob direito de uso	432 502	0	432 502	181 589	432 502	(181 589)	250 913

38.2 – Passivos da Locação

	31.12.2019
Não corrente	35 377
Corrente	219 396
	254 773
Capital em dívida por natureza de ativos sob direito de uso	31.12.2019
Edifícios e Outras Construções	
Equipamento de transporte	254 773
Outros equipamentos	
	254 773
Futuros pagamentos mínimos	31.12.2019
Até 1 ano	123 248
De 1 a 5 anos	192 734
Mais de 5 anos	
	315 982
Juros	31.12.2019
Até 1 ano	12 242
De 1 a 5 anos	48 967
Mais de 5 anos	
	61 209
Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2019
Até 1 ano	111 006
De 1 a 5 anos	143 766
Mais de 5 anos	0
	254 773

38.3 – Pagamentos da Locação

Total dos Pagamentos da Locação	2019
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	189 971
Aumento do passivo - Passivo da locação	133 437
TOTAL	323 408

39- COMPROMISSOS

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 856.455.931 Euros, sujeitos a depreciação no prazo da concessão, dos quais 620.655.386 euros já se encontram realizados (DUI firme). Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 29.155.641 Euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada

Empreitadas	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2019
Conceção-Construção da ETAR da Companheira	OLIVEIRAS S.A.	1 014 896	1 014 896
Conceção/Construção da ETAR de Faro-Olhão	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	5 765 954	5 159 043
Conceção/Construção da ETAR de Faro-Olhão	OLIVEIRAS S.A.	8 578 199	8 385 332
Conclusão do Furo FB10 (SJS2) e reabilitação do Furo FB7 (SJS4)	HUBEL INDÚSTRIA DA ÁGUA, AMBIENTE E	415 040	3 144
Empreitada do Sistema Elevatório de Olhão - Faro	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	2 713 363	2 676 594
Empreitada de desodorização da ETAR Quinta do Lago	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	395 403	395 403
Reabilitação de Coletores da Zona 4 – lote I	LIMPA CANAL - SOLUÇÕES ECOLÓGICAS,	1 086 730	1 063 374
Instalação de Equipamentos Eletromecânicos na ETAR de Vila Real de Santo António	HUBEL INDÚSTRIA DA ÁGUA, AMBIENTE E	285 516	285 397
Reabilitação da CEI de Quarteira	EXTRACO, CONSTRUCCIONS E PROXECTOS,	320 755	320 755
Reabilitação de Coletores da Zona 3 (Marbica, Vale Covo, Azinhaga, Forte de São João)	CONSDep - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S	238 425	205 779
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	253 100	203 917
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	4 024 722	2 544 916
Beneficiação do acesso e intervenção no parque de estacionamento da ETAR Faro Noroeste	CONSDep - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S	179 209	167 814
Beneficiação da ETA de Alcantarilha	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	1 621 000	901 057
Beneficiação da ETA de Alcantarilha	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	2 999 108	1 461 400
Colocação de Geradores de Emergência nas Estações Elevatórias de Águas Residuais	ROLEAR.ON - SOLUÇÕES DE ENGENHARIA,	519 041	20 881
Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha	DST SOLAR, S.A.	201 024	102 479
Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto	LIMPA CANAL - SOLUÇÕES ECOLÓGICAS,	342 720	270 618
Reparação do Pavimento da ETA de Tavira	TECNOVIA - SOCIEDADE DE EMPREITADAS	289 963	289 963
Reabilitação das Caixas de Visita	MANVIA - MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE	340 200	5 500
Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote A)	LIMPA CANAL - SOLUÇÕES ECOLÓGICAS,	248 900	0
Substituição de Conduas Aduoras do Subsistema do Barlavento - Mosqueira e Bemparece	SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAU	448 759	0
		32 282 027	25 478 264

Contratos de Prestação Serviços e Bens (superiores a 100 mil Euros)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2019
Transporte de Lamas de clarificação da Água (armazenadas nos parques de Lamas das ETA's de Tavira e de Alcantarilha) para destino final	CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS S.A.	116 200	44 777
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, S.A.	1 647 784	686 577
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – zona 2/3	GESAR - GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS D	11 254 059	10 488 020
Aquisição de Serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de Lamas desidratadas produzidas nas ETAR's do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALOR	3 429 231	2 954 045
Prestação de serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em obra, Coordenação de Gestão Ambiental e acompanhamento arqueológico do 13.º grupo de empreitadas	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	528 203	480 530
Aquisição de Serviços de operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - zona 1	BE WATER, S.A.	4 026 514	3 770 491
Obtenção da marca de qualidade LNEC da ETAR de Faro/Olhão	LNEC-LABORATONIO NAC ENG CIVIL	118 000	82 600
Aquisição de Serviços de operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - zona 4	BE WATER, S.A.	5 189 883	4 519 756
Manutenção de espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A.	PERENE, S.A.	141 100	112 439
Manutenção de espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A.	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	145 998	117 639
Aquisição de Serviços de Impressão em regime de aluguer operacional	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS P	208 920	38 035
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento / Valorização/ Deposição em destino final de Lamas das ETAR da Companheira e de São Marcos da Serra.	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO	228 390	162 833
Prestação de serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em obra, Coordenação de Gestão Ambiental para a empreitada de Beneficiações da ETA de Alcantarilha	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	166 344	110 802
Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água das estações de tratamento de água do sistema multimunicipal de abastecimento de água do algarve	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	168 958	80 477
Aquisição de serviços de análises de águas naturais, consumo humano, lamas e reagentes de processo	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	188 902	188 902
Aquisição de serviços de colheitas de águas residuais	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	178 162	178 162
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de tratamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no triénio 2018-2020	REDECOR - REVESTIMENTOS DE PROTECCÃO	145 534	53 111
Aquisição de Serviços de Colheita de Amostras, no âmbito do controlo de qualidade de águas naturais, e de consumo humano do Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).	AMBIPAR CONTROL - CONSULTORIA, ANÁL	255 732	108 255
Redébito prémio Seguros multiriscos e responsabilidade civil	ADP AGUAS PORTUGAL-SERV AMBIENTAIS	198 947	115 467
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, designando-se o presente concurso por "prestação de serviços de operação e manutenção do sistema multimunicipal de saneamento do algarve (zona 1 - lote 1 e zona 4 - lote 2)	BE WATER, S.A.	1 514 308	1 046 990
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, designando-se o presente concurso por "prestação de serviços de operação e manutenção do sistema multimunicipal de saneamento do algarve (zona 1 - lote 1 e zona 4 - lote 2)	BE WATER, S.A.	3 452 050	2 341 547
Aquisição de Serviços de Transportes de Amostras de Água, em condições controladas, entre o Laboratório da AdA e outros Laboratórios e entre instalações	SERVIADUANA - SOCIEDADE DE SERVIÇOS	166 522	30 532

(continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2019
Conceção, Instalação, Arranque e Acompanhamento da Exploração de Protótipo Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente UASB	FCC AQUALIA, SA (PORTUGAL)	221 200	189 600
Aquisição de Serviços de Reformulação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	CEGELEC-INSTAL E SISTEMAS AUTOM, LD	1 224 990	299 580
Aquisição de Serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de Lamas desidratadas produzidas nas ETAR da Companheira, Faro/Olhão, São Marcos da Serra e Santa Catarina da Fonte do Bispo	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO	378 000	24 449
Renda dos Furos	MUNICÍPIO LAGOS	164 370	164 370
Fornecimento e Montagem de Variadores Eletrónicos Schneider 355 kw	EDP COMERCIAL-COMERC ENERGIA, SA	122 927	36 878
Redébito prémio Seguro Multirisco	ADP AGUAS PORTUGAL-SERV AMBIENTAIS	112 001	0
Tratamento de Lamas da ETAR de Faro - Olhão	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO	195 000	0
Patrocínio Judiciário e mandato forense	AAMM-SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	150 000	0
Patrocínio Judiciário e mandato forense	AAMM-SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	150 000	0
Protocolo de Utilização do Sistema Primário da Bravura	ASSOC REGANTES E BENEF DO ALVOR	428 370	0
Monitorização dos Recursos Hídricos	UNIVERSIDADE DO ALGARVE - SERVIÇOS	113 600	0
NSE direção Sistemas Informação	ADP AGUAS PORTUGAL-SERV AMBIENTAIS	257 946	0
		36 988 144	28 426 864

40- ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

40.1 Garantias prestadas

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de Dezembro de 2019 era a seguinte:

Garantias Bancárias	2019
Tribunais Cíveis	567 226
Petrogal	10 475
IP - infraestruturas de Portugal	16 510
ARH	566 466
Abastecimento	1 160 677
IP - infraestruturas de Portugal	10 000
Rotas do Algarve Litoral	40 000
Tribunais Cíveis	300 541
Saneamento	350 541
Total	1 511 218

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
ARH	AA	CGD	566 466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium	229 582
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AR	CGD	192 329
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124 699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	Millenium	57 955

40.2 Processos judiciais

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da responsabilidade máxima	Valor da probabilidade da obrigação	Valor da provisão constituída na contabilidade	Probabilidade de desfecho favorável à AdA SA
EXPROPRIAÇÕES	"Acção Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, S.A."	14 964	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA, p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 386	0	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona -Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8 332 017	0	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE).	9 191 598	0	0	POSSÍVEL
EXPROPRIAÇÕES	Ação de Processo Comum por referência a descrição matricial correspondente ao artigo 125 da secção P da União de freguesias Moncarapcho e Fuseta.	30 000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Ação Administrativa de contencioso de pré-contratual, com petição para anulação de decisão de adjudicação	30 000	0	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso

40.3 Direitos e obrigações

De acordo com o protocolado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto anual até 1.000.000 Euros, destinado à comparticipação nas despesas de 70% de manutenção e 30% de energia do Sistema de Odeleite-Beliche. Este gasto encontra-se refletidos em fornecimentos e serviços externos.

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O valor atualizado respeitante a 2019 foi de 337.527 €.

41- INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

ARTº.397º. DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Algarve, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

ARTº.324 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A sociedade Águas do Algarve, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

ARTº 21º DO DECRETO-LEI N.º 41 I/91 DE 17 DE SETEMBRO,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2019, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

42- RENDIMENTO GARANTIDO

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No final de 2019 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 3.286.136€ que foram distribuídos a mais aos acionistas. E devido a isto não está considerado no cálculo abaixo uma eventual distribuição de dividendos aos acionistas relativamente ao Resultado Líquido de 2019.

De referir ainda que relativamente aos dividendos aprovados do ano de 2018 serem distribuídos aos acionistas, o valor está considerado abaixo.

ANO	Cap.Social Realizado	Reserva Legal Constituída	Remuneração Anual Acionista	Resultados líquidos anuais antes do DRG	Défice tarifário líquido anual em Balanço	Défice tarifário líquido em Balanço	Remuneração acionista distribuível	Dividendos distribuídos	Dívida Acumulada aos Acionistas Distrib.Dividendos
1995 a 2010			27 535 281	20 518 703	7 016 578	7 016 578	26 158 591	13 151 516	13 007 075
2011	29 230 875	1 019 840	5 302 599	3 239 065	2 063 535	9 080 113	5 037 469	4 877 900	13 166 644
2012	29 230 875	1 181 794	4 598 287	3 441 306	1 156 981	10 237 093	4 368 373	3 269 241	14 265 775
2013	29 230 875	1 353 859	4 318 509	3 098 569	1 219 940	11 457 033	4 102 583	2 943 641	15 424 718
2014	29 290 875	1 508 787	3 238 535	5 139 191	(1 900 655)	9 556 378	3 076 609	4 882 231	13 619 095
2015	29 825 000	1 765 747	2 569 955	6 942 498	(4 372 543)	5 183 835	2 441 457	11 297 273	4 763 280
2016	29 825 000	2 112 872	2 515 188	6 810 569	(4 295 381)	888 454	2 389 428	6 470 040	682 668
2017	29 825 000	2 453 400	2 169 472	7 306 257	(5 136 786)	(4 248 332)	2 060 998	1 951 378	792 288
2018	29 825 000	3 178 306	1 697 930	7 191 847	(5 493 917)	(9 742 249)	1 613 034	6 832 254	(4 426 933)
2019	29 825 000	(4 752 683)	1 200 838	5 208 485	(4 007 647)	(13 749 895)	1 140 796	0	(3 286 136)
1995 a 2019			55 146 594				52 389 338	55 675 475	(3 286 136)

No ano de 2019 foi utilizado a taxa de 0,75% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de spread conforme definido pelo despacho do Concedente.

43- EVENTOS SUBSEQUENTES

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

Desvio de Recuperação de Gastos:

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 7 de Março de 2020 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2019. Aguardamos a revisão do mesmo por parte do Regulador. A expectativa da Administração da Águas do Algarve é a de que o documento seja aprovado.

Covid19:

No decorrer de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia global denominada COVID19, que terá um impacto significativo na circulação de bens e pessoas. Tendo por base a melhor informação disponível à presente data, não nos é possível estimar com fiabilidade os impactos económicos que as medidas tomadas pelas autoridades nacionais e internacionais, no âmbito das ações de contenção à propagação do novo Coronavírus - COVID 19, poderão ter na Águas do Algarve.

Dada a natureza da atividade da empresa entendemos que os impactos resultantes não colocarão em causa as Demonstrações Financeiras.

A Águas do Algarve e do Grupo AdP, desenvolveram os seus planos de contingência, que enumeram as ações concretas e concertadas, que abrangem a empresa, bem como todo o Grupo AdP, e que incluem a operação de água, saneamento, restantes atividades e estrutura da empresa e do Grupo AdP.

Os respetivos Planos de Contingência podem ser consultados na íntegra nos endereços seguintes:

- <https://www.aguasdoalgarve.pt/noticias/plano-de-contingencia-covid-19>
- <https://www.adp.pt/pt/?id=69&idn=359>

Não obstante a situação excecional em que o país e o mundo se deparam atualmente, entende a Administração da Águas do Algarve SA que o normal funcionamento da empresa, da saúde dos seus trabalhadores, a salvaguarda da informação em suporte físico e informático, bem como o respetivo acesso a essa informação, a integridade dos seus ativos, e a sua atividade operacional estão assegurados.

Faro, 13 de março de 2020.

O Conselho de Administração

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)

António Paulo Jacinto Eusébio
(Vogal Executivo)

Luís António Alves da Encarnação
(Vogal)

Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Madalena Mendes

Nuno Miguel Cupertino Franco

2- GLOSSÁRIO FINANCEIRO E TÉCNICO

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

Ambiente- "... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos"

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) – Resultados operacionais antes de amortizações.

EBITDA – resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial

Reporting Standards – Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Meio Ambiente – "soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo"

Natureza – "termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural"

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou

seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspetivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O rating é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

Rendibilidade do Ativo (Return On Assets) – EBIT/Ativo Líquido

Rendibilidade dos Capitais Próprios (Return On Equity) – Resultado Líquido / Capital Próprio

ROCE – É um termo financeiro que expressa o resultado de uma empresa em função do capital empregue. A razão determinada pelo ROCE indica quão eficientemente o capital está sendo aplicado a fim de gerar receita.

SAA – Sistema de Abastecimento de Água

SSAR – Sistema de Saneamento de Águas Residuais

SGPS – Sociedade gestora de participações sociais

Stakeholders - (parte interessada ou interveniente), refere-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governo societário aplicadas pela empresa.

De uma perspetiva mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de carácter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a sua missão).

O sucesso de qualquer empresa depende da participação de suas partes interessadas e por isso é essencial assegurar que as suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores. De modo geral, essas expectativas envolvem satisfação de necessidades, compensação financeira e comportamento ético. Cada interveniente ou grupo de intervenientes representa um determinado tipo de interesse no processo. O envolvimento de todos os intervenientes não maximiza obrigatoriamente o processo, mas permite encontrar um equilíbrio de forças e minimizar riscos e impactos negativos na execução desse processo.

Uma organização que pretende ter uma existência estável e duradoura deve atender simultaneamente às necessidades de todas as suas partes interessadas. Para tal, a empresa necessita de "criar valor", ou seja, os recursos utilizados devem gerar benefícios superiores do que o seu custo total.

Volume de negócios – Vendas e prestações de serviços.

ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS



ILLUSTRAR

ADENDA AO RELATÓRIO & CONTAS 2019

ADENDA AO RELATÓRIO & CONTAS DE 2019 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

- 1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;
- 2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que por sua vez promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;
- 3- Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - 3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
 - 3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para enviar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

Faro, 13 de março de 2020

O Conselho de Administração

**JOAQUIM
CARLOS
CORREIA PERES**

Assinado de forma digital por JOAQUIM CARLOS CORREIA PERES
Dados: 2020.03.20 20:38:49 Z

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente)

**MARIA ISABEL
FERNANDES DA
SILVA SOARES**

Assinado de forma digital por MARIA ISABEL FERNANDES DA SILVA SOARES
Dados: 2020.03.23 13:45:56 Z

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)

Luís António Alves da Encarnação
(Vogal)

**ANTÓNIO
PAULO JACINTO
EUSÉBIO**

Assinado de forma digital por ANTÓNIO PAULO JACINTO EUSÉBIO
Dados: 2020.03.20 22:40:42 Z

António Paulo Jacinto Eusébio
(Vogal Executivo)

Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal)

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos da empresa Águas do Algarve SA Ano de 2019

1.. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo nº 407 do Código da Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas da Águas do Algarve SA, é emitido o presente Relatório sobre o Desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2019.

2.. Atividade

Nos termos da Lei e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos seus Administradores Executivos.

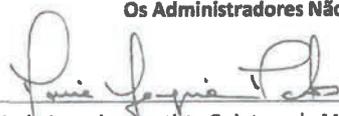
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que aos Administradores Executivos se refere, livre e não condicionado.

3.. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores Executivos da Águas do Algarve, salientando também a preocupação deles em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão deles próprios, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 14 de Fevereiro de 2020.

Os Administradores Não Executivos da Águas do Algarve SA


Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos


Rogério Conceição Bacalhau Coelho

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Algarve, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 500.319.526 euros e um total de capital próprio de 29.451.461 euros, incluindo um resultado líquido de 1.200.838 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 21 do Anexo às demonstrações financeiras, nos gastos do exercício foram registados 5.366 milhares de euros relativos ao Desvio de Recuperação de Gastos. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração e submetida a apreciação da Entidade Reguladora no dia 7 de março de 2020, a qual ainda não se pronunciou até à presente data. É expetativa do Conselho de Administração que o referido Desvio de Recuperação de Gastos seja aprovado pela Entidade Reguladora, no contexto descrito na nota 43 do Anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Reconhecimento e mensuração do investimento contratual associado à concessão

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração do investimento contratual associado à concessão apresentadas nas notas 2.2.4, 2.2.5, 4.2, 6, 19, 29 e 39

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora (ERSAR).

As amortizações associadas ao investimento contratual são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados e os caudais que se estima faturar até ao final da concessão, os quais se encontram previstos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) anexo ao Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no Contrato de Concessão e demais regras regulatórias, é registada nos gastos do exercício uma quantia estimada para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais futuros. Este acréscimo é calculado com base no referido EVEF, documento onde consta a estimativa dos investimentos a realizar.

Conforme referido na nota 19, em 31 de dezembro de 2019 o Acréscimo de gastos de investimento contratual ascende a 64 milhões de euros (31 de dezembro de 2018: 64 milhões de euros).

O EVEF inclui diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da

A abordagem a esta matéria relevante de auditoria consistiu em:

- verificação do EVEF da Entidade, nomeadamente a informação utilizada para o cálculo das amortizações e a adequabilidade dos caudais estimados para os anos subsequentes face ao conhecimento da realidade do sistema;
- análise da coerência do montante do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o montante de investimento que consta do EVEF aprovado pelo Concedente;
- comparação dos caudais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pelo departamento comercial, efetuando os testes para garantir a fiabilidade desta informação;
- cálculo das referidas amortizações de acordo com os critérios estabelecidos;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo do Contrato de Concessão.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras, considerando os

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
concessão e dos investimentos a realizar, constituindo desta forma uma área de julgamento elevado.	requisitos do normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Reconhecimento e mensuração do Desvio de Recuperação de Gastos

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração do Desvio de Recuperação de Gastos apresentadas nas notas 2.2.6, 4.5, 21, 25 e 43

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas, tendo em consideração os gastos permitidos em cenário de eficiência com base nos indicadores aprovados previamente pela Entidade Reguladora (ERSAR).

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, devendo a Entidade, nos termos do respetivo Contrato de Concessão, enviar à ERSAR o cálculo dos DRG para que esta o aprove. A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente à apreciação da estimativa do DRG, assim como ao nível da imprevisibilidade associada à respetiva aprovação.

Conforme referido na nota 21, em 31 de dezembro de 2019 o montante reconhecido na Demonstração dos resultados na rubrica de "Desvio de recuperação de gastos" apresenta um superavit de 5,4 milhões de euros.

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- análise da razoabilidade das métricas calculadas pela Entidade e avaliação do cumprimento das mesmas;
- realização do recálculo da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e a apreciação do DRG por parte da ERSAR.

Foi igualmente revista a adequabilidade das divulgações associadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Recuperabilidade dos saldos a receber de Municípios e entidades municipais

Divulgações relacionadas com a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios e entidades municipais apresentadas nas notas 2.6.1, 2.9, 4.3, 9 e 11

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade apresenta registado no Ativo, corrente e não corrente, saldos a receber de Municípios e entidades municipais que ascendem a 41 milhões de euros (31 de dezembro de 2018: 39 milhões de euros).

Tal como evidenciado nas notas 9 e 11, os referidos saldos apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos Municípios e/ou a existência de divergências quanto a faturação emitida. Adicionalmente, são registados acréscimos de rendimentos relativos aos juros de mora, os quais são determinados de acordo com a legislação aplicável.

Genericamente a Entidade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência é remoto.

Na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração adota medidas possíveis tendentes a assegurar a recuperabilidade dos saldos, entre as quais, a ativação do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), a realização de acordos de regularização de dívida e a interposição de injunções/ações judiciais. São também consideradas situações particulares de incumprimento e de prescrições do direito a cobrar.

Considerando a relevância do saldo no total do ativo da Entidade, a não recuperação do montante em dívida poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e consequentemente o cumprimento das

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- executar procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expectativas e à atividade contratada/orçamentada;
- pedido de confirmação de saldos aos Municípios e entidades municipais;
- análise das respostas dos advogados aos pedidos diretos de informação sobre os processos judiciais em curso;
- teste à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados;
- leitura dos acordos de regularização de dívida celebrados com os Municípios e análise ao seu cumprimento;
- reexecução do cálculo de juros de mora, face aos pressupostos constantes dos contratos de regularização de dívida e à legislação vigente, considerando a antiguidade dos saldos;

Analisámos também as divulgações efetuadas, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis, incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes.



Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

responsabilidades contratuais. Por este motivo, consideramos esta uma matéria relevante de auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

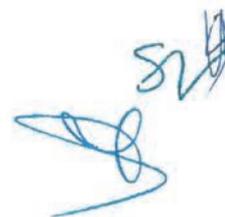
- a) Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

20 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório

Cumpra ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas de 2019 da Águas do Algarve, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, e participou em reuniões, quer com Conselho de Administração, quer com a Direção Administrativa-Financeira.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, que permite divulgar com clareza todos os aspetos relevantes da atividade, tendo aferido do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado. O Conselho Fiscal verificou também o cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, quanto à apreciação do relatório anual de boas práticas de governo societário.

As contas manifestam a solidez da Empresa e as políticas e critérios contabilísticos expressos nas Notas às demonstrações financeiras merecem, em geral, a nossa concordância.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

O Conselho Fiscal regista e agradece: a atempada elaboração e apresentação dos documentos de prestação de contas, no meio das conturbadas circunstâncias que se vivem no País e no Mundo decorrentes do surto do Covid-19; e bem assim a oportuna avaliação dos respetivos impactos, implementação de medidas de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos deste surto e consideração da continuidade das suas operações, tal como divulgado pela Administração nas Contas, em sede dos Acontecimentos Subsequentes que ocorreram após o final do exercício de 2019.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração todos os esclarecimentos prestados no decorrer dos trabalhos desenvolvidos por este órgão em 2019.

Faro, 20 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL


Dr. António Ventura Pina - Presidente


Dr. João Daniel Matos - Vogal


Dra. Sandra Filipe Valério - Vogal

